



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. TP-001/2022-CPL

Razão Social: _____

CNPJ Nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Cel: _____

Representante para contato: _____

Recebemos, por meio direto na "CPL" nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus anexos.

Local: Arame - MA, _____ de _____ de 2022.

Assinatura

Senhor Licitante,

Solicito de Vossa Senhoria a gentileza de preencher o recibo de retirada do edital na CPL através da presença do representante de empresas interessada a participar desse certame. O preenchimento do recibo é de suma importância, pois o mesmo fará parte do Processo Administrativo, também visando comunicação futura de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

JOSÉ MICHAEL BARROS DE PAIVA
Presidente da CPL



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL EDITAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME/MA**, por intermédio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, doravante denominada COMISSÃO, designada pela Portaria nº 014/2022, de 03 de Janeiro de 2022, torna público, para conhecimento dos interessados, QUE FARÁ REALIZAR NO DIA **30 de Junho 2022, ÀS 10:30 HORAS**, NA SALA DE SESSÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, localizada na RUA NOVA, S/N, BAIRRO CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, a **TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL**, na forma de EXECUÇÃO INDIRETA, sob regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, instaurada por meio do Processo Administrativo nº **00000022/2022**, devidamente autorizada em despacho do Secretária Municipal de Obras e Urbanismo, regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelas disposições deste Edital.

No dia, hora e local acima indicado, a Comissão receberá os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta às 10:45 horas dará início à abertura da sessão pública.

Ocorrendo feriado ou ponto facultativo na data da licitação, será a mesma realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.

Este Edital e seus Anexos, que dele fazem parte integrante para todos os fins e efeitos, se encontram disponíveis para consulta no endereço indicado no preâmbulo, em dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00 horas, ou <https://www.tce.ma.gov.br> e www.arame.ma.gov.br

Os interessados que obtiverem este Edital na forma do parágrafo anterior poderão dirimir eventuais dúvidas sobre o Projeto Básico desta licitação no setor de engenharia da Prefeitura Municipal de Arame/MA, em dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00 horas.

Em função da Pandemia do coronavírus, considerando que o Estado do Maranhão decretou Estado de Calamidade Pública, através do Decreto No. 36.597, de 17 de março de 2022, reconhecido pela Portaria 546, de 26 de março de 2022, deve ser observadas as seguintes características:

- ✓ **A sessão será realizada em local arejado.**
- ✓ **Somente será permitida a entrada de licitantes usando máscara.**
- ✓ **Será permitido apenas a entrada de um representante por empresa.**
- ✓ **Será obedecido o distanciamento de 2 metros entre os presentes.**
- ✓ **Será disponibilizado álcool em gel para higienização.**

CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

Somente poderão participar da presente licitação, pessoas jurídicas interessadas que se enquadram no ramo de atividade pertinente ao objeto do edital, e que obrigatoriamente efetue ou atualize cadastro junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME (MA), até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes, às condições para cadastramento, na forma dos artigos 28 ao 31 da Lei n.º 8.666/93 e exigências constantes no artigo 32, "caput" e § 2º da referida lei.



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos, observado o disposto no parágrafo 3º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

1- DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação de sinalização nas ruas do Município de Arame-MA. Conforme detalhes do Projeto Básico Anexo I do Edital.

1.2 - O valor estimado para contratação do objeto é de R\$ R\$ 748.481,76 (setecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos), não constituindo, sob hipótese alguma, qualquer obrigação por parte da Prefeitura Municipal de Arame/MA.

1.3 - O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 - A Contratada se obrigará a executar as obras e serviços/fornecimento empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo rigorosamente aos Projetos, planilhas, Normas e Especificações Técnicas, que forem fornecidos pelo Município de ARAME/MA.

1.5 - Poderá o Município de ARAME/MA, exigir a reconstrução de qualquer parte dos serviços, caso estes tenham sido executados com imperícia técnica ou em desacordo com o Projeto, planilhas, Norma e Especificações próprias.

2 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1 - O interessado que houver adquirido este Edital poderá impugnar seus termos perante a Prefeitura Municipal de ARAME/MA até o 5º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.2 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo, para tal fim, protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação. Neste caso, a Prefeitura Municipal de ARAME/MA, estará obrigada a julgar e responder o pleito em até 03 (três) dias úteis.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste certame às pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cadastradas na Prefeitura Municipal de Arame/MA, bem como as que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data do recebimento das propostas, cuja atividade, expressa no ato de sua constituição ou em alterações procedidas até a data de publicação do aviso deste Edital, seja compatível com o objeto da licitação e que atendam a todas as suas exigências.

3.2 - Os interessados em participar da presente licitação para o CREDENCIAMENTO, deverão apresentar os seguintes documentos, fora de qualquer envelope:

- a) tratando-se de representante legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado): ato constitutivo, estatuto ou contrato Social em vigor, com todas as suas eventuais alterações, ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, acompanhado certidão simplificada e específica expedida pela Junta Comercial do domicílio da



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



sede da licitante, emitida até 60 (sessenta) dias de antecedência da data de abertura da licitação, onde em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

- a.1) caso o estatuto ou contrato social da empresa estabeleça a assinatura dos sócios, EM CONJUNTO e a representação for feita somente por deles, além do documento descrito na alínea anterior, DEVERÁ ser apresentado, conforme o caso, instrumento público de procuração ou instrumento particular, outorgado pelos demais sócios, no qual estejam expressos os seus poderes.
- b) tratando-se de procurador: instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (**ANEXO II**), no qual constem poderes específicos para formular lance (no caso da Lei Complementar nº 123/2006), interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a esta Tomada de Preços ato constitutivo, estatuto ou contrato Social em vigor, com todas as suas eventuais alterações, ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, acompanhado certidão simplificada e específica expedida pela Junta Comercial do domicílio da sede da licitante, emitida até 60 (sessenta) dias de antecedência da data de abertura da licitação, onde em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
 - b.1) Procuração por instrumento particular e Carta Credencial (**ANEXO II**) deverão possuir firma reconhecida em cartório e estar acompanhada de cópia do documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, dentre os indicados na alínea "a";
 - b.2) instrumento de procuração, público ou particular, ou Carta Credencial (**ANEXO II**) deverão, obrigatoriamente, sob pena de não ser aceito o credenciamento, ser firmados por tantos responsáveis pela empresa, quantos estabeleça o contrato social ou estatuto de constituição, com permissão para outorgar poderes no que tange a sua representatividade.
- c) cópia autenticada em Cartório ou pela Comissão de Cédula de Identidade ou outro documento oficial que contenha foto do representante legal (ou procurador) da empresa interessada.

3.3 - Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original ou cópia previamente autenticada por cartório competente, membros da Comissão de Licitação ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

3.4 - A autenticação de cópias dos documentos necessários ao credenciamento poderá ser realizada até 24 (vinte e quatro) horas anterior à data da sessão pública, mediante a apresentação dos originais para confronto.

3.5 - Licitante deverá apresentar junto ao Credenciamento fotos coloridas da empresa mostrando a fachada e Interior, bem como de sua estrutura administrativa. As imagens deverão ser impressas em papel foto preferencialmente no tamanho 10x15cm;



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



3.6 - Não será admitida a participação de 02 (dois) representantes para a mesma empresa e nem de um mesmo representante para mais de uma empresa.

3.6.1 - A não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a licitante de opinar no andamento do processo licitatório, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a sessão.

3.6.2 - Na hipótese de suspensão dos trabalhos, a licitante será representada na sessão de reabertura pelo mesmo ou em caso de novo representante, este deverá atender às exigências previstas no item 3.3.

3.8-NÃO PODERÁ PARTICIPAR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DESTA LICITAÇÃO:

3.8.1 - empresa que tenha sócio-gerente, diretor ou responsável que seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal de ARAME;

3.8.2 - empresa declarada inidônea ou se encontre impedida de contratar ou transacionar com órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera;

3.8.3 - empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

3.8.4 - empresa impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Prefeitura Municipal de ARAME ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;

3.8.5 - integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.8.6 - empresas em consórcio e grupos de empresas;

3.8.7 - empresa enquadrada nas demais vedações do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

4 - DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

4.1- No dia, hora e local indicados no preâmbulo, os interessados entregarão, através de seu representante legal ou pessoa credenciada, à Comissão, devidamente lacrados, 02 (dois) envelopes, a saber:

ENVELOPE Nº 01 - com as seguintes indicações obrigatórias na parte externa:

Nome, CNPJ, e endereço do licitante
número e data da TOMADA DE PREÇOS
a palavra "Habilitação":

ENVELOPE Nº 02 - com as seguintes indicações obrigatórias na parte externa:

Nome, CNPJ e endereço do licitante
número e data da TOMADA DE PREÇOS
a palavra "Proposta de Preços":

5 - DOCUMENTAÇÃO

A documentação de habilitação deverá ser apresentada com as folhas dos documentos rubricadas, em original ou qualquer processo de cópia autenticada por Cartório ou publicação em órgão de imprensa oficial, **excetuando-se os emitidos pela Internet, cuja validação esteja condicionada a sua verificação no respectivo Sítio**, que poderão ser apresentados em cópia simples, os seguintes documentos:

5.1 - Relativa à habilitação jurídica:

5.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



5.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.1.3- Ato Constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

5.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.1.5- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — CNPJ, emitido pela Receita Refeita Federal do Brasil;

5.1.5.1 - Cópia da Cédula de Identidade ou outro documento oficial que contenha foto do representante (legal ou procurador) da empresa interessada

5.1.6- Certificado de Registro Cadastral na Prefeitura Municipal de Arame/MA, desde que efetuado nos termos da Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações, ou, alternativamente, Declaração expedida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, de que a licitante atendeu a todas as exigências para cadastramento até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data marcada para o recebimento das propostas.

5.1.7- Declaração de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte, consoante o art. 3º da Lei Complementar nº 123/ 2006, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO III. **A Declaração deverá ser acompanhada de documento que comprove o referido enquadramento**, conforme abaixo:

a) comprovação de optante do SIMPLES NACIONAL, extraído do site oficial da Secretaria da Receita Federal;

b) Certidão simplificada e específica expedido pela Junta Comercial do domicílio da sede da licitante, emitida neste exercício financeiro;

5.1.8 - A Comissão poderá diligenciar junto aos sites oficiais da Receita Federal ou da Junta Comercial do domicílio da sede da licitante para confirmar o enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.2.2 - Relativa à regularidade fiscal e Trabalhista:

a) **Fazenda Pública Federal**, através de:

• Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, conforme portaria PGFN/RFB no 1751, de 02 de Outubro de 2014;

b) **Fazenda Pública Estadual** do domicílio ou sede do licitante, através de:

• Certidão Negativa de Débitos;
• Certidão Negativa de Dívida Ativa.

c) **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, através de:

• Certidão Negativa de Débito de ISSQN;
• Certidão Negativa da Dívida Ativa;
• Alvará de Localização e Funcionamento da sede ou domicílio da licitante.

d) **Fundo de Garantia** por Tempo de Serviço — FGTS, por meio de Certificado de Regularidade, emitido pole Caixa Econômica Federal.

e) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT**, emitida pela Justiça Superior do Trabalho;

5.2.3 - Relativa à qualificação técnica:



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



- a) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — CREA, com jurisdição na sua sede, comprovando habilitação para o desempenho dos serviços e profissional com atribuições pertinentes ao objeto licitado. A certidão expedida por CREA de outra região deverá ter o visto do CREA-MA (Resolução CONFEA no 413 de 27 de junho de 1997);
- b) Indicação da equipe técnica de nível superior que efetivamente se responsabilizará pela execução dos serviços, composta, de no mínimo, 01 (um) engenheiro civil, do quadro de responsáveis técnico da licitante, definindo as atribuições de cada profissional e contendo nome completo, título profissional e no registro no CREA.
- c) Relação explícita dos equipamentos e instalações indispensáveis à execução do objeto desta licitação e declaração, sob as penas da lei de sua disponibilidade;
 - c.1) **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa executou serviços engenharia, devidamente averbado pelo CREA. O atestado deverá estar acompanhado da certidão de acervo técnico, bem como, as planilhas que contém as parcelas de maior relevância do objeto da licitação.
- d) Declaração da licitante, na forma do **ANEXO III**, indicando o responsável técnico pela execução do objeto desta licitação, caso lhe seja adjudicado, vedada suas substituições até o final do contrato, salvo prévia e escrita anuência da Prefeitura Municipal de ARAME e desde que o substituto possua experiência profissional equivalente ou superior;

5.2.4 - Relativa à qualificação econômico-financeira:

5.2.4.1 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS -DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

a.) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1.) sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**.

a.1.1) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

-por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante** ou em outro órgão equivalente; ou

- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.1.2) sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**;



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



a.1.3) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

a.2) A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$

$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$

$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

a.2.1) As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

a.2.1.1) Caso o memorial não seja apresentado, a **Comissão** reserva-se o direito de efetuar os cálculos;

a.3) Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

a.4) a licitante que apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos na **alínea "a.2"** deverá comprovar Capital Social Integralizado de pelo menos 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. Para fins dessa comprovação, a licitante apresentará cópia autenticada da Certidão Simplificada e Específica emitida pela Junta Comercial atualizada;
b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, **expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, expedida a menos de 60(sessenta) dias contados da data da sua apresentação, caso não venha expresso o prazo de validade.**

b.1) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Maranhão que não a de Arame/MA e em outros Estados da Federação deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo Fórum Judicial de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falência e concordata, salvos e vier expresso na certidão.

5.2.5 - Declaração da licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (catorze) anos, cumprindo o disposto no **inciso XXXIII, art.7º, da Constituição Federal de 1988 (ANEXO V).**

5.2.6 - Declaração de Inexistência Fatos Supervenientes impeditivos de sua habilitação na formado § 20 do Art. 32 da Lei no 8.666/93, conforme **(ANEXO XI).**

5.2.7 - Os Documentos de Habilitação poderão ser apresentados em qualquer processo de cópia, desde que autenticada por cartório competente, por membros da Equipe de Licitação ou por publicação em órgão de Imprensa Oficial em todas as folhas por Tabela de Notas.

5.2.8 - para a habilitação, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação, que será devidamente conferida pela Comissão. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 04 (quatro) dias



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente microempresas e empresas de pequeno porte for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.3 - Proposta de Preços

5.3.1 - O envelope nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS conterà, em 01 (uma) via, proposta, impressa em papel timbrado da licitante, na língua portuguesa, devidamente datada e assinada pelo representante legal, e deverá conter:

- Carta-Proposta, no modelo do (ANEXO VI), do Edital, indicado em moeda corrente nacional, expresso em algarismos e por extenso, inclusas todas as despesas necessárias à execução completa do objeto ora licitado;
- Tabela de Preços Unitarios e totais, integrante do Projeto Básico – ANEXO I do Edital;
- Composição analítica do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) segundo a fórmula e composição abaixo:

** Fórmula: $BDI = [(1/(1-IMP))*(1+ADM)*(1+DEF)*(1+RIS)*(1+LB) - 1] \times 100$, onde:

IMP = impostos incidentes sobre o faturamento
ADM = despesas administrativas (central e local)
DEF = despesas financeiras e seguros
RIS = riscos e imprevistos
LB = lucro bruto

Observação: A parcela IMP deverá considerar os valores de PIS, COFINS e ISS.

COMPOSIÇÃO DO BDI	
ADM - administração central	xx%
DEF = despesas financeiras e seguros	xx%
RIS = risco e imprevistos	xx%
LB = lucro bruto	xx%
IMP = impostos sobre faturamento*	xx%
ISS = 5% sobre MO = 5% x 50% = 2,5%	xx%
PIS	xx%
COFINS	xx%
BDI**	xx%

*soma dos impostos (ISS, PIS,COFINS)

** fórmula

- Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme Art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- Declaração de Localização e Funcionamento da empresa, nos termos do ANEXO VII do Edital.

5.3.1.2 - Os documentos exigidos nas alíneas "b", e "c", serão assinados pelo representante legal da empresa e responsável técnico registrado no CREA da licitante, conforme determina a Lei Federal no 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e Resolução no 282/CONFEA, de 24 de agosto de 1983.



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



5.3.1.3 - Considerar-se-á que os preços fixados pelo licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas dos serviços, da utilização dos equipamentos e da aquisição de materiais. Considerar-se-á, assim, que a não indicação de qualquer insumo ou componente necessário para a execução dos serviços conforme projetados, significante que seu custo está diluído pelos demais itens componentes dos custos unitários, itense estes julgados necessários e suficientes, não esteja qualquer alteração contratual sob esta alegação.

5.3.1.4-Em caso de erro de cálculo na planilha ou divergência entre o total da proposta e algarismos e por extenso prevalecerá sempre o valor correto, apurado pela Comissão, tomando-se por base os quantitativos constantes da planilha orçamentária do projeto básico no **ANEXO I** deste Edital e os preços unitários propostos pela licitante;

5.3.2-Não serão consideradas as propostas apresentadas fora do prazo bem como aquelas que contiverem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas de modo a ensejar dúvida, principalmente em relação a preços unitários.

5.3.2.1-Para os fins deste item, entende-se como:

a) *Rasura*: palavra(s) ou qualquer (quaisquer) sinal(is) gráfico(s) riscado(a)(s) ou raspado(a)(s) de modo que sua leitura se torne impossível ou incompreensível;

b) *Emenda*: alteração ou modificação do que já foi escrito;

c) *Entrelinha*: palavra(s) ou frase(s) escritas no espaçamento entre uma e outra linha do exto da proposta.

5.3.3-A proposta, uma vez aberta, vincula a licitante, obrigando-a à contratação caso lhe seja adjudicado o objeto.

5.3.4-Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes.

6 - DO JULGAMENTO

6.1 - Habilitação

6.1.1-O julgamento iniciar-se-á com a abertura do envelope nº 01, contendo a documentação de habilitação, a qual, juntamente com os envelopes, deverá ser rubricada pelas licitantes presentes e membros da Comissão;

6.1.2 - após a apreciação dos documentos, a Comissão declarará habilitadas as licitantes que os apresentarem na forma indicada no Edital;

6.1.3 - às licitantes inabilitadas serão devolvidos os envelopes fechados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

6.1.4 - na hipótese de recusa no recebimento do Envelope, ou na ausência de representante da licitante inabilitada, a Comissão o guardará durante 30 (trinta) dias consecutivos, prazo após o qual, se não resgatado, será destruído;

6.1.5 - havendo interposição de recursos quanto à fase de habilitação, a Comissão abrirá o prazo recursal, suspenderá a sessão, lavrando-se Ata circunstanciada dos trabalhos até então realizados e, após o julgamento dos recursos, comunicará, por escrito (e-mail), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, as licitantes habilitadas, data, hora e local de sua reabertura. Nesta hipótese, os envelopes nº 02, devidamente lacrados e rubricados pelos presentes, permanecerão, até que se reabra a sessão, sob guarda e responsabilidade do Presidente da Comissão;

6.1.6 - se todas às licitantes presentes não interpuserem recurso, poderão fazer constar em Ata a renúncia expressa a esse direito, passando-se, imediatamente à abertura dos envelopes contendo as propostas;



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



6.1.7 - a inabilitação de licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes do processo licitatório;

6.1.8 - após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

6.1.9 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas, a Comissão poderá, a seu critério, fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de novas propostas escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação, conforme disposto no § Único, do art. 48, da Lei Federal nº 8.666/1993.

6.2 - Propostas

6.2.1 - após a abertura dos envelopes de nº 02, a Comissão divulgará às licitantes presentes as condições oferecidas, sendo as propostas rubricadas pelos seus representantes e pelos membros da Comissão;

6.2.2 - a Comissão poderá, a seu critério, exigir comprovação documental adicional de informações contidas nas propostas, inclusive composição analítica dos preços unitários;

6.2.3 - será desclassificada as propostas que:

- a) não atenda às exigências deste Edital;
- b) apresentem valores incorretos ou de valor zero;
- c) sejam manifestamente inexequíveis, assim consideradas aquelas cujo desconto importe em valor inferior a 70% (setenta por cento) dos preços unitários da Tabela de Preços Unitários Máximos.

6.2.4 - é facultada à Comissão, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar obrigatoriamente da proposta;

6.2.5 - será declarada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO GLOBAL**, dentro das condições exigidas neste Edital;

6.2.6 - Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte que manifestar o direito do benefício no decorrer da sessão. Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço. A avaliação das propostas de preços será feita da seguinte maneira:

- a) Ocorrendo o empate e o manifesto direito do benefício pela licitante, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar, no prazo de 01 (um) dia útil, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
 - a.1) não apresentação da nova proposta no prazo estabelecido, será considerada como desistência da empresa ao benefício.
- b) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base na alínea "a", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.2.7 - Caso ocorra empate entre duas ou mais propostas de empresas não enquadradas no item anterior, a decisão será feita, obrigatoriamente por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes habilitados serão convocados.



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



6.2.8 - colocar-se-ão à disposição dos interessados o resultado da licitação e os mapas de apuração e classificação elaborados segundo a ordem crescente de preço unitário.

6.2.9 - Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá, a seu critério, fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas que ensejaram a desclassificação.

6.3 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá, a seu critério, fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de novas propostas escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou a desclassificação.

7 - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

7.1 - O resultado desta licitação será divulgado de acordo com o que estabelece o § 1º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.2 - Não havendo interposição de recurso quanto ao resultado da licitação, ou após o seu julgamento, será lavrada Ata circunstanciada, cabendo à Comissão adjudicar o objeto da licitação ao vencedor, submetendo tal decisão a Secretária Municipal de Saúde.

7.3 - A Secretária Municipal de Saúde, poderão revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la, de ofício ou por provocação de terceiros, quando o motivo assim justificar.

7.4 - Não havendo recurso e homologada a licitação, será convocado o vencedor para, no prazo de 03 (três) dias úteis, retirar a Nota de Empenho e assinar o Contrato, na forma da Minuta do ANEXO X do Edital.

7.5 - Ocorrendo desatendimento ao prazo estabelecido para a assinatura do Contrato, a Administração convocará, segundo a ordem de classificação, outra licitante, se não preferir proceder a nova licitação.

7.5.1 - Atendida a convocação, a licitante celebrará o contrato desde que aceite as mesmas condições da proposta da licitante desistente, inclusive quanto ao preço, de acordo com o art. 64 da Lei Federal nº 8.666/1993.

8 - DO RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO E DA ASSINATURA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

8.1 - Após a homologação do resultado da presente licitação, a Prefeitura Municipal de Arame/MA, convocará a empresa adjudicatária para, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, retire a Nota de Empenho e assine o Contrato Administrativo, sob pena de decair o direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.2 - O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.3 - É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não apresentar situação regular no ato de assinatura do Contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar a Nota de Empenho no prazo e nas condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital.

9 - DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

9.1 - O Contrato Administrativo será celebrado entre a licitante adjudicada e a Prefeitura Municipal de Arame, observada a Lei Federal no 8.666/93, da Lei Complementar no 123/06 e demais normas atinentes à espécie.



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



9.2 - Constam na Minuta do Contrato (**ANEXO IX**) as condições e a forma de execução dos serviços, pagamentos, sanções, rescisão e demais obrigações dos contratantes.

9.3 - A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

9.4 - O Contrato a ser firmado em decorrência desta licitação terá prazo de vigência de 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a fim de obter preços e condições mais vantajosos para a Administração, desde que demonstrado o interesse público e a critério da Contratante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8666/93.

9.5 - A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à Contratada direito a qualquer espécie de indenização.

9.6 - A Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas nesta licitação, em especial no que se refere ao recolhimento de impostos, durante toda a execução do objeto.

10 - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

10.1 - A Contratada executará os serviços através de mão-de-obra qualificada, observando os critérios de quantidade, qualidade técnica, prazos, custos e demais condições estabelecidas no Projeto Básico — ANEXO I do Edital.

11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 - Dos atos da Administração referentes a esta licitação cabem:

11.1.1 - recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da Ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação da licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação.

11.1.2 - representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, de que não caiba recurso hierárquico;

11.1.3 - pedido de reconsideração de decisão do Secretário Municipal de Saúde na hipótese do § 3º do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

11.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido.

12 - DO RECEBIMENTO

12.1 - O objeto desta licitação será recebido mensalmente da seguinte forma:

a) provisoriamente, mediante termo circunstanciado, na forma do ANEXO XI, assinado por servidor designado pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização bem como por representante da Contratada, no prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos da comunicação da conclusão dos serviços no mês;

b) definitivamente, mediante termo circunstanciado, na forma do ANEXO X, assinado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Arame/MA, bem como por representante da contratada, após o decurso do prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados da data do recebimento provisório.

12.2 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

12.3 - A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas do objeto desta licitação.



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



13 - PAGAMENTO

13.1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, no prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, mediante apresentação da nota fiscal/fatura respectiva, após medição e comprovação dos serviços efetivamente realizados, conforme boletim assinado por servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto desta licitação, desde que não fator impeditivo provocado pela Contratada.

13.1.1 - O pagamento da primeira medição somente será efetuado mediante a apresentação pela Contratada da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços contratados, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, com jurisdição no local da execução do objeto da licitação.

13.1.2 - O pagamento da última medição, não inferior a 10% (dez por cento) do valor total do objeto desta licitação, somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto.

13.1.3 - Todas as solicitações de pagamento deverão estar acompanhadas da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, conforme portaria PGFN/RFB no 1751, de 02 de Outubro de 2014, do Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validades compatíveis a data do pagamento.

13.2 - Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no **item 14.1**, a Contratante se obriga a pagar multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) sobre o valor da nota fiscal/fatura, até o limite de 10% (dez por cento), desde que para tanto não tenha concorrido a Contratada.

13.3 - Não serão efetuados quaisquer pagamentos à Contratada enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações, em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

13.4 - A Prefeitura Municipal de Arame/MA, poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

14 - DA REPACTUAÇÃO E REVISÃO DOS PREÇOS

14.1 - Caso haja necessidade de recomposição dos valores contratados, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição do CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, será permitida a repactuação ou a revisão, conforme art. 65, II, "d", da Lei Federal no 8.666/1993.

14.2 - Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data limite para apresentação das propostas constante do Edital ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data da apresentação da proposta a partir daí, obedecido o mesmo prazo contado da última repactuação de preços, conforme Lei Federal no 10.192/2001.

14.3 - As repactuações quando solicitadas pela Contratada, deverão vir acompanhadas da demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custo se formação de preços que fundamenta a repactuação, bem como os documentos comprobatórios dos demais itens repactuados;

14.4 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



14.5 - Caso haja necessidade de revisão dos valores contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato para restabelecer a relação entre os encargos da Contratada e a retribuição do Contratante pactuada inicialmente entre as partes, a Contratada deverá comprovar a configuração da área econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do art. 65, II, "d" da Lei Federal no 8.666/1993.

14.6 - Para fins do disposto no parágrafo anterior, será devida a revisão dos valores pelo Contratante a partir da data da solicitação formal da Contratada.

15 - INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

15.1 - O atraso injustificado no cumprimento do objeto sujeitará a licitante contratada à multa demora correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, sobre o valor total previsto no contrato, enquanto perdurar o inadimplemento.

15.2 - Além da multa aludida em no **item 16.1**, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante contratada, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nos casos que ensejarem a sua rescisão, determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

15.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b".

15.4 - As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" poderão, também, ser aplicadas às empresas que, em razão de contratos regidos pela Lei Federal no 8.666/1993:

15.4.1 - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2 - tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3 - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16 - DA FONTE DE RECURSO

16.1 - As despesas relativas à execução dos serviços decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Arame/MA:

Dotação Orçamentária	15 451 0180 1.014 – IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
Categoria Econômica	4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Ocorrendo feriado ou ponto facultativo na data da licitação, será a mesma realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.

17.2 - Os participantes desta licitação sujeitam-se a todos os seus termos, condições, normas, especificações e detalhes do presente Edital, comprometendo-se a cumpri-los plenamente, decaindo do direito de impugná-los o licitante que, tendo-os aceito sem objeção, vier, após julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que os viciem.



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



17.3 - Na hipótese de o processo licitatório vir a ser interrompido, o prazo de validade da proposta fica automaticamente prorrogada por igual número de dias em que estiver suspenso.

17.4 - Enquanto perdurarem os motivos determinantes de punições ou até que seja promovida a reabilitação, não poderão participar da presente licitação as empresas que tenham sofrido penalidade resultante de contratos firmados anteriormente com a Administração, na condição de prestadoras de serviços, fornecedoras ou empreiteiras.

17.5 - A Administração poderá, a seu critério, inspecionar as instalações das licitantes, assim como verificar a exatidão das informações, antes e após a adjudicação.

17.6 - Os períodos de tempo e os prazos referidos neste Edital serão contados em dias consecutivos, salvo disposição expressa em contrário.

17.7 - Os licitantes poderão colher informações adicionais eventualmente necessárias sobre o certame junto à Comissão, na forma indicada no preâmbulo.

17.8 - Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pela Comissão, com a aplicação da Lei Federal no 8.666/1993.

17.9 - A Prefeitura Municipal de Arame/MA poderá homologar, anular ou revogar a presente licitação, observadas as formalidades legais.

17.10 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte, independentemente de transcrição:

Anexo I - Projeto Básico, Resumo, Memoria de Cálculo, Curva ABC, Anexo A - Composições, Planilha Orçamentaria, Cronograma físico financeiro e BDI;

Anexo II - Carta de Credenciamento

Anexo III - Declaração de Enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

Anexo IV - Declaração de sujeição ao Edital;

Anexo V - Declaração de Cumprimento do Art. 7º, XXXIII, da CF/88;

Anexo VI - Modelo de Carta-Proposta

Anexo VII - Declaração de Localização e Funcionamento

Anexo VIII - Minuta do Contrato

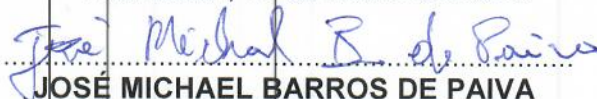
Anexo IX - Modelo de Termo de Recebimento Provisório

Anexo X - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo

Anexo XI - Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes

17.11 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual da Comarca de ARAME no Estado do Maranhão, excluído quaisquer outro, por mais privilegiado que seja.

Arame/MA, 15 de Junho de 2022.



JOSÉ MICHAEL BARROS DE PAIVA

Comissão Permanente de Licitação

Presidente da CPL



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL

ANEXO I

PROJETO BÁSICO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS, COMPOSIÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO;

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação de sinalização nas ruas do Município de Arame-MA. Conforme detalhes do Projeto Básico Anexo I do Edital

(DISPONIBILIZADO EM CÓPIA IMPRESSA)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME
CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



PROJETO BÁSICO

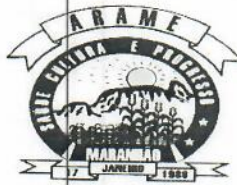
Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação de sinalização nas ruas do Município de Arame-MA, Por Meio da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME
CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000

SUMÁRIO

1	OBJETO.....	3
2	JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO	3
3	DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	3
4	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	3
5	VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.....	3
6	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	3
7	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.....	4
8	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	4
9	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	5
10	DA SUBCONTRATAÇÃO.....	7
11	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO	8
12	DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	9
13	DO PAGAMENTO	10
14	GARANTIA DA EXECUÇÃO	11
15	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	13
16	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	15
17	ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.....	17
18	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	17



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME
CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



1. OBJETO

Constitui objeto deste Projeto Básico a Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação de sinalização nas ruas do Município de Arame-MA.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Com o advento da Lei Federal 9.503/97 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O legislador dividiu as competências a gestão de trânsito do país, prevendo parceria entre os órgãos das esferas federal, estadual e municipal. Entretanto, a legislação repassou a maior parte das responsabilidades do trânsito para os municípios, principalmente, pelo fato de que é a prefeitura que os municípios irão recorrer para tratar das questões peculiares do trânsito da cidade. Tendo em vista que a Prefeitura firmou Termo de Ajustamento de Conduta com a Promotoria de Justiça de Arame, através do Inquérito Civil nº 01/2016-PJA, onde firmam prazos e compromissos que visem obrigação de cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de sua circunscrição, exercendo atribuições previstas no art. 24 do CTB e atender aos atos de Engenharia de Trânsito, onde se estabelecem medidas pertinentes a elaboração de projeto executivo de sinalização viária no município, nas áreas acima especificadas. A Prefeitura vem empenhando esforços no sentido de atender a demanda do município com a elaboração de projeto executivo de sinalização viária para prosseguir com as medidas que viabilize.

3. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 3.1. Trata-se de um serviço de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Tomada de Preço.
- 3.2. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.
- 4.2. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico.

5. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 5.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (98) 98152 1950, ficando o horário e dia da vistoria a critério da administração. Devendo ser marcado com antecedência mínima de 48 horas.
- 5.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 5.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. A execução dos serviços será de um ano, que deverão ser observadas as necessidades do município:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



- 6.2. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

7.1. Materiais a serem disponibilizados

7.1.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme a execução do serviço;
- 8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 8.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 8.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
 - 8.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 8.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 8.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 8.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.8. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 8.9. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 8.9.1. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 8.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 9.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.7. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME
CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.17. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017;
- 9.18. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 9.19. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 9.20. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 9.21. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.22. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nos. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 9.23. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.24. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.25. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 9.26. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;
- 9.27. No caso de execução de serviço:
 - 9.27.1. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;
 - 9.27.2. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;
 - 9.27.3. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas

- trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da Contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 9.27.4. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da Contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 9.27.5. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela Contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da Contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 9.27.6. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- 9.27.7. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.27.8. Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.
- 9.27.9. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de Novembro de 2018.
- 9.28. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela Contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:
- 9.28.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;
- 9.29. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

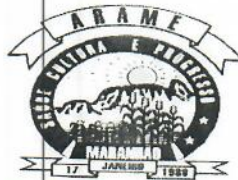
10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 10.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 10.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 10.3.1. No caso de obras, somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

- 10.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 10.5. Microempreendedor individual (MEI) com sede no Município de Arame-MA

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
- 11.3. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 11.7. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 11.8. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 11.9. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 11.10. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 11.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME
CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 12.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 12.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 12.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 12.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 12.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- a. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - b. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 - c. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 12.2.2. No prazo de até 15 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- a. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
 - b. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último
- 12.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 12.4. No prazo de até 30 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME
CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



- 12.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
 - 12.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 12.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - 12.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
 - 12.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 13. DO PAGAMENTO**
- 13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
 - 13.2. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato:
 - a. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - c. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
 - 13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
 - 13.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 13.4.1. O prazo de validade;
 - 13.4.2. A data da emissão;
 - 13.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 13.4.4. O período de prestação dos serviços;
 - 13.4.5. O valor a pagar; e
 - 13.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
 - 13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



- 13.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 13.6.1. Não produziu os resultados acordados;
 - 13.6.2. Deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 13.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 13.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 13.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- a. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 13.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 13.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 13.13. No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 13.13.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
 - 13.13.2. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da Contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

14. GARANTIA DA EXECUÇÃO

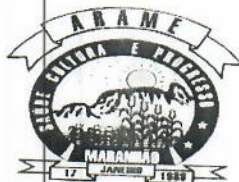
- 14.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME
CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



- 14.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 14.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 14.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 14.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 14.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 14.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 14.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 14.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 14.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 14.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 14.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica indicada pela Contratante, com correção monetária.
- 14.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 14.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 14.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 14.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 14.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 14.12. Será considerada extinta a garantia:
- 14.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 14.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME
CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP no. 05/2017.

14.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

15.1.5. Cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.2.2. Multa de:

a. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

e. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

f. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

15.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME
CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



- reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.3 e 16.2.4 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e

Tabela 01

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 02

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

- 15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000

- 15.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 15.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
 - 15.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
 - 15.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
 - 15.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
 - 15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
 - 15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - 15.10.1. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 - 15.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
 - 15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
 - 15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**
- 16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
 - 16.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
 - 16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
 - 16.3.1. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região sede da licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação;
 - 16.3.2. Em se tratando de empresa não registrada no CREA do Estado do Maranhão, esta deverá apresentar a certidão de registro do CREA de origem, ficando a licitante, caso seja a vencedora, obrigada a apresentar o visto do CREA-MA antes da assinatura do contrato
 - 16.3.3. comprovação do licitante de possuir ou de que irá dispor em seu corpo técnico, profissionais de nível superior, ENGENHEIRO(S), reconhecido(s) pelo CREA detentor(res)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



de Atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de acervo técnico – CAT, expedida(s) por este(s) conselho(s) que comprovem ter o(s) profissionais, EXECUTADO OBRAS para o órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresas privadas, serviço(s) serviços iguais ou similares aos propostos neste Projeto Básico.

- 16.3.4. A comprovação do vínculo de que trata o item anterior, deverá ser feita através de:
- Apresentação de cópia autenticada da Guia de Recolhimento do FGTS e informações à previdência social (GFIP), juntamente com a relação de trabalhadores constantes no arquivo (SEFIP), do mês de referência anterior ao da licitação, na qual deverá constar o nome do responsável técnico ou carteira de trabalho ou ficha do empregado, quando se tratar de empregado da empresa, ou outro meio que comprove o vínculo empregatício, permitida a comprovação do vínculo através de contrato de prestação de serviço.
 - Cópia do contrato social ou outro equivalente, quando se tratar de sócio da empresa.
 - Os profissionais apresentados só poderão ser substituídos em casos excepcionais, por outros de currículos equivalentes ou superiores, mediante justificativa e/ou solicitação prévia da Agência Executiva Metropolitana, que poderá aceitar ou não a sua substituição. A comprovação de currículo deverá ser feita com a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitida pelo CREA.
 - A substituição do responsável técnico sem a prévia anuência da fiscalização constitui infração de natureza grave conforme tabela 01 do Item SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
 - Em caso de futura disponibilidade do profissional, a licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo referido profissional, da qual deverá constar nome completo e número do CREA do profissional, informando que este irá integrar o corpo técnico da licitante caso esta seja declarada vencedora do certame. Juntamente com a declaração, deverão ser apresentados os documentos que comprovem a qualificação disposta acima.
- 16.3.5. A licitante deverá apresentar Declaração formal de que disponibilizará estrutura operacional (pessoal e material) adequado ao perfeito cumprimento do objeto da licitação.
- 16.3.6. A licitante deverá apresentar Declaração contendo a indicação do responsável técnico, que atuará como Coordenador Geral e Responsável Técnico pela execução dos serviços junto à Contratante, para responder pelas atividades técnicas descritas no Projeto Básico, durante todo o período do contrato.
- 16.3.7. É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as envolvidas.
- 16.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 16.4.1. Valor Global: R\$ 1.890.877,54 (*um milhão, oitocentos e noventa mil, oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos*)
 - 16.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
 - 16.4.3. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME
CNPJ: 12.542.767/0001-21
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000

cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

- 16.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
16.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 17.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.
17.2. Tal valor foi obtido a partir de orçamento

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Será encaminhado para o setor de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arame/MA para que indique a dotação orçamentária adequada para Contratação de empresa especializada em Execução dos serviços de Sinalização Viária Horizontal e Vertical do Município de Arame - MA.

Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Memorial de cálculo;
- Anexo II – Curva ABC;
- Anexo III – Planilha orçamentaria;
- Anexo IV – BDI – Serviços;
- Anexo V – Memorial descritivo;
- Anexo VI – Mapa dos serviços;

Arame, MA, 23 de Março de 2022

Ítalo Lima Silva

ÍTALO LIMA SILVA

CREA:111950020-6

Responsável pela elaboração do Projeto Básico

João Victor P. Santiago

JOÃO VICTOR PESTANA SANTIAGO

Secretário Municipal de Obras e Urbanismo

APROVO o Projeto Básico nos molde delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento,

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO

DATA BASE:
JAN/2022

ORÇAMENTO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Objeto: Realização de sinalização das vias públicas de Arame - MA, sob demanda

Local: Arame - MA

ENC. SOCIAIS: 84,19%

26,47%

BDI:

Endereço: ARAME/MA

ITEM	DESONERADO CODIGO REFERENCIA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT.	SEM BDI (R\$)	COM BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.0	EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL						R\$ 335.357,73
1.1	102509 SINAPI	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF 05/2021	m²	6.218,33	R\$ 19,18	R\$ 24,26	R\$ 150.836,20
1.2	5219643 SICRO	TACHÃO REFLETIVO EM RESINA SINTÉTICA - BIDIRECIONAL - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UND	1.500,00	R\$ 61,03	R\$ 77,18	R\$ 115.775,81
1.3	5213360 SICRO	Tacha refletiva em plástico injetado - bidirecional tipo I - com um pino - fornecimento e colocação	UND	3.000,00	R\$ 18,91	R\$ 23,92	R\$ 71.745,72
2.0	EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL						R\$ 410.124,03
2.1	34723 SINAPI	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	m²	119,14	R\$ 519,75	R\$ 657,32	R\$ 78.313,26
2.2	34723 SINAPI	PLACA INDICATIVA EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	m²	89,61	R\$ 519,75	R\$ 657,32	R\$ 58.902,56
2.3	69026 SBS	POSTE DE SINALIZAÇÃO PI PLACA DE TRANSITO ACO GAL. 2" X 3000MM	UND	629,00	R\$ 343,07	R\$ 433,88	R\$ 272.908,21
IMPORTA A PRESENTE PROPOSTA O VALOR DE R\$ 748.481,76 (SETECENTOS E QUARENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E UM REAIS, SETENTA E SEIS CENTAVOS)							TOTAL R\$ 748.481,76

Ítalo Lima Silva

ÍTALO LIMA SILVA
CREA-MA 111950020-6



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO

DATA BASE:
JAN/2022

ORÇAMENTO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Local: Arame - MA

Objeto: Realização de sinalização das vias públicas de Arame - MA, sob demanda

BDI: 26,47% ENC. SOCIAIS: 85,68%

Endereço: ARAME/MA

ITEM	DESONERADO		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT.	DESCRIÇÃO
	CODIGO	REFERENCIA				
1.0	EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL					
1.1	102509	SINAPI	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL_AF_05/2021	m²	6218,33	6.218,33 M² DE PINTURA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL
1.2	5219643	SICRO	TACHÃO REFLETIVO EM RESINA SINTÉTICA - BIDIRECIONAL - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UND	1500,00	1.500 TACHÕES BIDIRECIONAL
1.3	5213360	SICRO	Tacha refletiva em plástico injetado - bidirecional tipo I - com um pino - fornecimento e colocação	UND	3000,00	3.000 TACHÕES BIDIRECIONAL TIPO I COM PINO
2.0	EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL					
2.1	34723	SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	m²	119,14	118,23 M² DE PLACA DE SINALIZAÇÃO COM PINTURA REFLETIVA (106 PLACAS DE PARE - 0,50M X 0,50M, 106 PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO- D=0,50M, 148 PLACAS DE ADVERTENCIA 0,50M X 0,50M, 7 PLACAS DE ADVERTENCIA DE PREFERENCIA DE 0,75M)
2.2	34723	SINAPI	PLACA INDICATIVA EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	m²	89,61	89,61 M² DE PLACA INDICATIVA COM PINTURA REFLETIVA (77 PLACAS DE 0,70M X 0,30M, 72 PLACAS DE SINALIZAÇÕES 1,20M X 0,85M)
2.3	69026	SBS	POSTE DE SINALIZACAO P/ PLACA DE TRANSITO ACO GAL.2"X3000MM	UND	629,00	629 UNIDADES DE SUPORTE METÁLICO PARA INSTALAÇÃO

Ítalo Lima Silva

ÍTALO LIMA SILVA
CREA-MA 111950020-6



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO

DATA BASE:
JAN/2022

ORÇAMENTO

CURVA ABC

Local: Arame - MA

Objeto: Realização de sinalização das vias públicas de Arame - MA, sob demanda

Endereço: ARAME/MA

BDI: 26,47%

ENC. SOCIAIS: 85,68%

ITEM	DESENERADO CODIGO REFERENCIA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT.	SEM BDI (R\$)	COM BDI (R\$)	PREÇO TOTAL(R\$)	ACUMULADO	%
2.3	69026	SBS	UNID	629,00	R\$ 344,07	R\$ 439,28	R\$ 272.908,21	R\$ 272.908,21	36,46%
1.1	102509	SINAPI	m²	6.218,33	R\$ 19,18	R\$ 24,26	R\$ 150.836,20	R\$ 423.744,41	56,61%
1.2	5219643	SICRO	UNID	1.500,00	R\$ 61,03	R\$ 77,18	R\$ 115.775,81	R\$ 539.520,22	72,08%
2.1	34723	SINAPI	m²	119,14	R\$ 519,75	R\$ 657,32	R\$ 78.313,26	R\$ 617.833,48	82,54%
1.3	5213360	SICRO	UND	3.000,00	R\$ 18,91	R\$ 23,92	R\$ 71.745,72	R\$ 689.579,20	92,13%
2.2	34723	SINAPI	m²	89,61	R\$ 519,75	R\$ 657,32	R\$ 58.902,56	R\$ 748.481,76	100,00%

Italo Lima Silva

ITALO LIMA SILVA
CREA-MA 111950020-6



BDI - SERVIÇOS

DATA BASE: JAN/2022

Objeto: Realização de sinalização das vias públicas de Arame - MA, sob demanda

26,47%

COMPOSIÇÃO DE BDI

DESCRIÇÃO	%
1. GARANTIAS	
2. RISCOS	0,32%
3. SEGUROS	0,50%
4. DESPESAS FINANCEIRAS	0,10%
5. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,02%
6. TRIBUTOS*	1,50%
6.1 - ISS	13,15%
6.2 - PIS	5,00%
6.3 - COFINS	0,65%
6.4 - CPRB	3,00%
7 - LUCRO	4,50%
	6,16%
TOTAL GERAL DO BDI**	26,47%

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 - DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

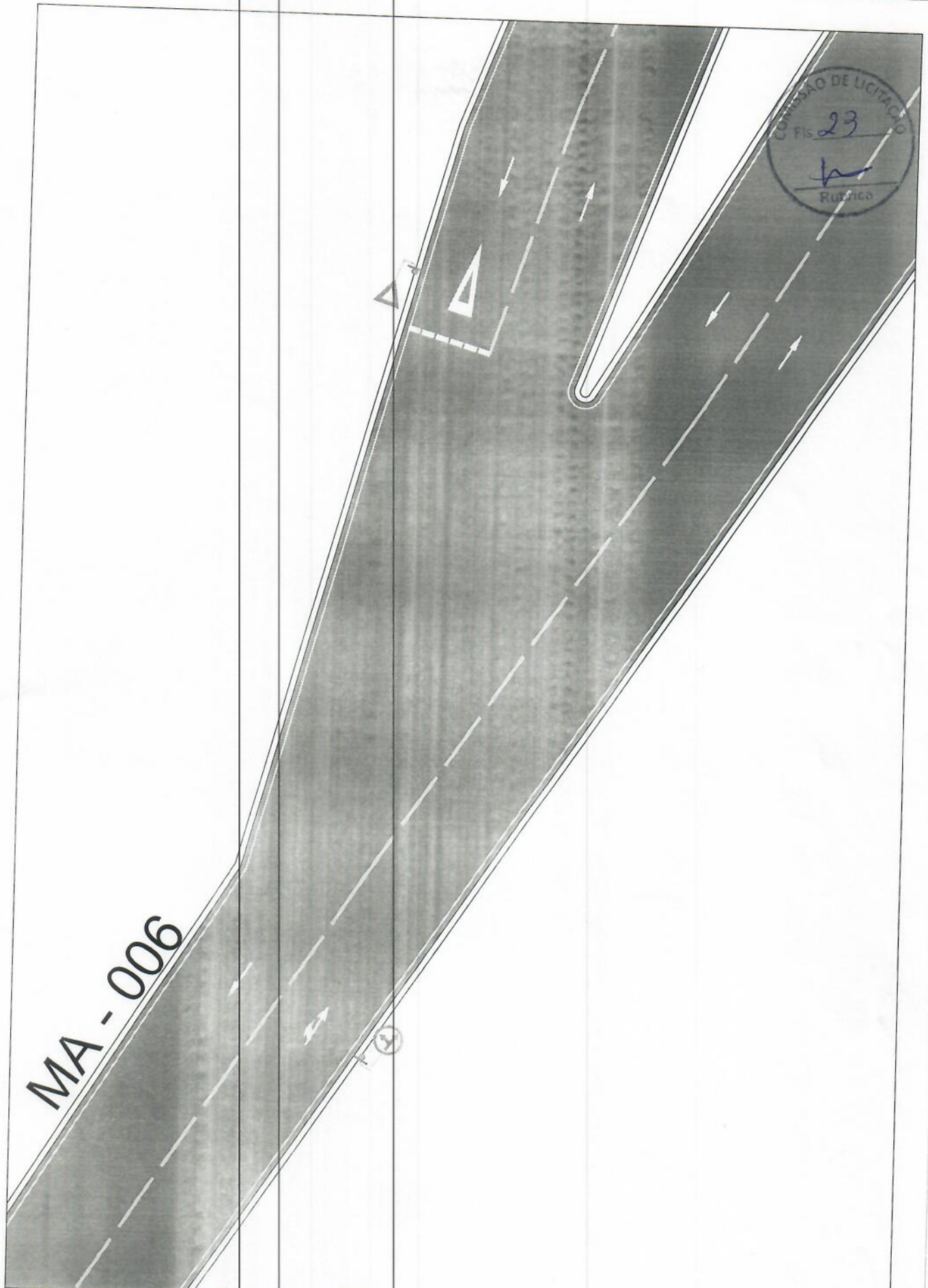
ISS REFERENTE A PERCENTUAL DO MUNICÍPIO DE ARAME - MA

* Soma dos Impostos (ISS, PIS, Cofins e CPRB)

** Aplicação da Fórmula Proposta

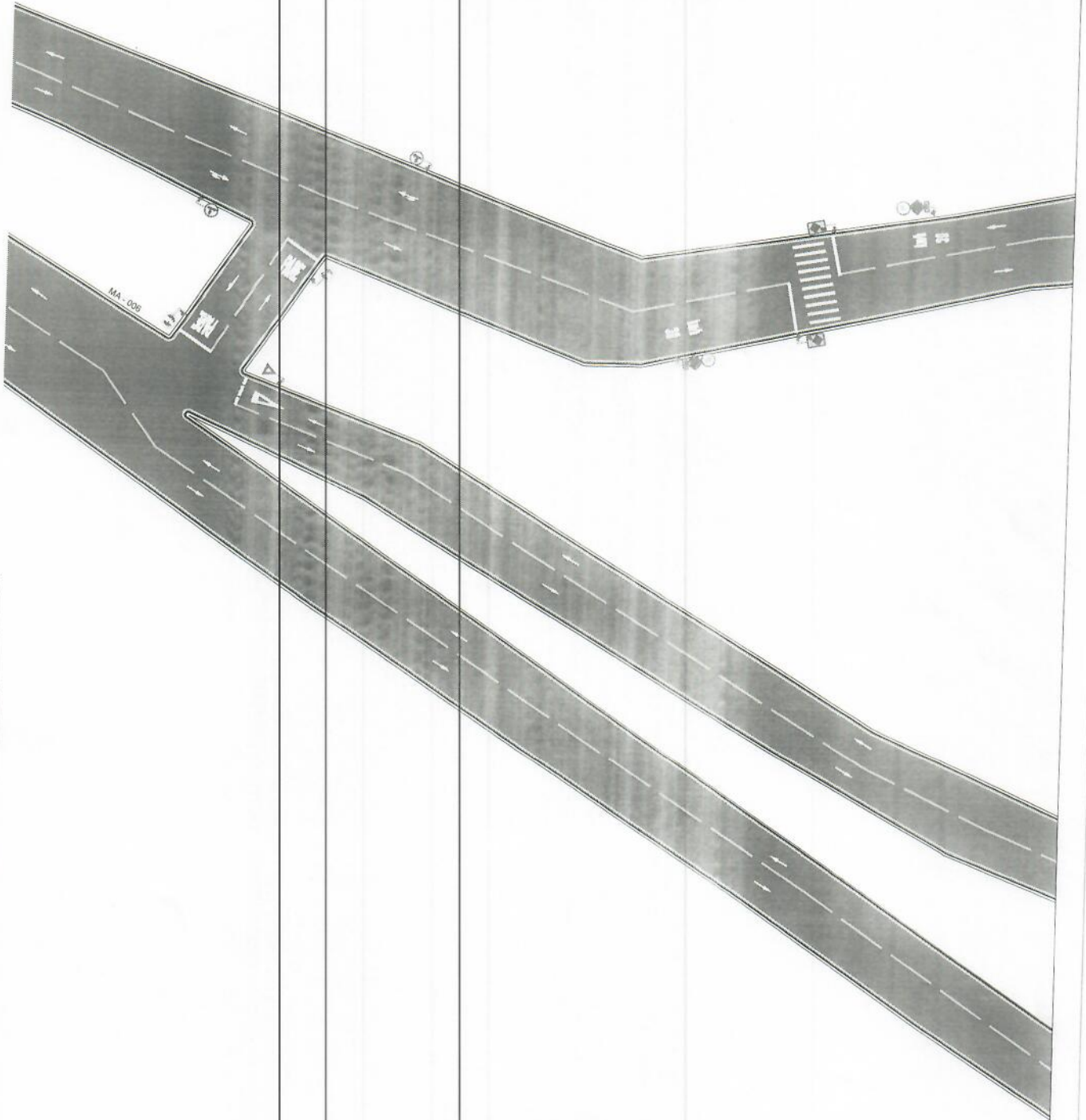
Ítalo Lima Silva

ÍTALO LIMA SILVA
CREA-MA 111950020-6

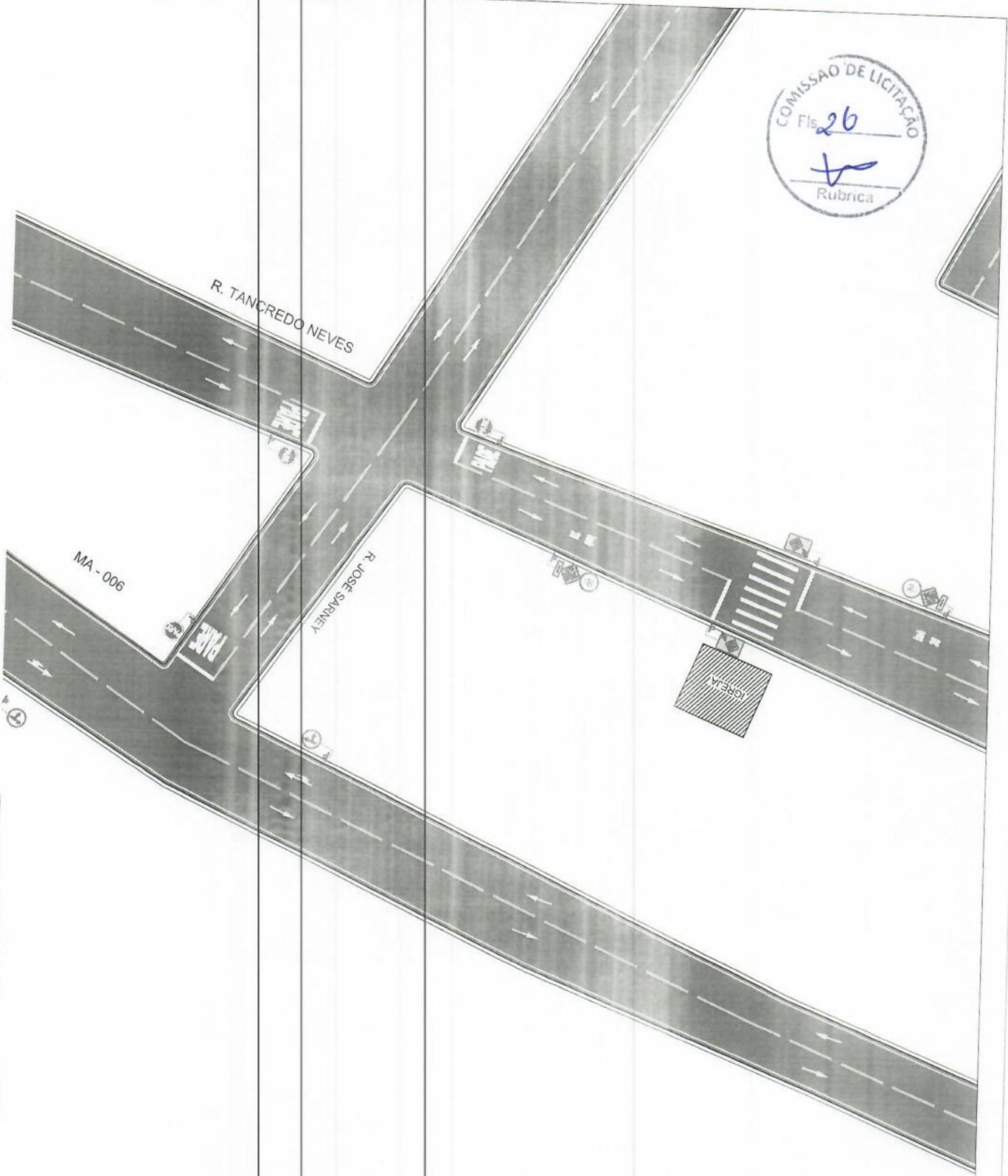


COMISSÃO DE LICITAÇÃO
 Fis. 23
 Rubrica

	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 01	autor do projeto:
	projeto: ARAME - MA.	data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
			título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



DETRAN	CONTRATO	AV. DOS FRANCISCS, S/N	prioridade n.º	02	outor do projeto:
DETRAN	CONTRATO	MA PALMEIRA - SÃO LUÍS-MA	data:	MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSTO - DETRAN
		DETRAN	escala:	SEM ESCALA	DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRANSTO
					rubrica: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



AV. DOS FRANCÊS, S/N
VIA PÁLIA - SÃO JOSÉ - MA
Fone: (081) 388-2021
C.M.A. - e-mail: sema@detranma.gov.br

AV. ARAME - MA.

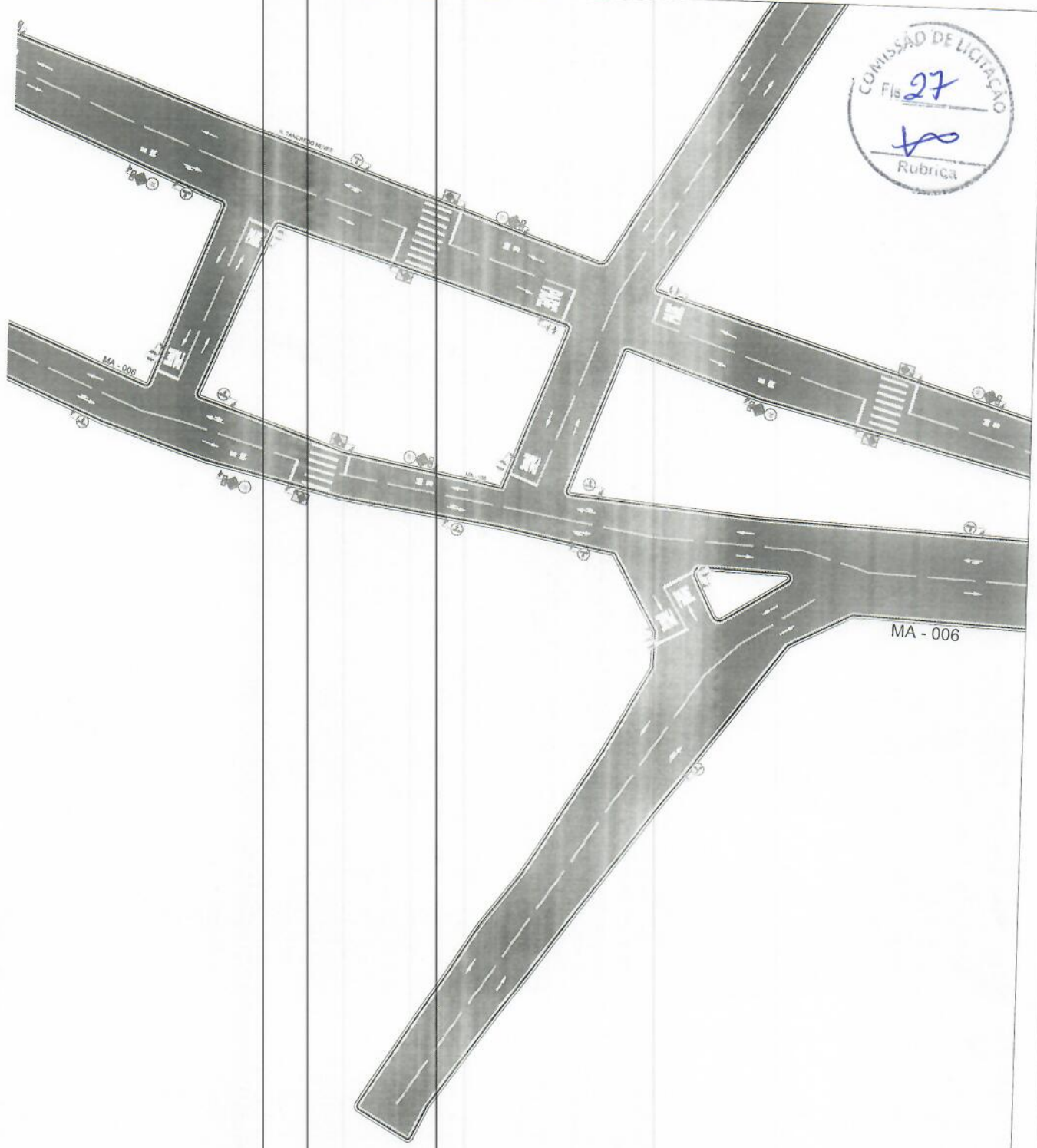
Projeto n.º: 04

data: MAIO/2021
projeto: SEM ESCALA

local do projeto:

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
SINALIZAÇÃO VIÁRIA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
 Fls. 27
 Rubrica



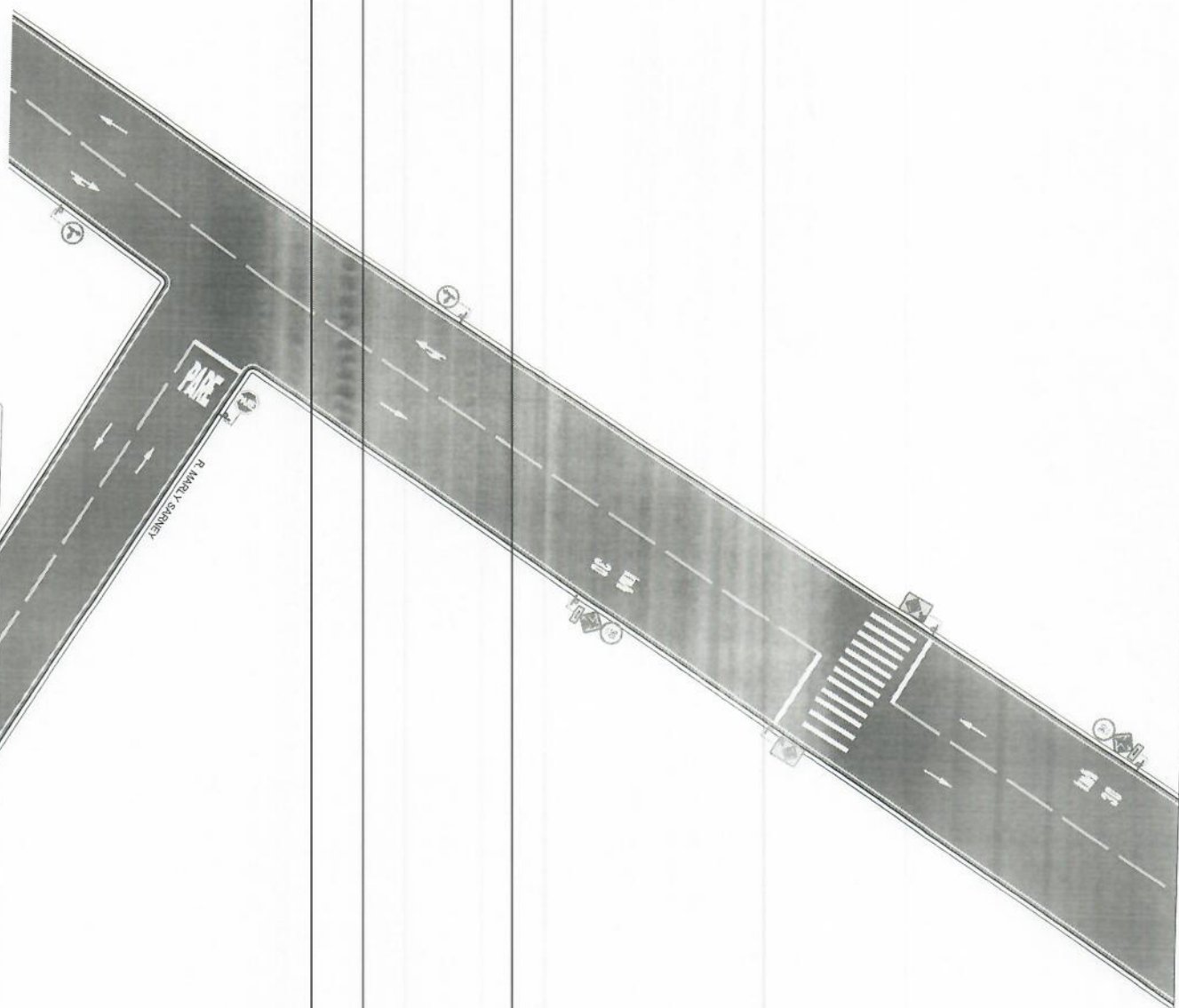
AL. DOS RANDEIROS, S/A
 VIA PALMEIRA - SÃO JOSÉ-MA
 Fone: (98) 3261-2097
 E-Mail: e-mail: atendimento@detran.ma.gov.br

prorrogat. nº: 05
 data: MAIO/2021
 espécie: SEM ESCALA

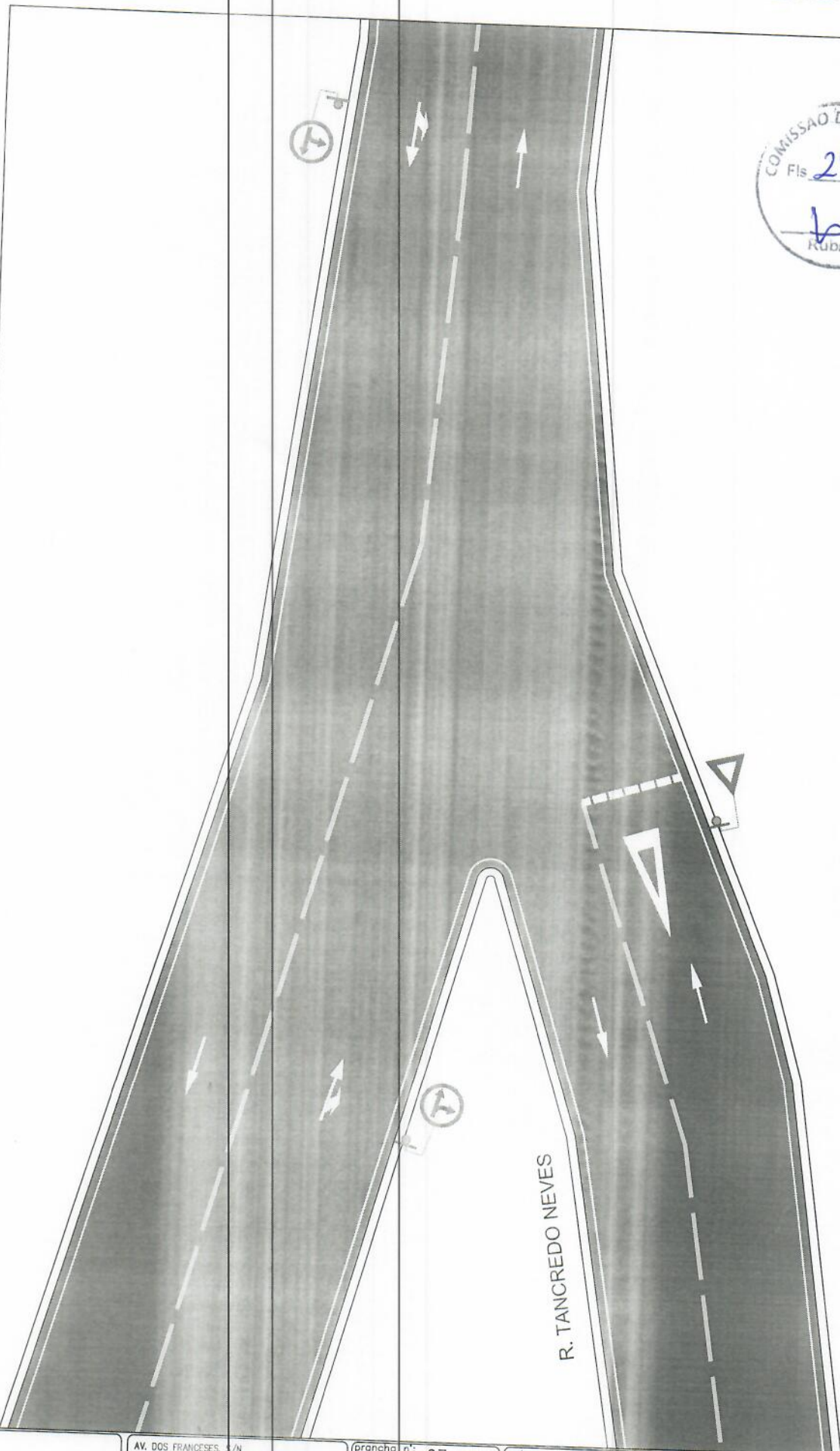
outor do projeto:
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
 DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
 SINALIZAÇÃO VIÁRIA

ARAME - MA.


COMISSÃO DE LICITAÇÃO
 Fis. 28
 Rubrica

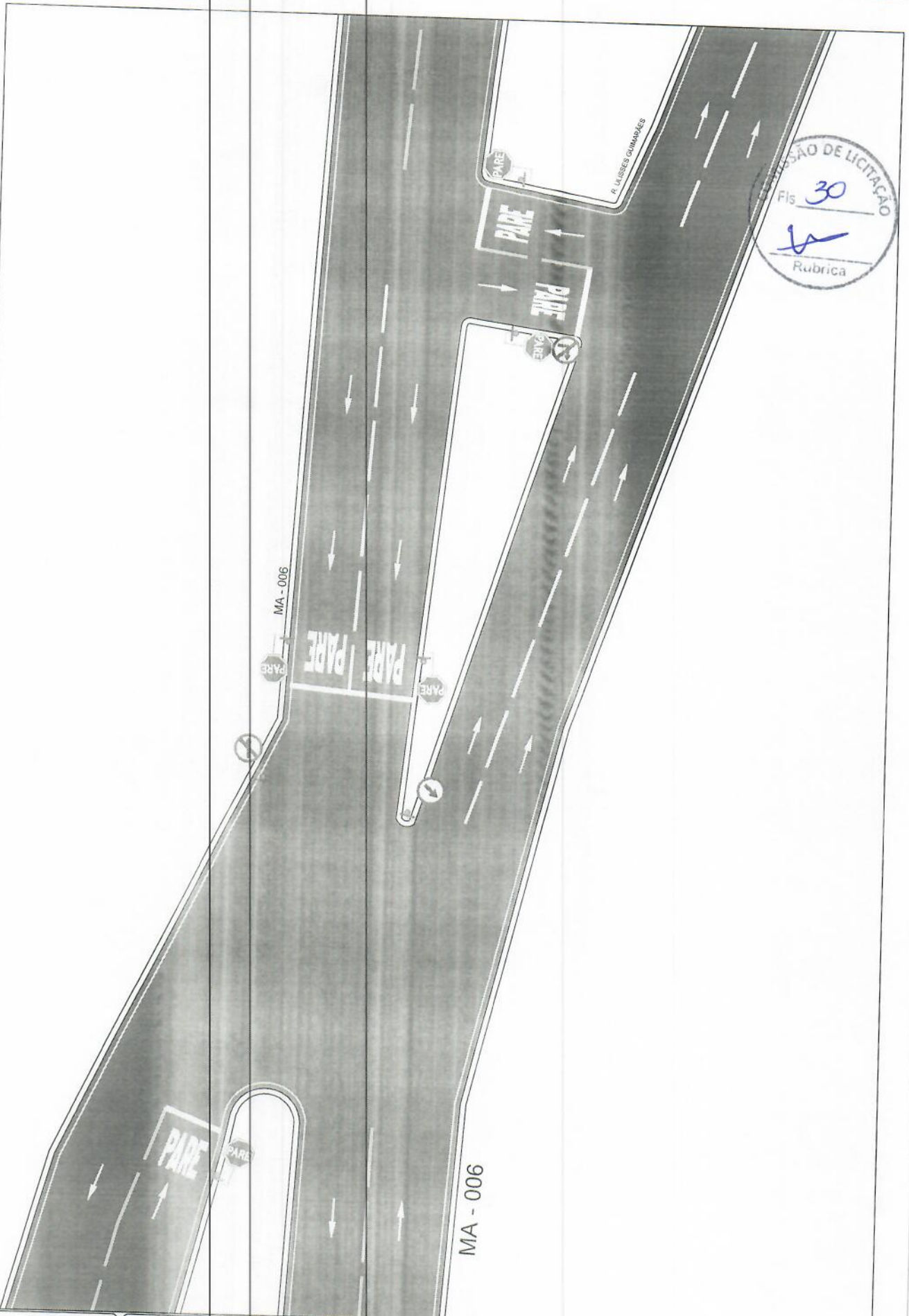


AL DOS RANDEZES S/A CNPJ: 04.040.474/0001-44 FONE: (41) 3081-2077 E-MAIL: a@randezes.com.br		DEPTAN DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
endereço: MAIO/2021		ordem do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTES - DEPTAN	
placa: SEM ESCALA		ordem do projeto: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO	
número: 06		ordem do projeto: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	




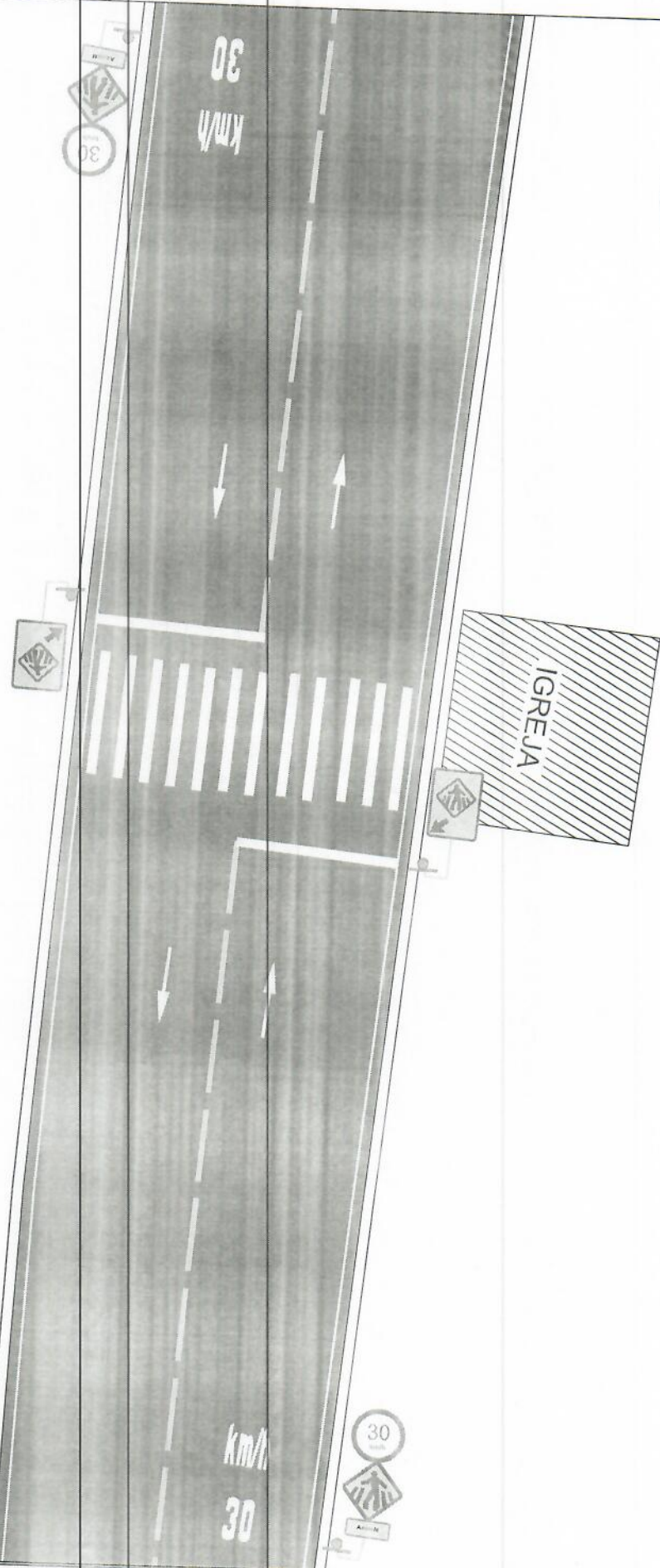
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
 Fls. 29
 Rubrica

	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-209 E-MAIL e-mail: falecevosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 07 data: MAIO/2021 escala: SEM ESCALA	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
 Fls. 30
 Rubrica

 GOVERNO DO MARANHÃO TRANSPORTE E TRÂNSITO	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUÍS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2087 E-MAIL e-mail: foiecarasco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 08 data: MAIO/2021 escala: SEM ESCALA	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



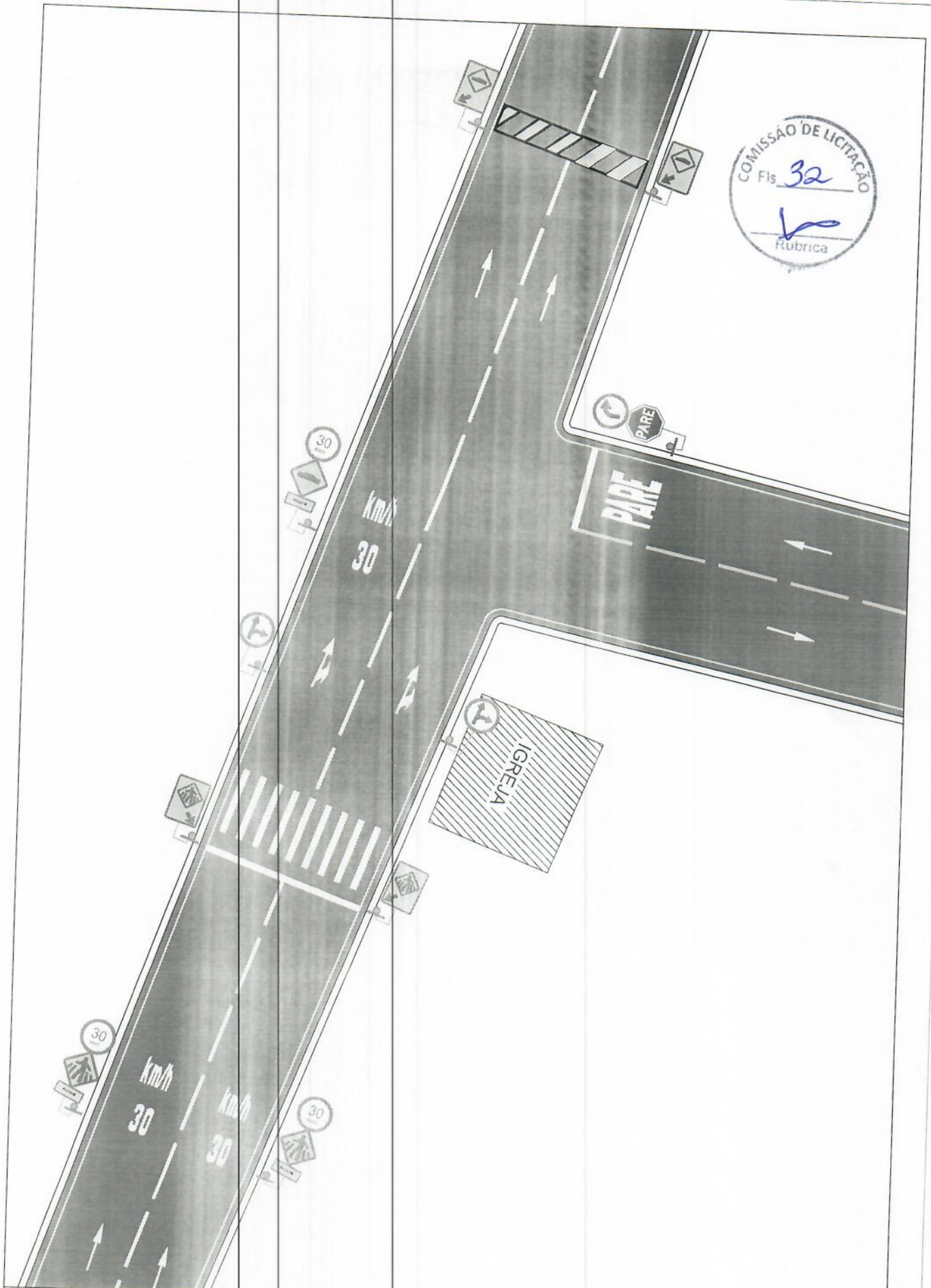
AV. DOS FRANCÊSES, S/N
VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
CEP: 65036-901
FONE: (98) 3089-2097
E-MAIL e-mail: fale conosco@detran.ma.gov.br

prancha n°: 09
data: MAIO/2021
escala: SEM ESCALA


autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO

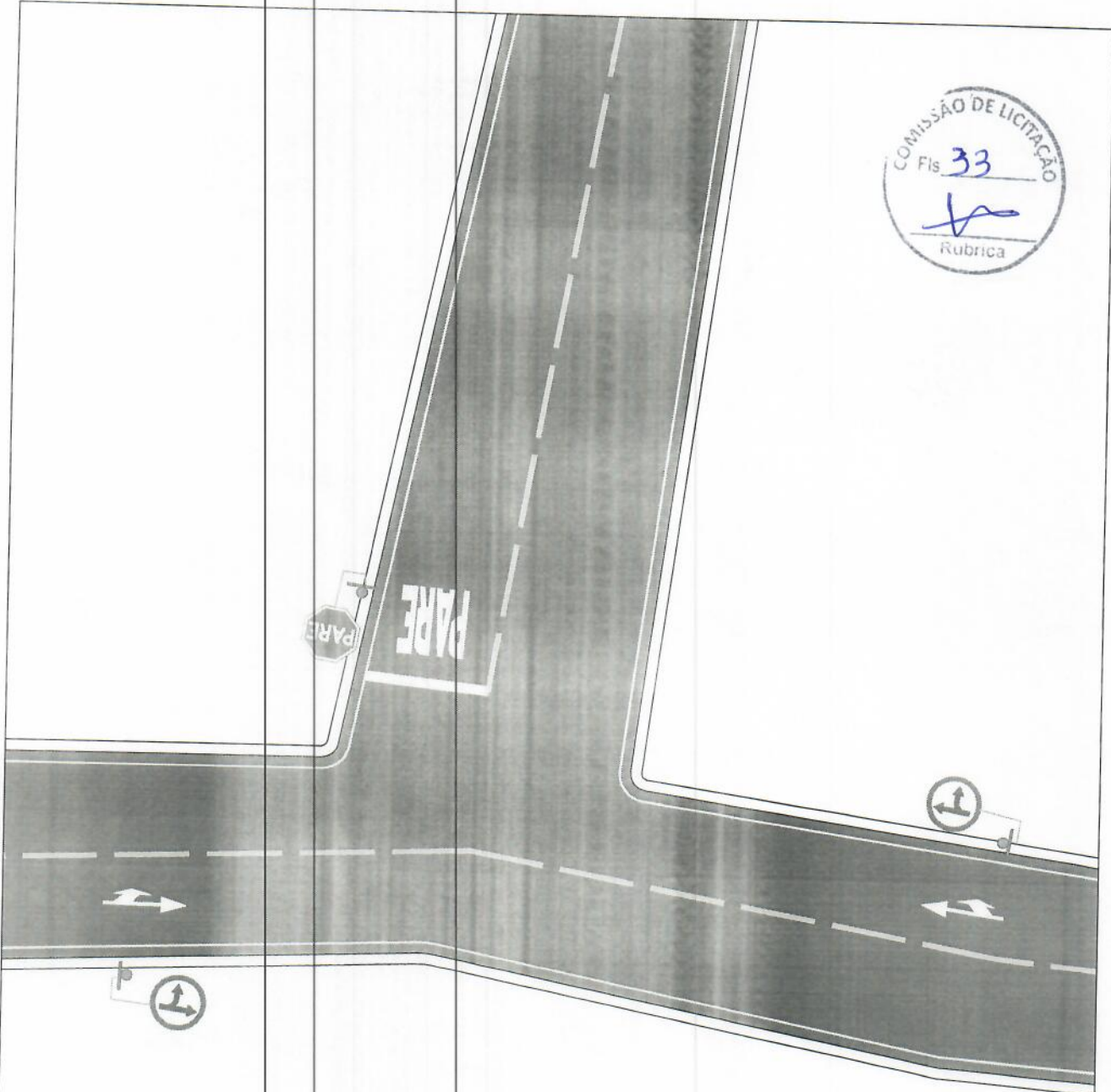
projeto: ARAME - MA.

título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
 Fls. 32
 Rubrica

 GOVERNO DO MARANHÃO GOVERNOS DE TODAS AS IDADES	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2099 E-MAIL e-mail: telecosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 10 data: MAIO/2021 escala: SEM ESCALA	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

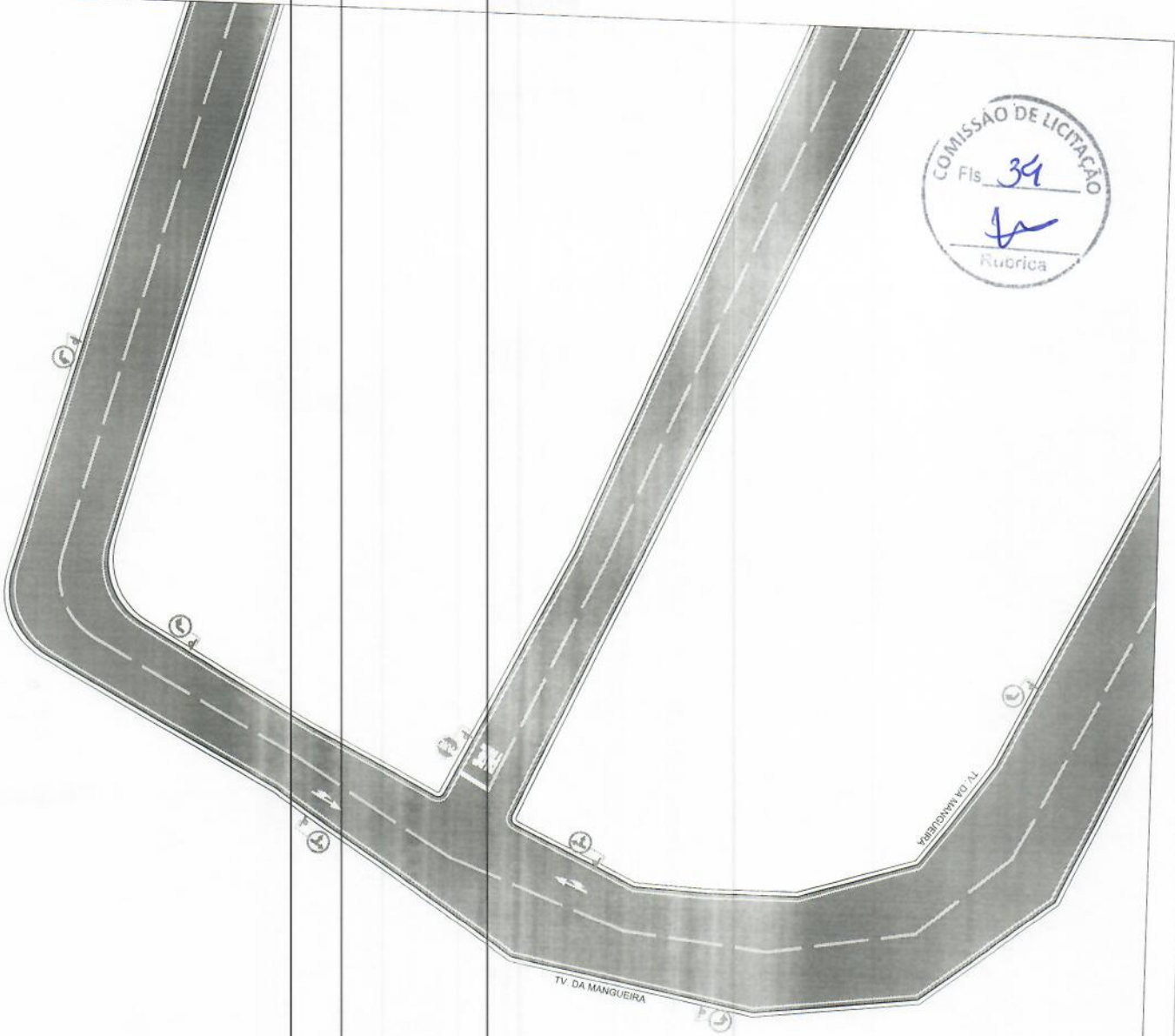


AV. DOS FRANCÊSES, S/N
VILA PALMEIRA - SÃO LUÍS-MA
CEP: 65036-901
FONE: (98) 3089-2097
E-MAIL e-mail: f@econosco@detran.ma.gov.br

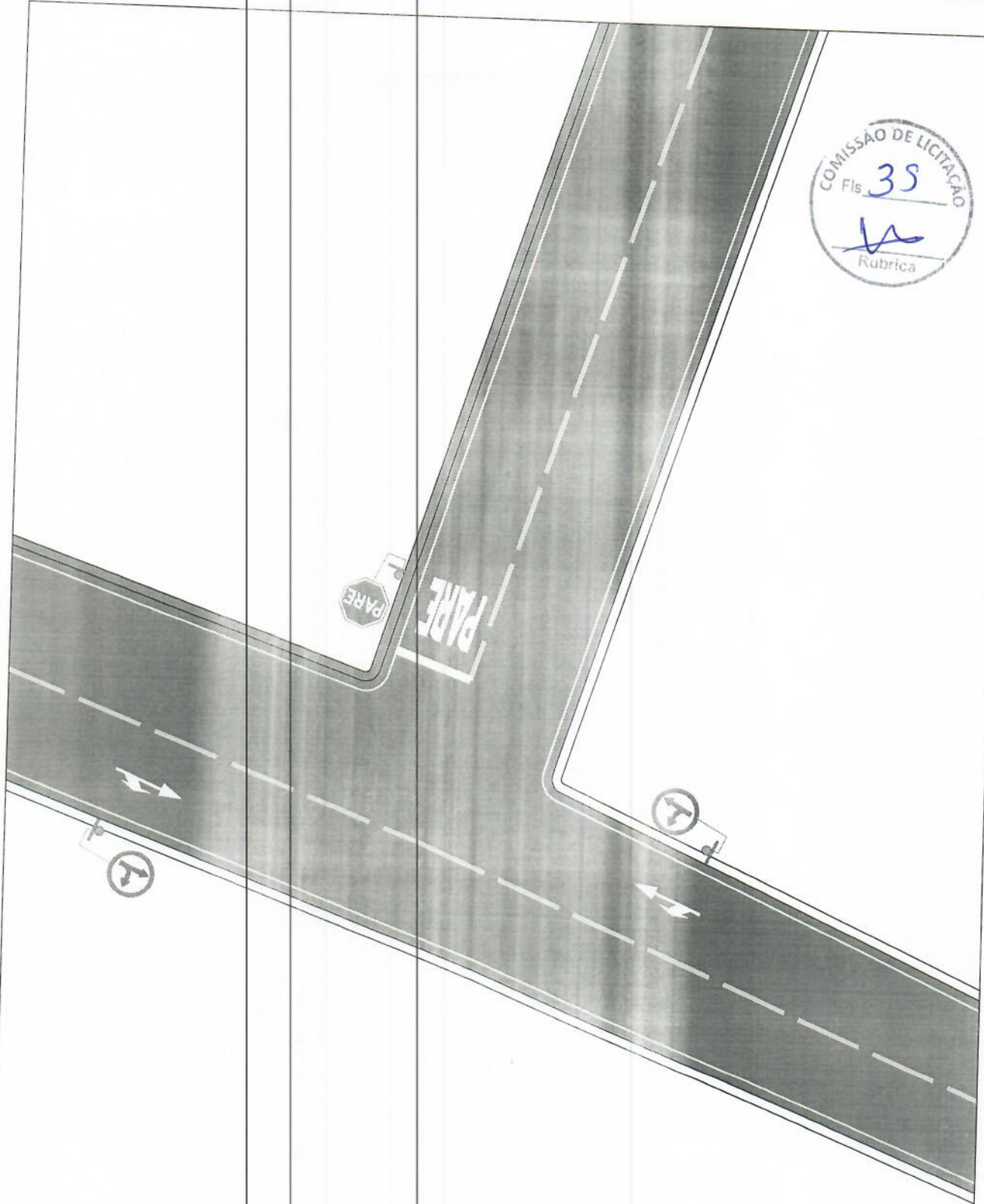
prancha n°: 12
data: MAIO/2021
escala: SEM ESCALA

autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

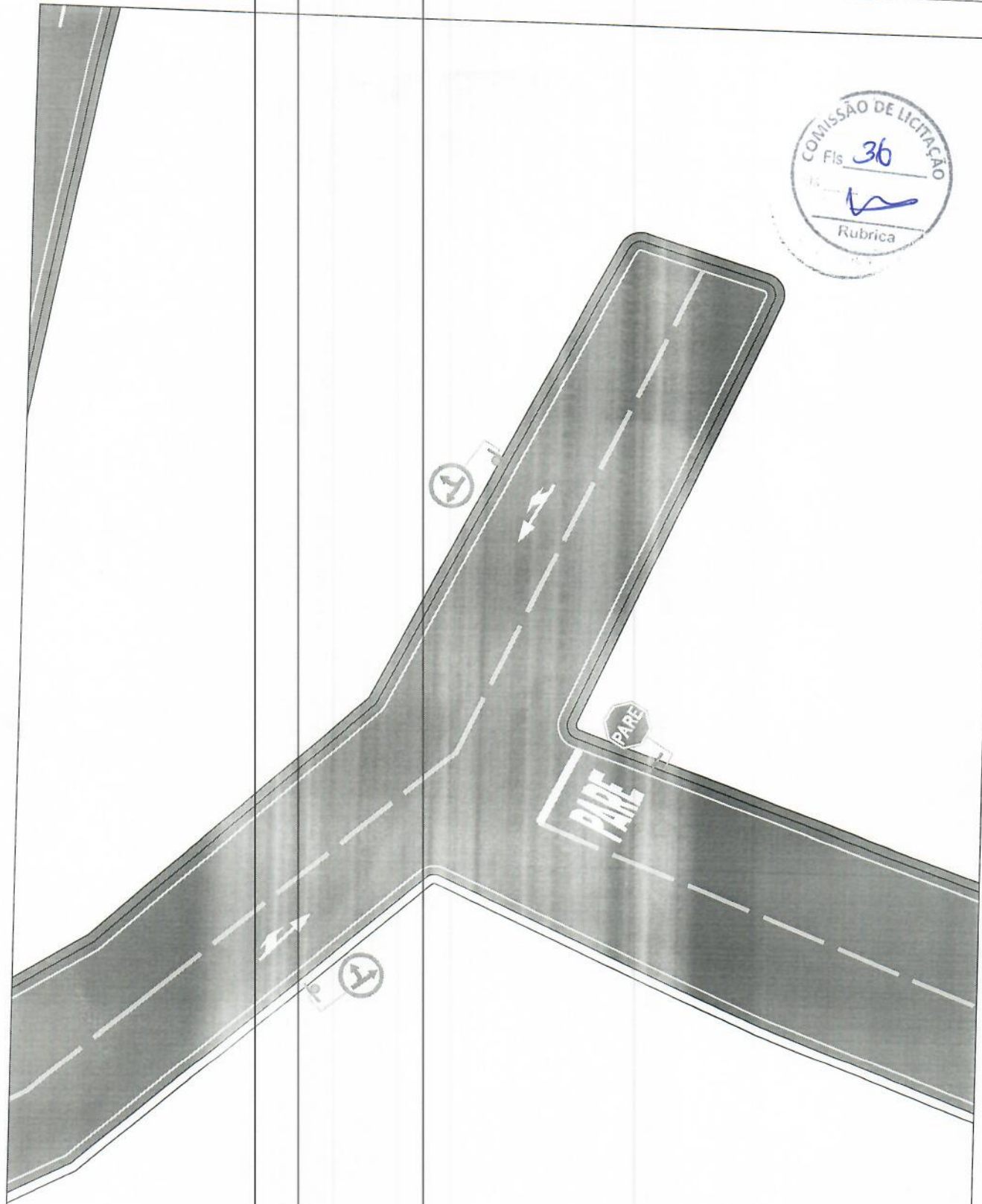
projeto: ARAME - MA.



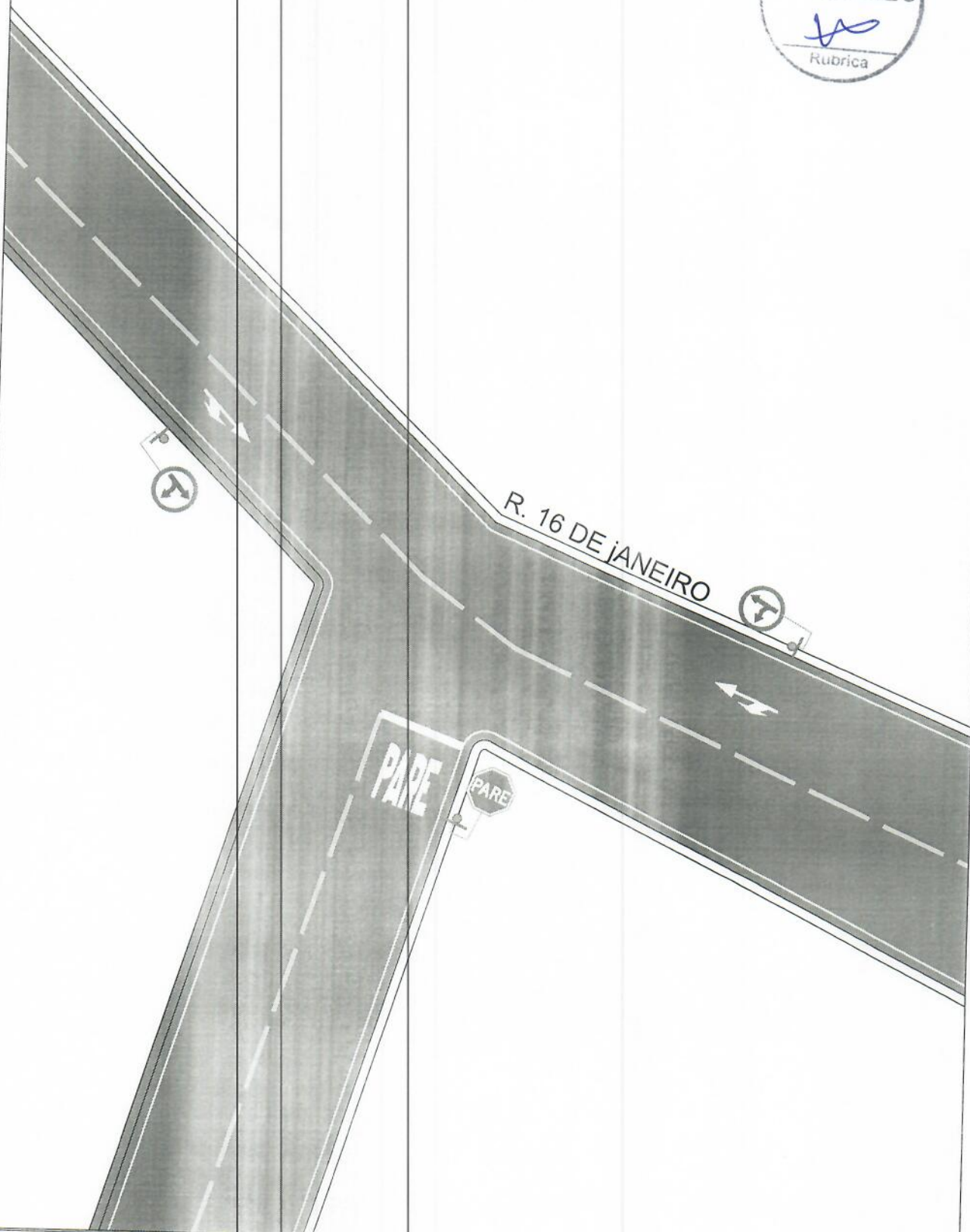
DETTRAN		CONSTRUTORA	
FERRARI		FERRARI	
A. DOS RANDEZES, S/A		A. DOS RANDEZES, S/A	
RUA PALMEIRA - SÃO LUÍS-MA		RUA PALMEIRA - SÃO LUÍS-MA	
CNPJ: 07.028.788/0001-00		CNPJ: 07.028.788/0001-00	
E-MAIL: rranandezes@detranma.gov.br		E-MAIL: rranandezes@detranma.gov.br	
Projeto: ARAME - M.A.		Projeto: ARAME - M.A.	
Número: 13		Número: 13	
Data: MAIO/2021		Data: MAIO/2021	
Assinatura: SEM ASSINATURA		Assinatura: SEM ASSINATURA	
Outor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSTO - DETRAN		Outor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSTO - DETRAN	
Assinatura: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRANSTO		Assinatura: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRANSTO	
Assinatura: SINALIZAÇÃO VIÁRIA		Assinatura: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	



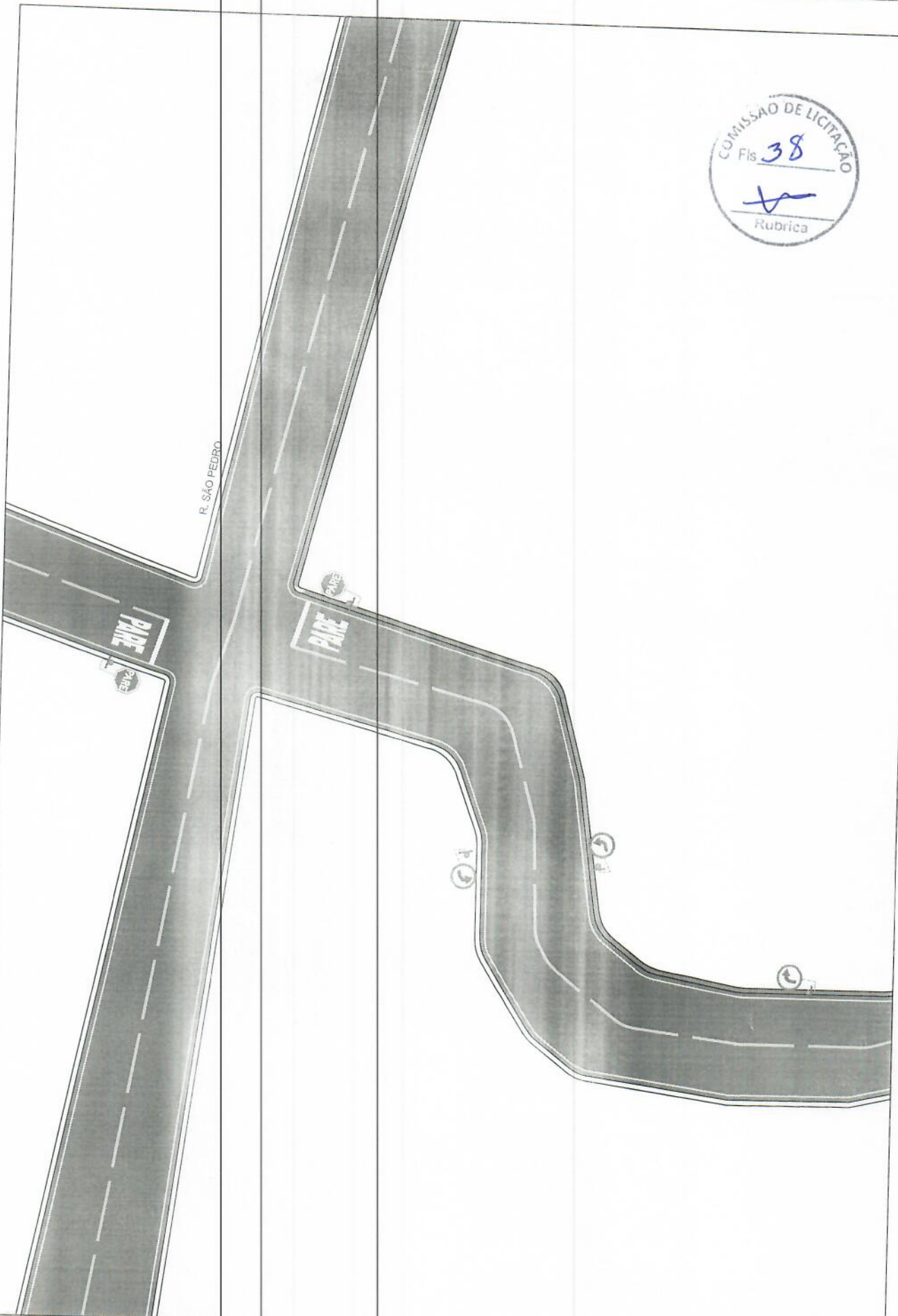
	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: fale conosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 14	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAÇÓIS - MA.	data: MAIO/2021	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
		escala: SEM ESCALA	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



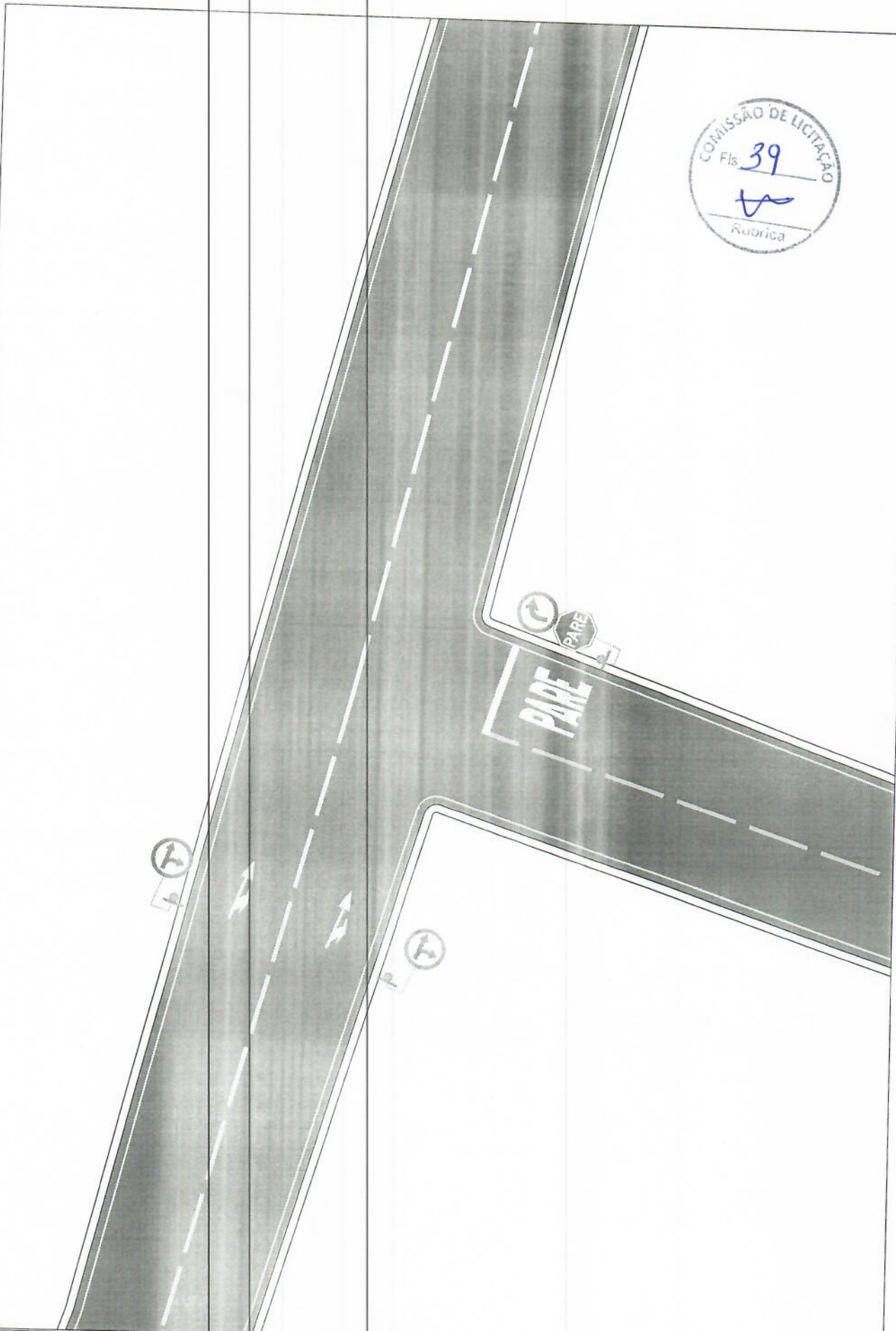
	AV. DOS FRANCESES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 15	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
			título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: talca.nasca@detran.ma.gov.br	prancha n°: 16	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
	projeto: ARAME - MA.		título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65038-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 17	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
	projeto: ARAME - MA.	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	

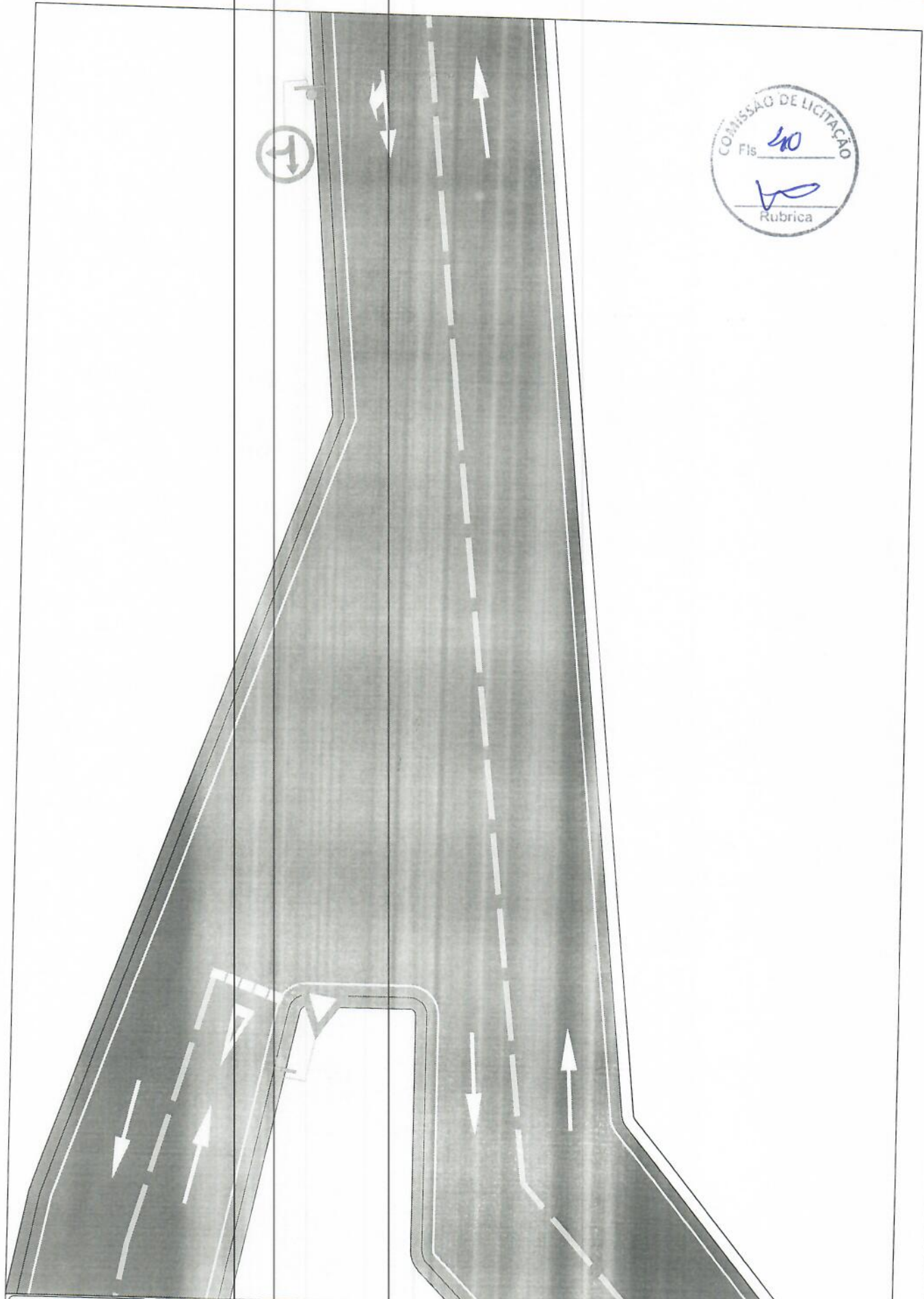


AV. DOS FRANCÊSES, S/N
VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
CEP: 65036-901
FONE: (98) 3089-2497
E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br


prancha n°: 18
data: MAIO/2021
escala: SEM ESCALA

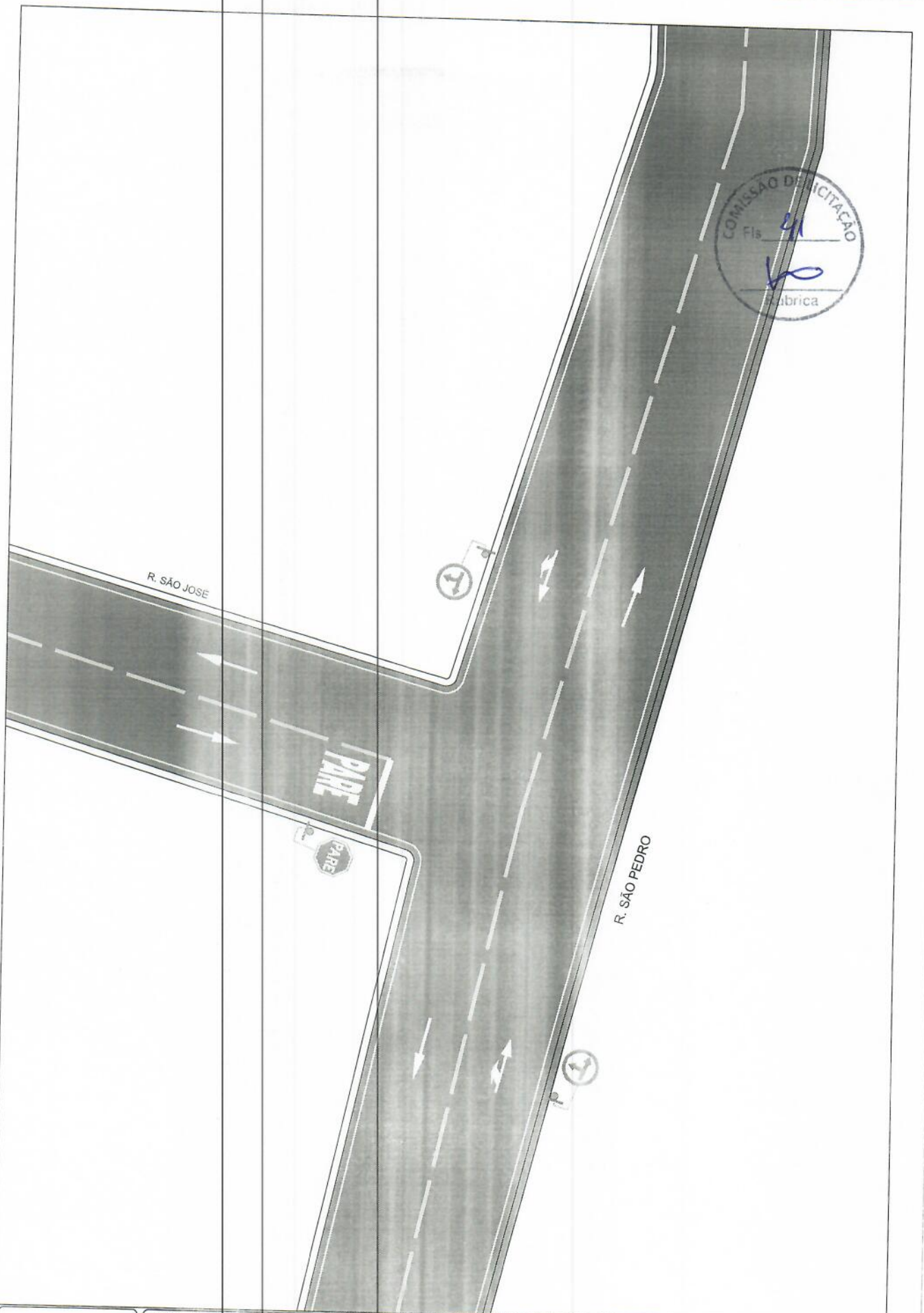
autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

projeto: ARAME - MA.



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
 Fis. 210
 Rubrica

	AV. DOS FRANCESES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2457 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n.º 19 data: MAIO/2021 escala: SEM ESCALA	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
 Fls. 21
 Fabrica

R. SÃO JOSE

R. SÃO PEDRO

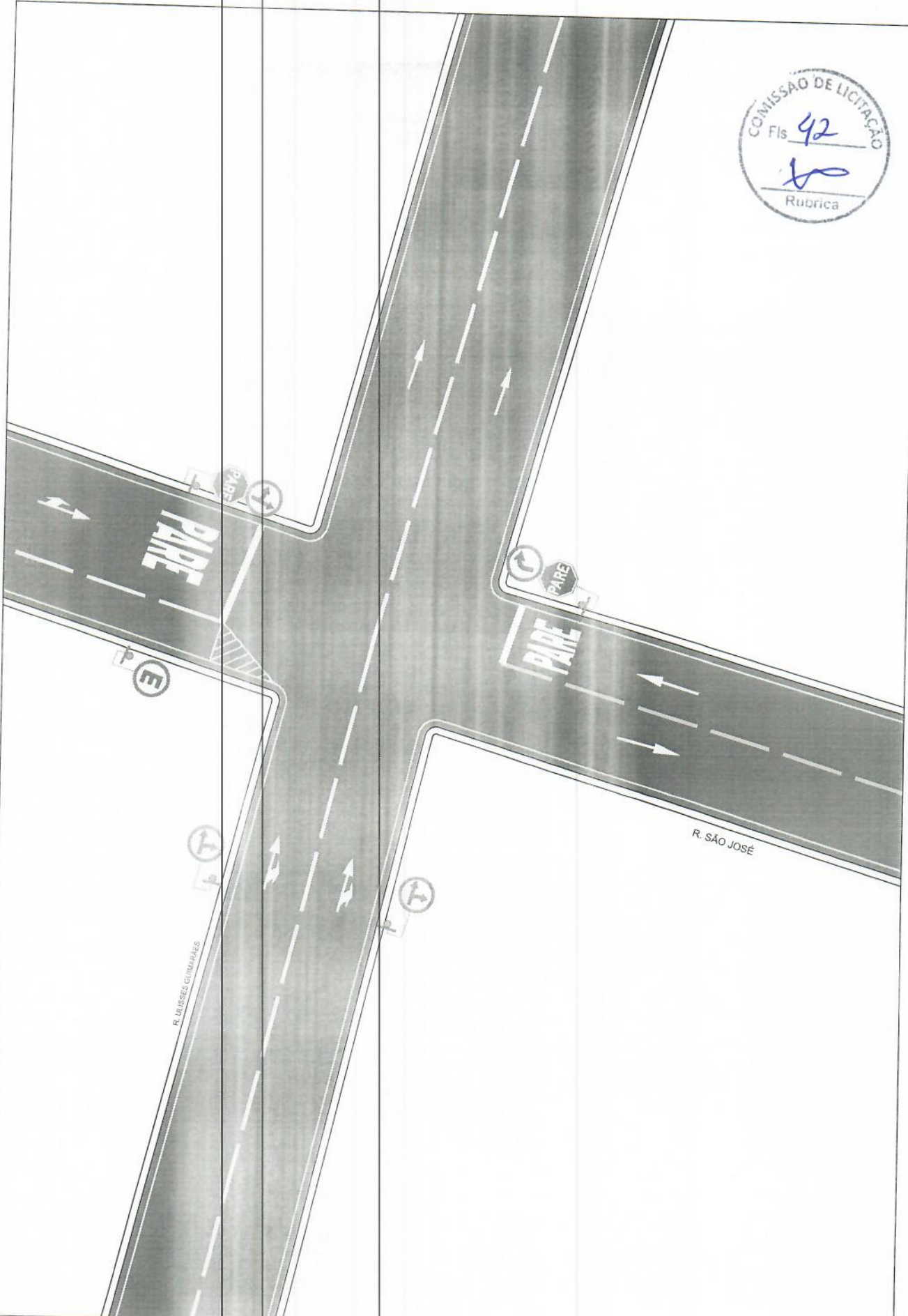


AV. DOS FRANCESES, S/N
 VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
 CEP: 65036-901
 FONE: (98) 3089-2057
 E-MAIL e-mail: falecanosco@detran.ma.gov.br

prancha n°: 20
 data: MAIO/2021
 escala: SEM ESCALA

autor do projeto:
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
 setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
 título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

projeto: ARAME - MA.

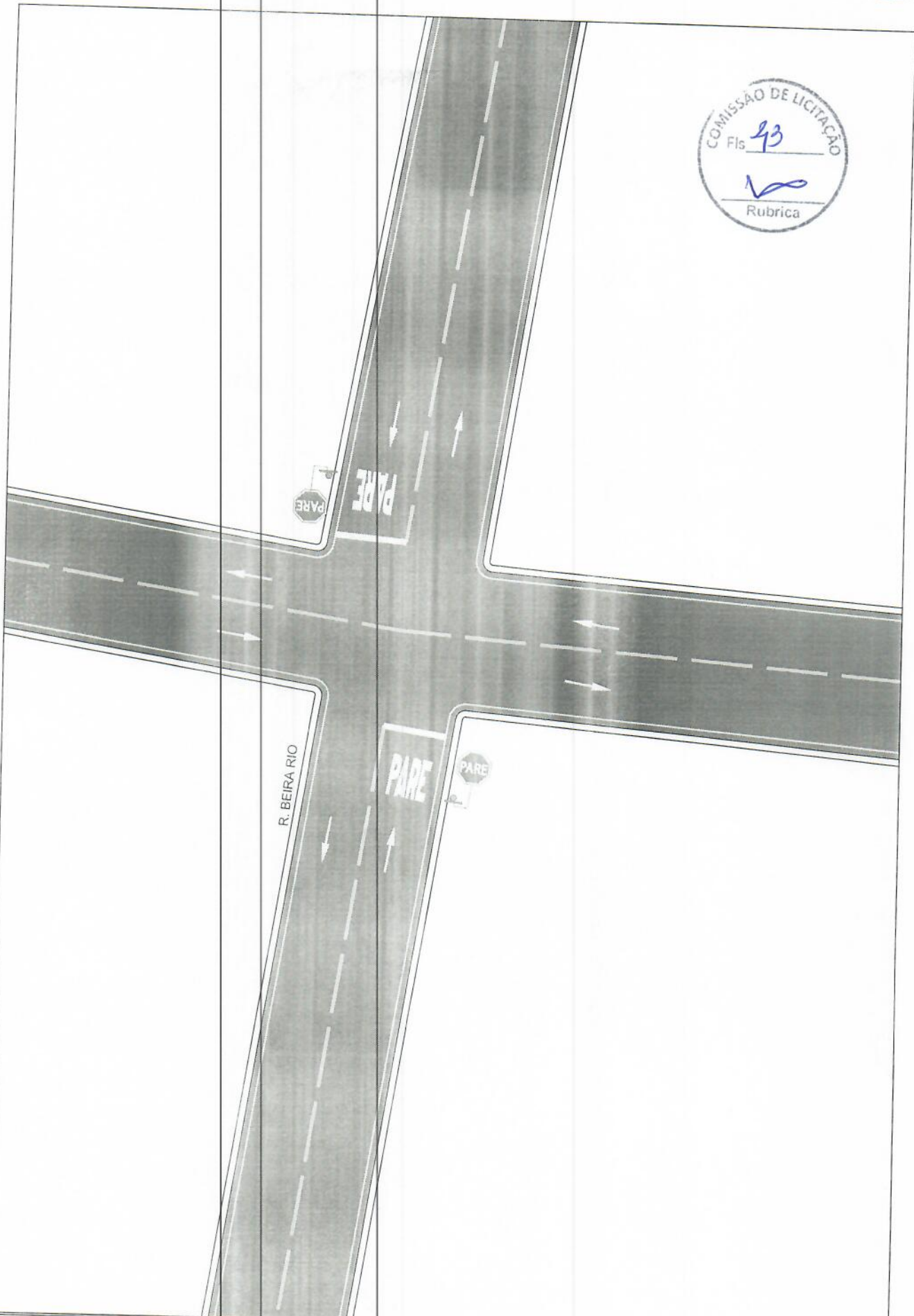


AV. DOS FRANCÊSES, S/N
VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
CEP: 65036-901
FONE: (98) 3089-2097
E-MAIL: e-mail: falcão@detran.ma.gov.br

prancha n°: 21
data: MAIO/2021
escala: SEM ESCALA

autor do projeto:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

projeto: ARAME - MA.

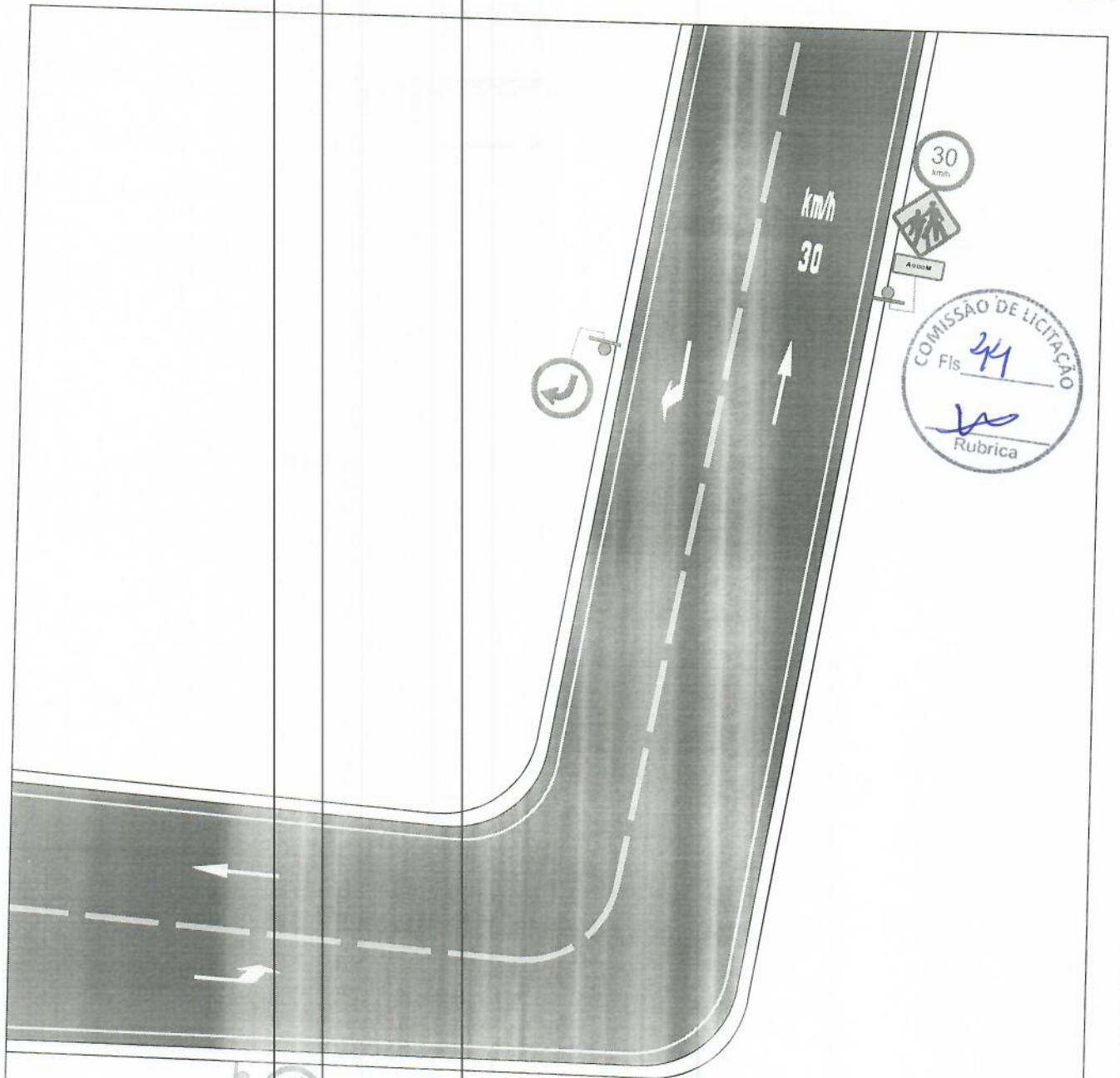


AV. DOS FRANCÊSES, S/N
VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
CEP: 65036-901
FONE: (98) 3089-2097
E-MAIL e-mail: faleca/osca@detran.ma.gov.br

prancha n°: 22
data: MAIO/2021
escala: SEM ESCALA

autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

projeto: ARAME - MA.



AV. DOS FRANCÊSES, S/N
 VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
 CEP: 65036-901
 FONE: (98) 3089-2497
 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br

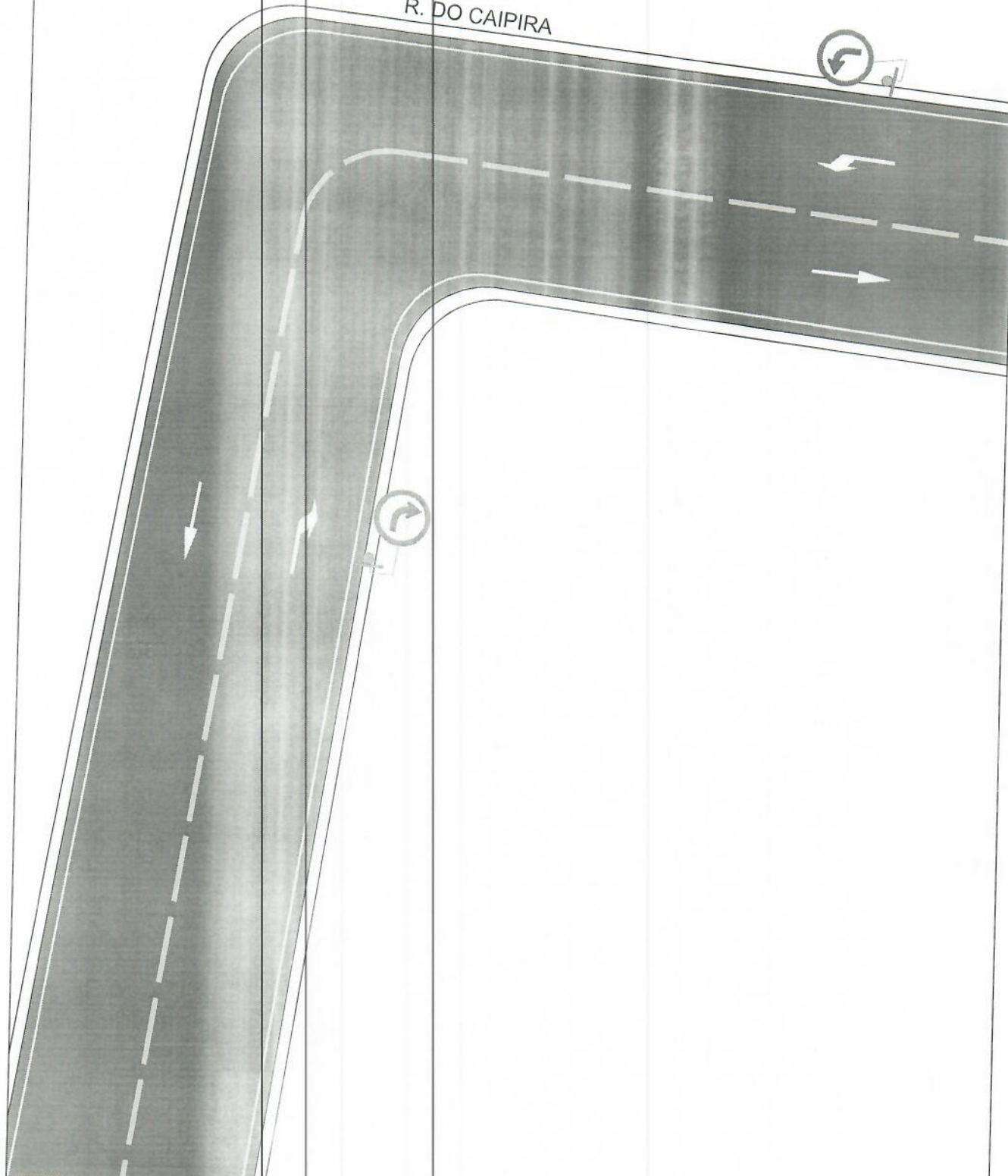
prancha n°: 23
 data: MAIO/2021
 escala: SEM ESCALA

autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
 setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
 título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

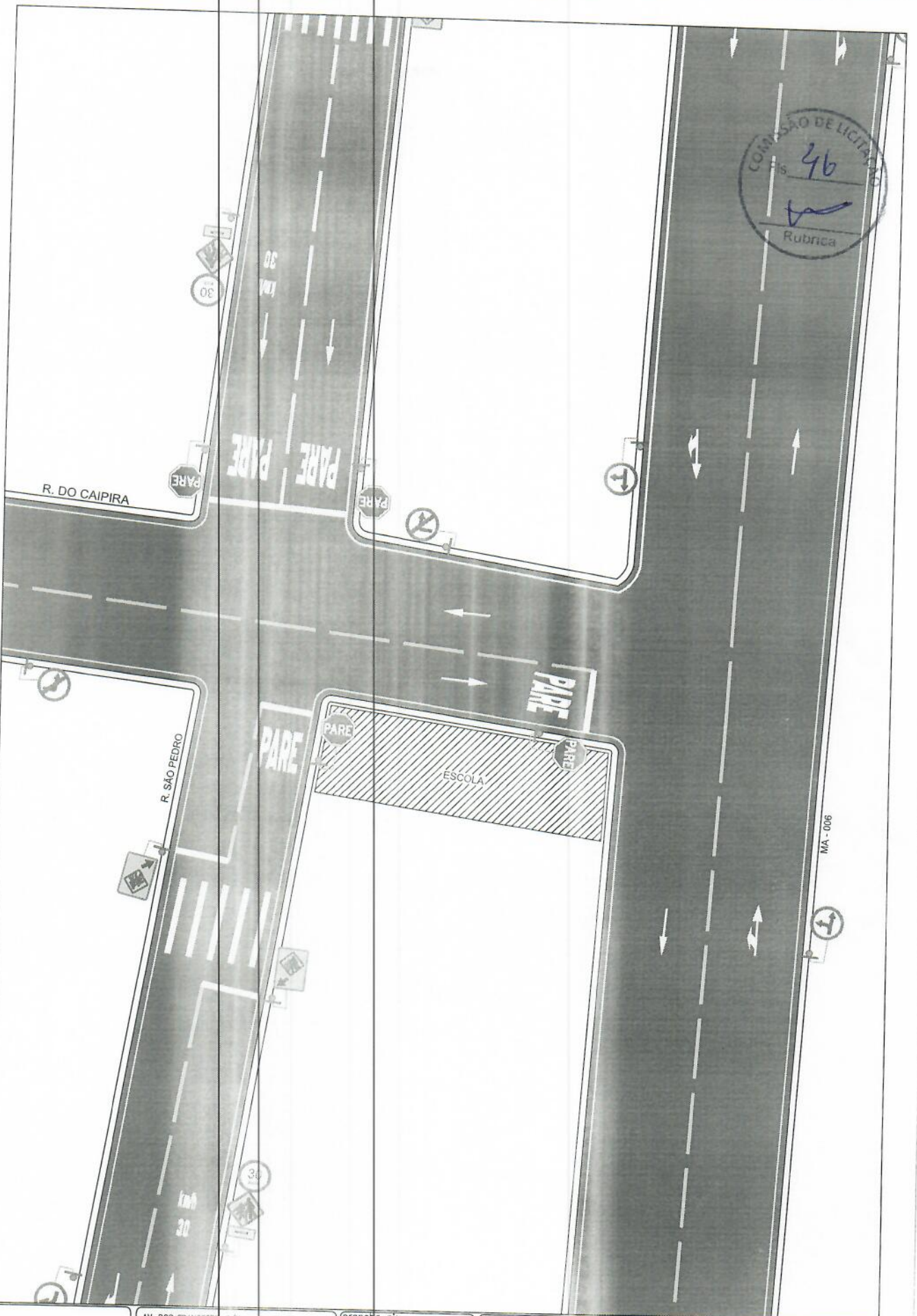
projeto: ARAME - MA.



R. DO CAIPIRA



	AV. DOS FRANCÊSES S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: teleatendimento@detran.ma.gov.br	prancha n°: 24	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
	projeto: ARAME - MA.		título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



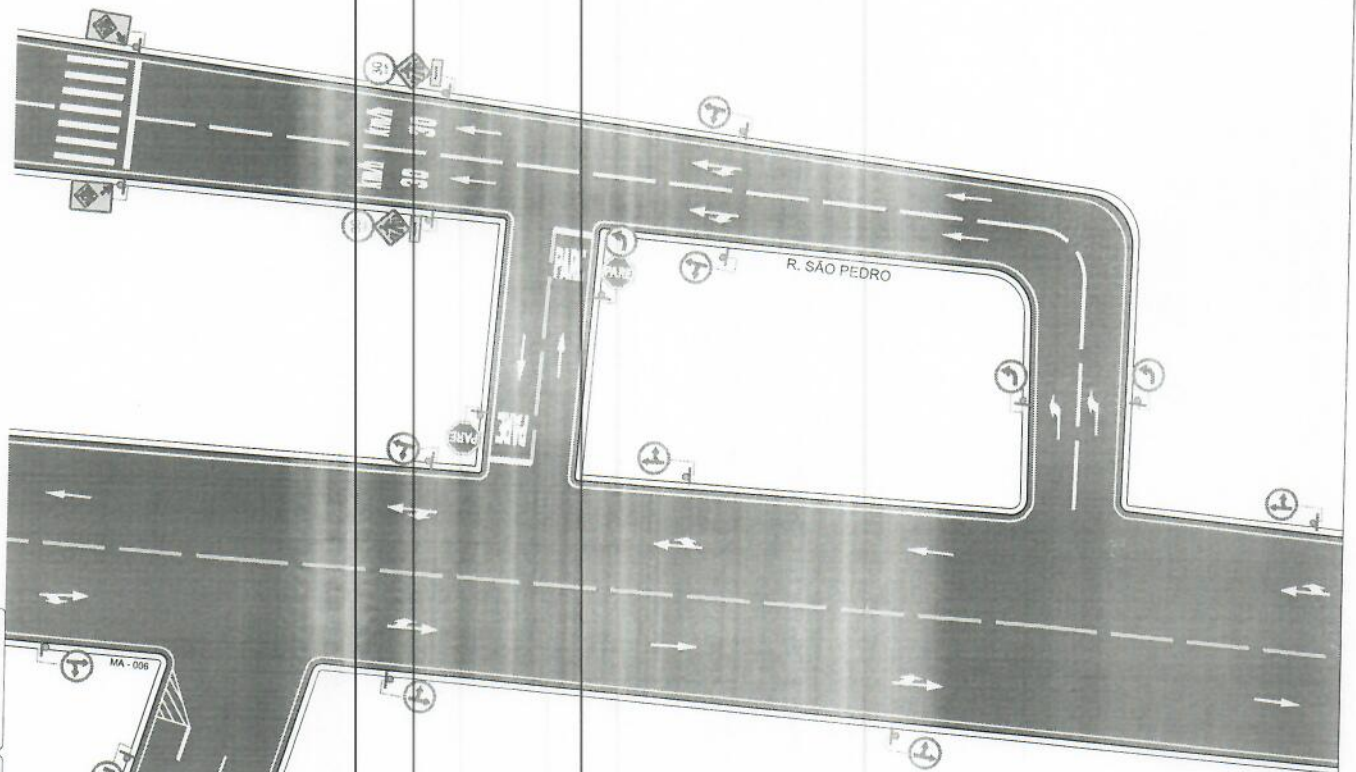
AV. DOS FRANCÊSES, S/N
 VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
 CEP: 65036-901
 FONE: (98) 3089-2497
 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br

prancha n°: 25
 data: MAIO/2021
 escala: SEM ESCALA

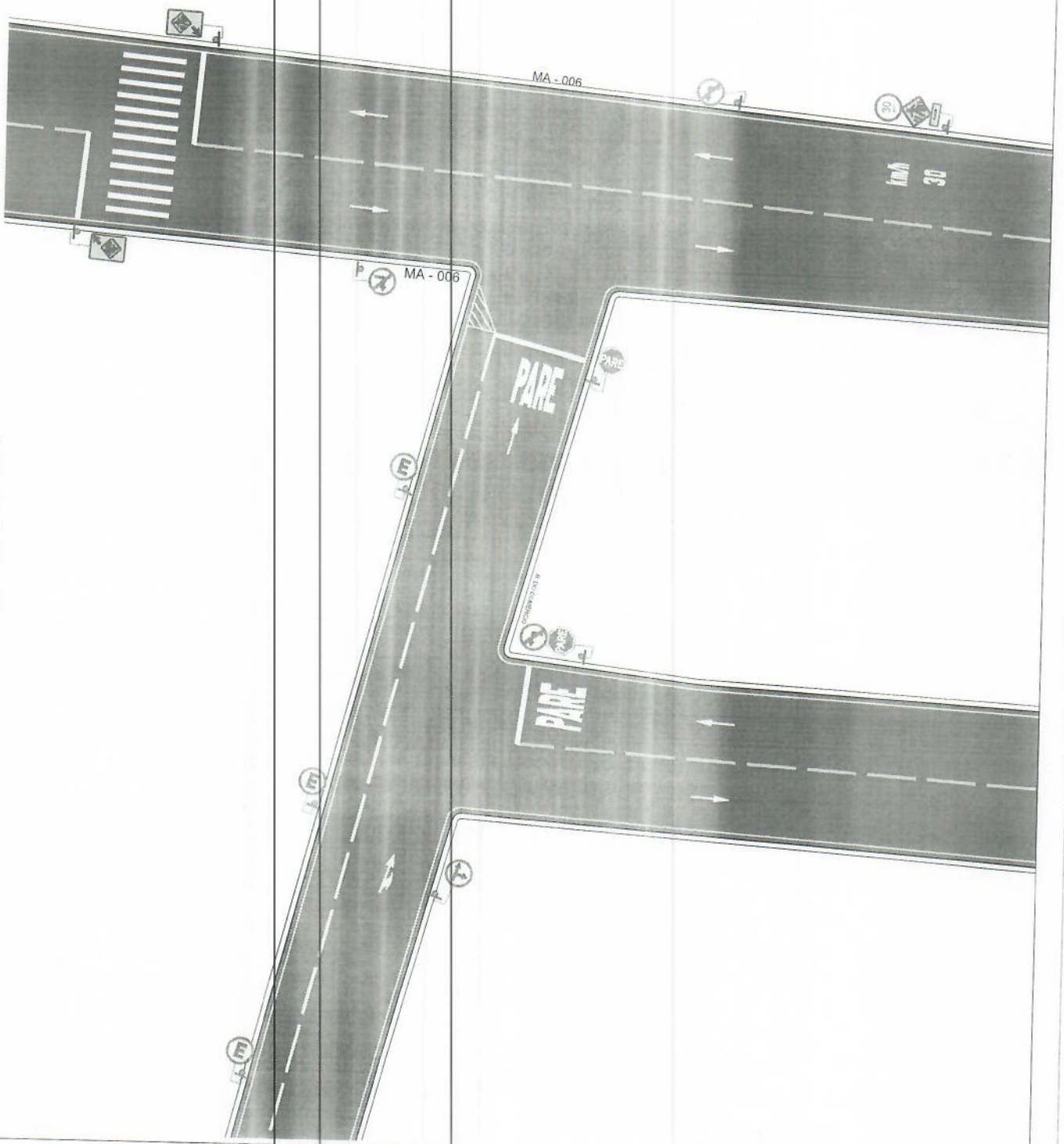
autor do projeto:
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
 setor:
 DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
 título:
 SINALIZAÇÃO VIÁRIA

projeto: ARAME - MA.

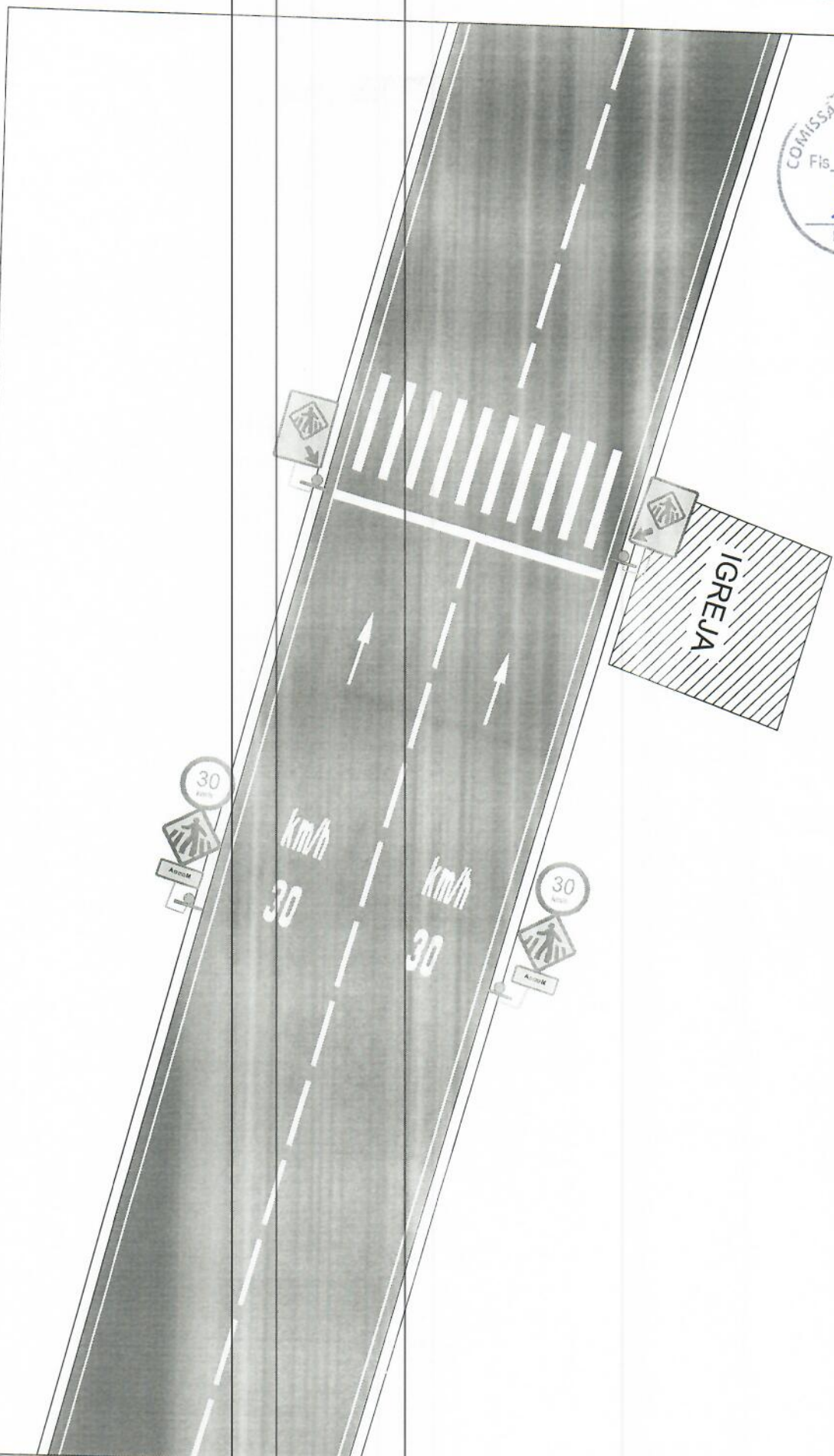
MA - 006



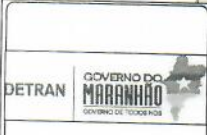
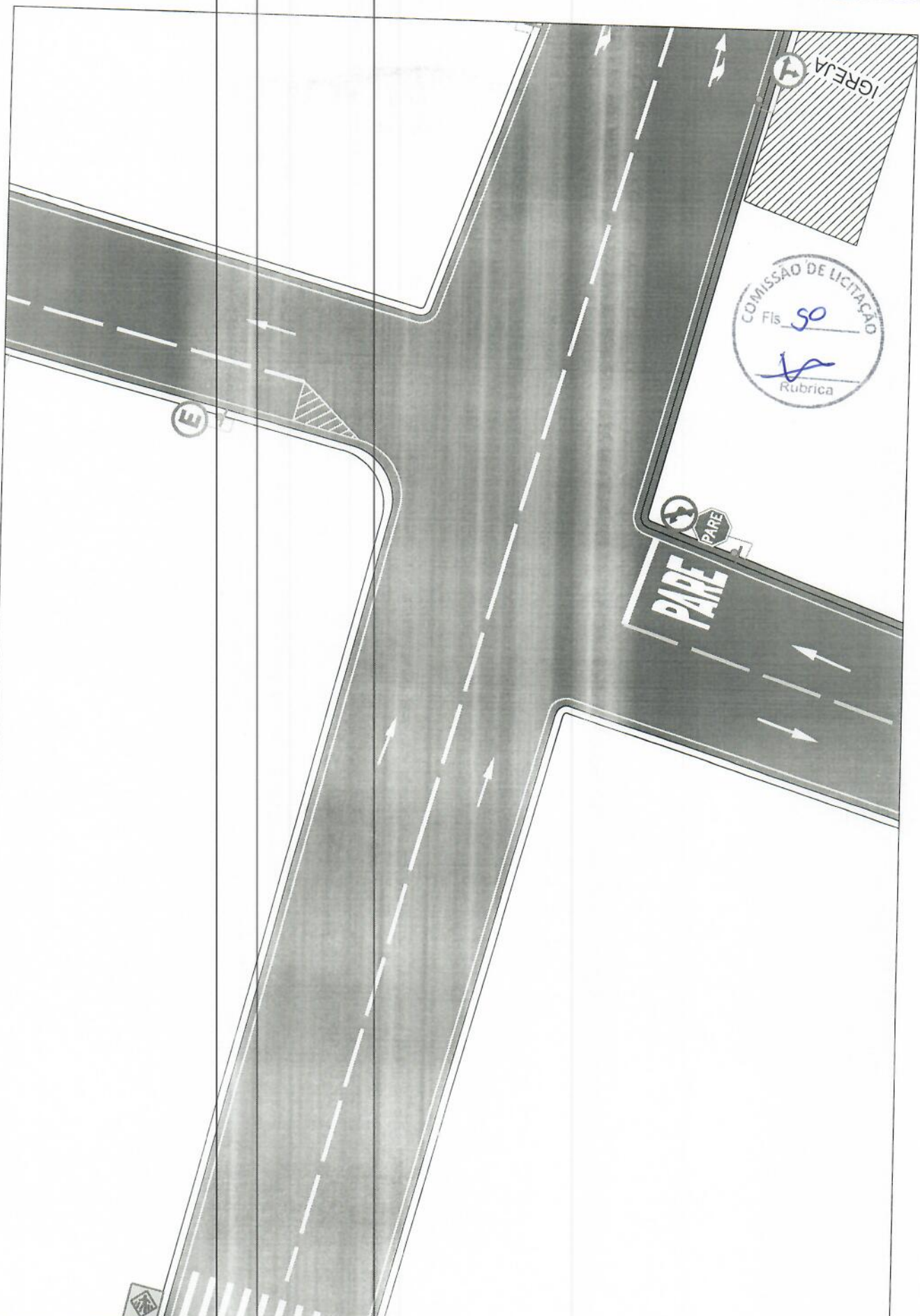
DETRAN	SECRETARIA DE TRANSPORTES	AL. DOS FRANCISCS, S/N	prezilha n.º: 26	outor do projeto
PROPOSTA	PROPOSTA	020 - PALMEIRA - SÃO JOSÉ - MA	data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		fone: (98) 3266-2937	escala: SEM ESCALA	DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
		e-mail: e-mail: licitacao@detran.ma.gov.br		SINALIZAÇÃO VIÁRIA



<p>AL. DOS FRANCISCS, S/A RUA PALMEIRA - 505 LINS-MA FONE: (66) 3291-2872 E-MAIL: e-mail: licitaco@detran.ma.gov.br</p>		<p>período n.º: 27</p>	<p>outro do projeto:</p>
<p>DETRAN TRANSPORTE</p>		<p>data: MAIO/2021</p>	<p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSTO - DETRAN</p>
<p>ARAME - MA.</p>		<p>estado: SEM ESCALA</p>	<p>DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRFNSITO</p>
<p>SINALIZAÇÃO VIÁRIA</p>			



	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 28	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
	projeto: ARAME - MA.	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	

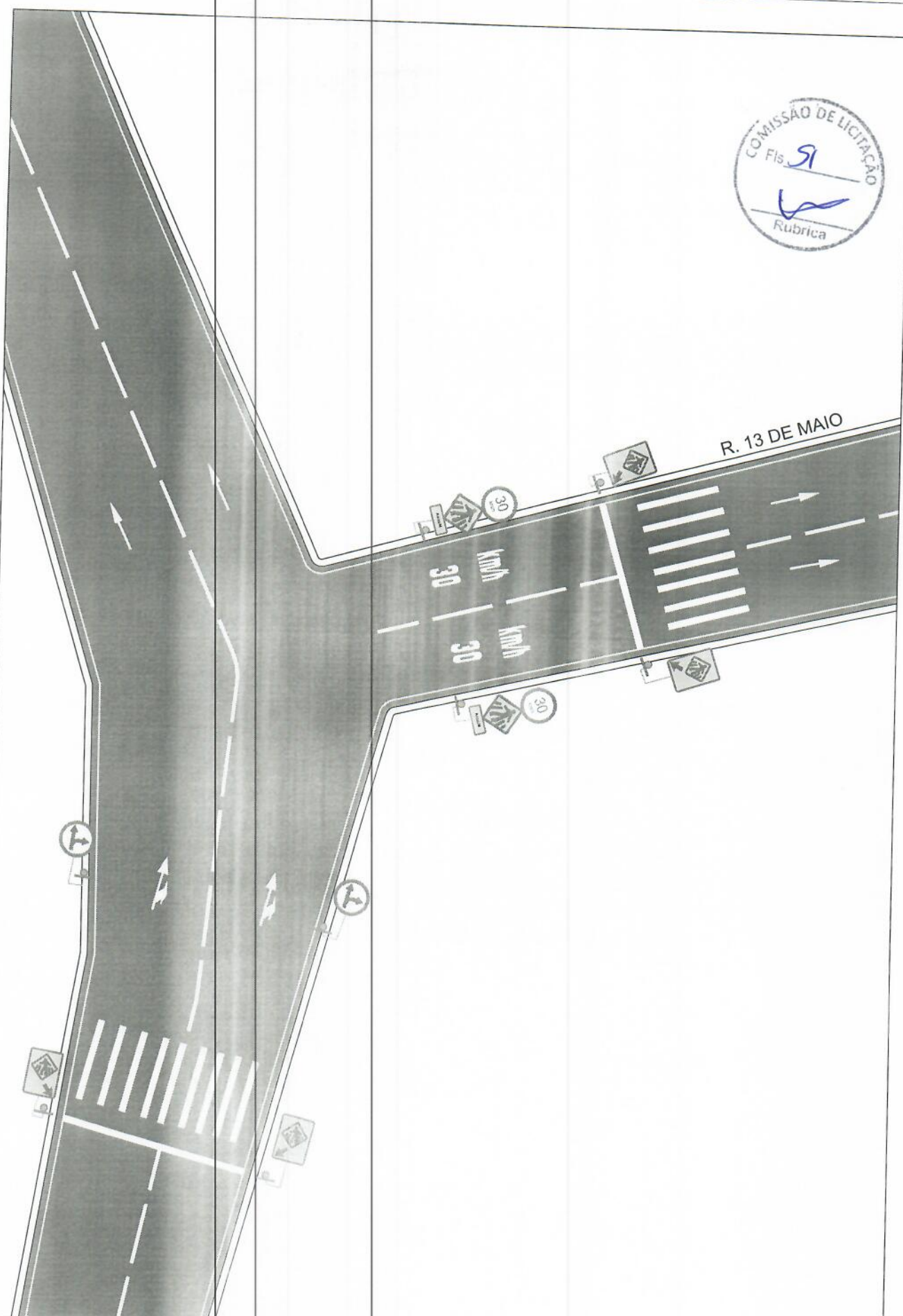


AV. DOS FRANCÊSSES, S/N
 VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
 CEP: 65036-901
 FONE: (98) 3089-2097
 E-MAIL e-mail: fofcanosca@detran.ma.gov.br

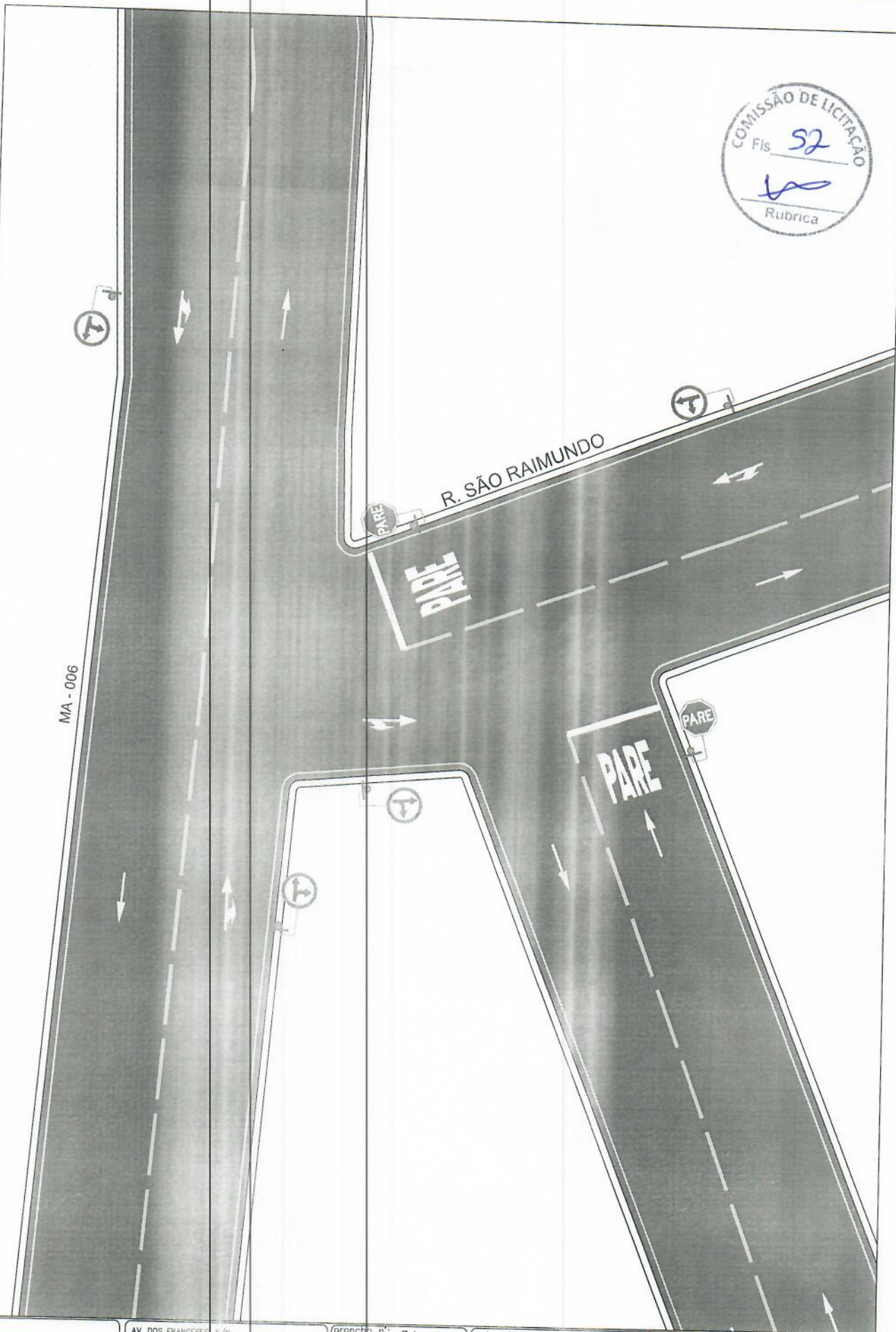
prancha n°: 29
 data: MAIO/2021
 escala: SEM ESCALA

autor do projeto:
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
 setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO

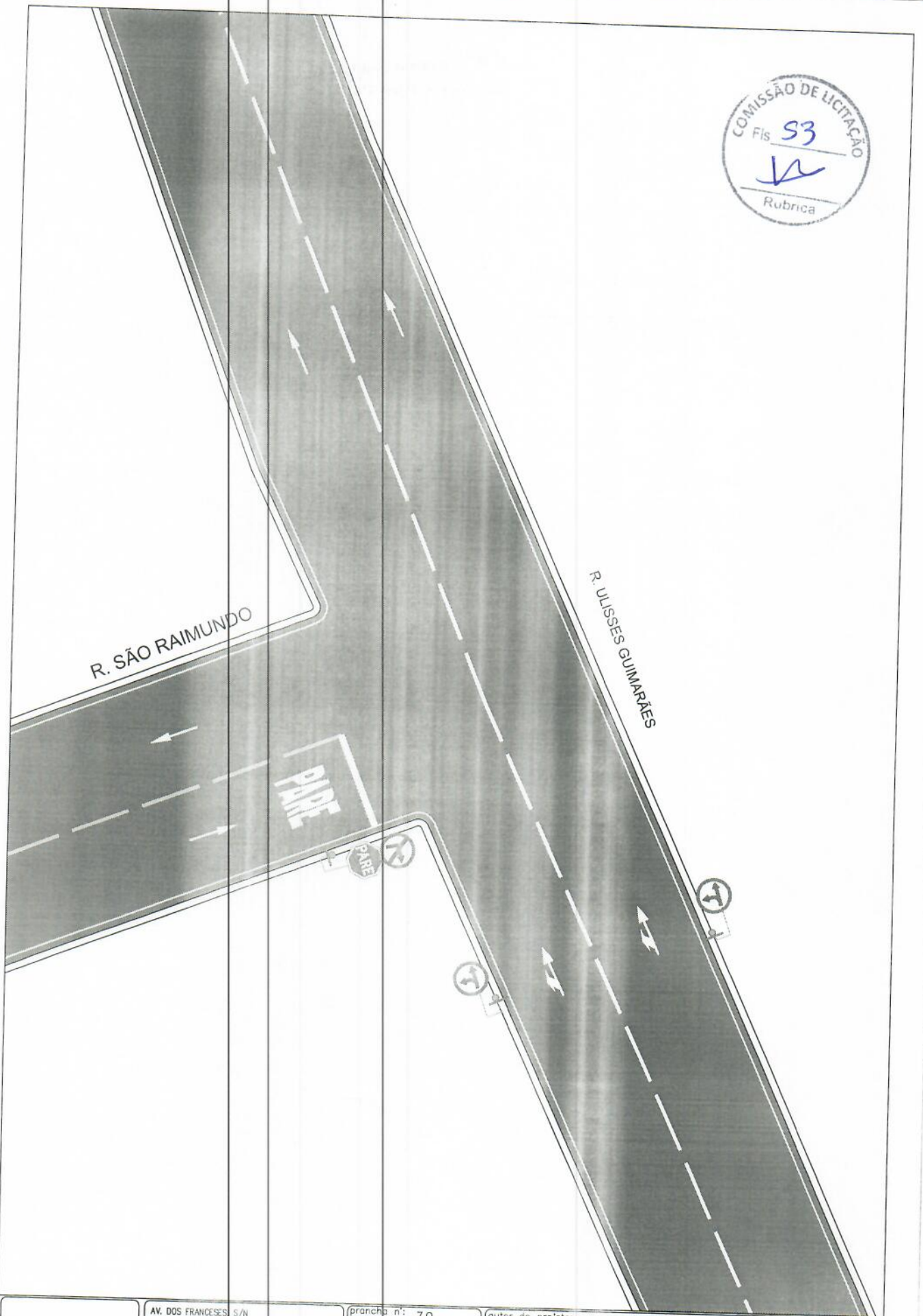
projeto: ARAME - MA. título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



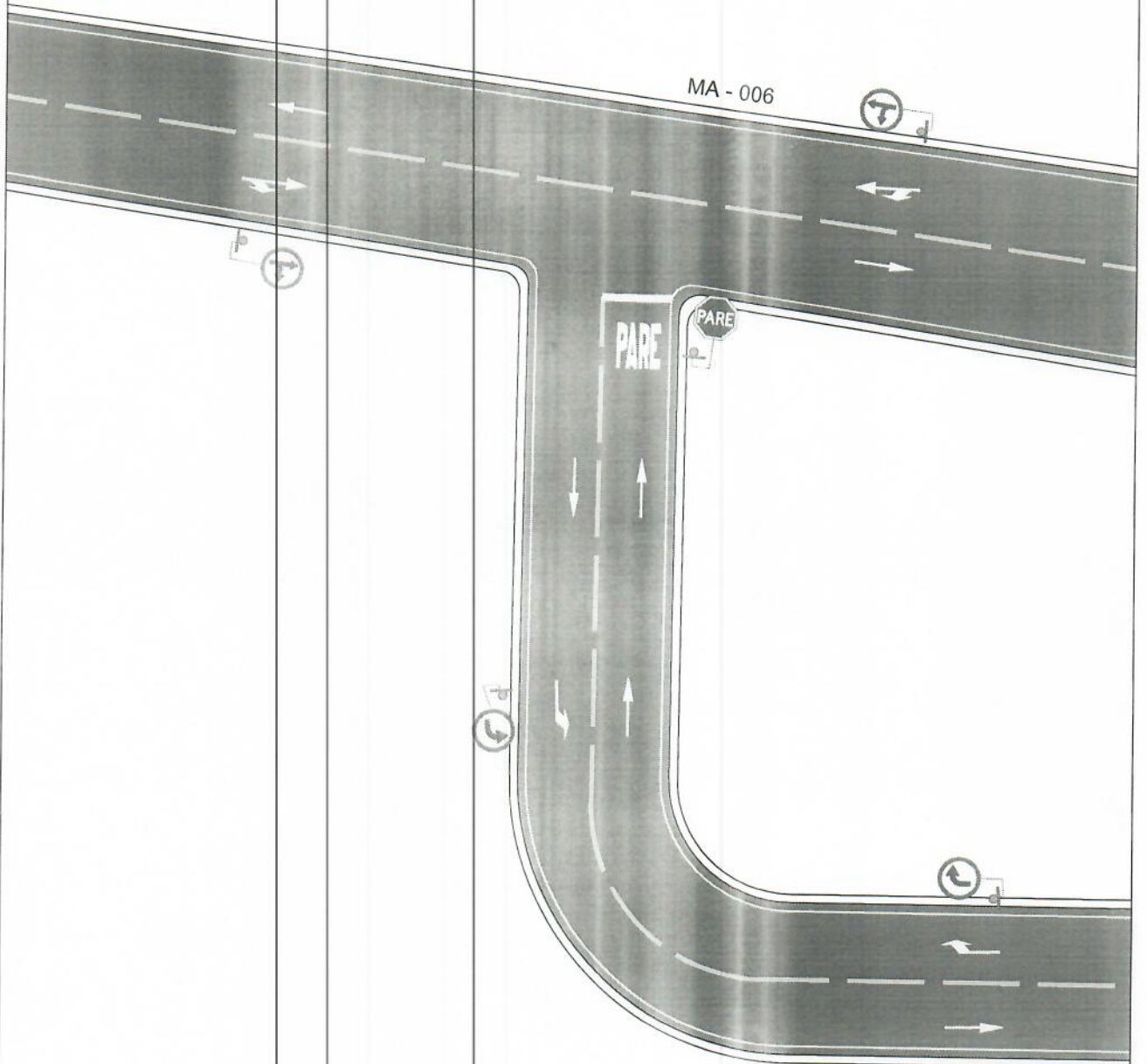
	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL: e-mail: folecorosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 30	autor do projeto:
	projeto: ARAME - MA.	data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
			título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



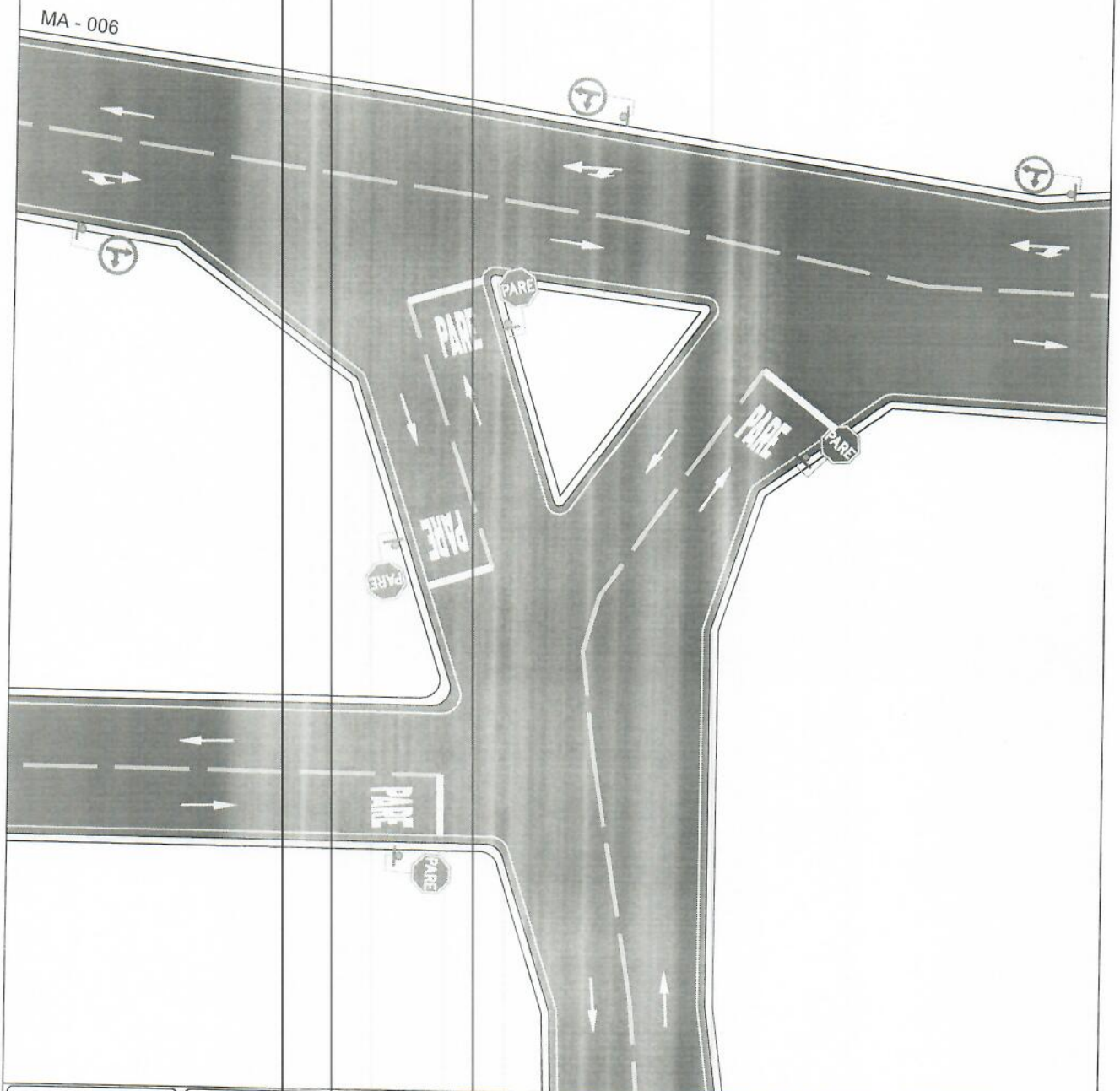
	AV. DOS FRANCÊSES S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2197 E-MAIL e-mail: licitacao@detran.ma.gov.br	prancha n°: 31	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
	projeto: ARAME - MA.		título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



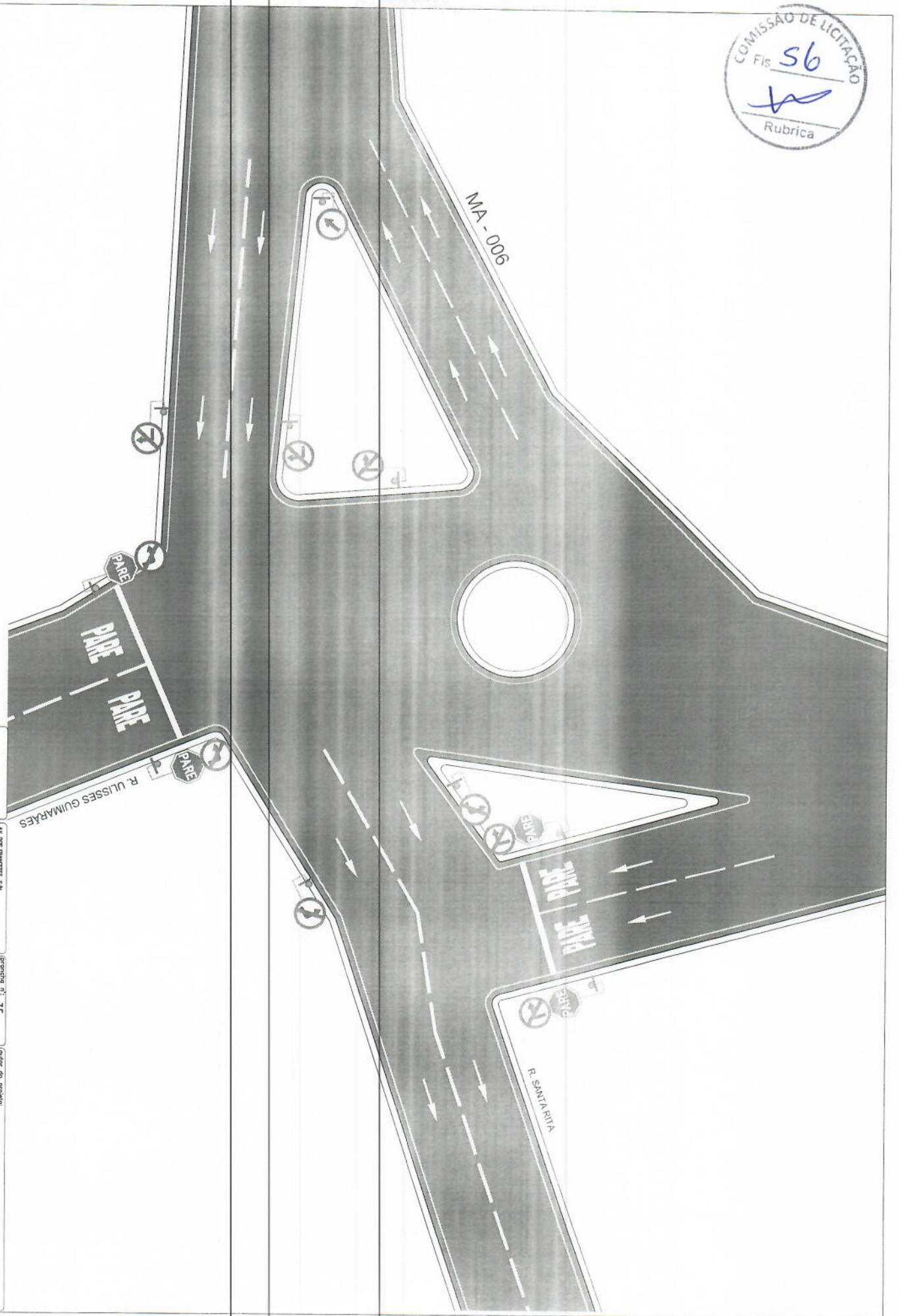
	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 32	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		data: MAIO/2021	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
		escala: SEM ESCALA	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA
	projeto: ARAME - MA.		



	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: teleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 33	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
	projeto: ARAME - MA.	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	

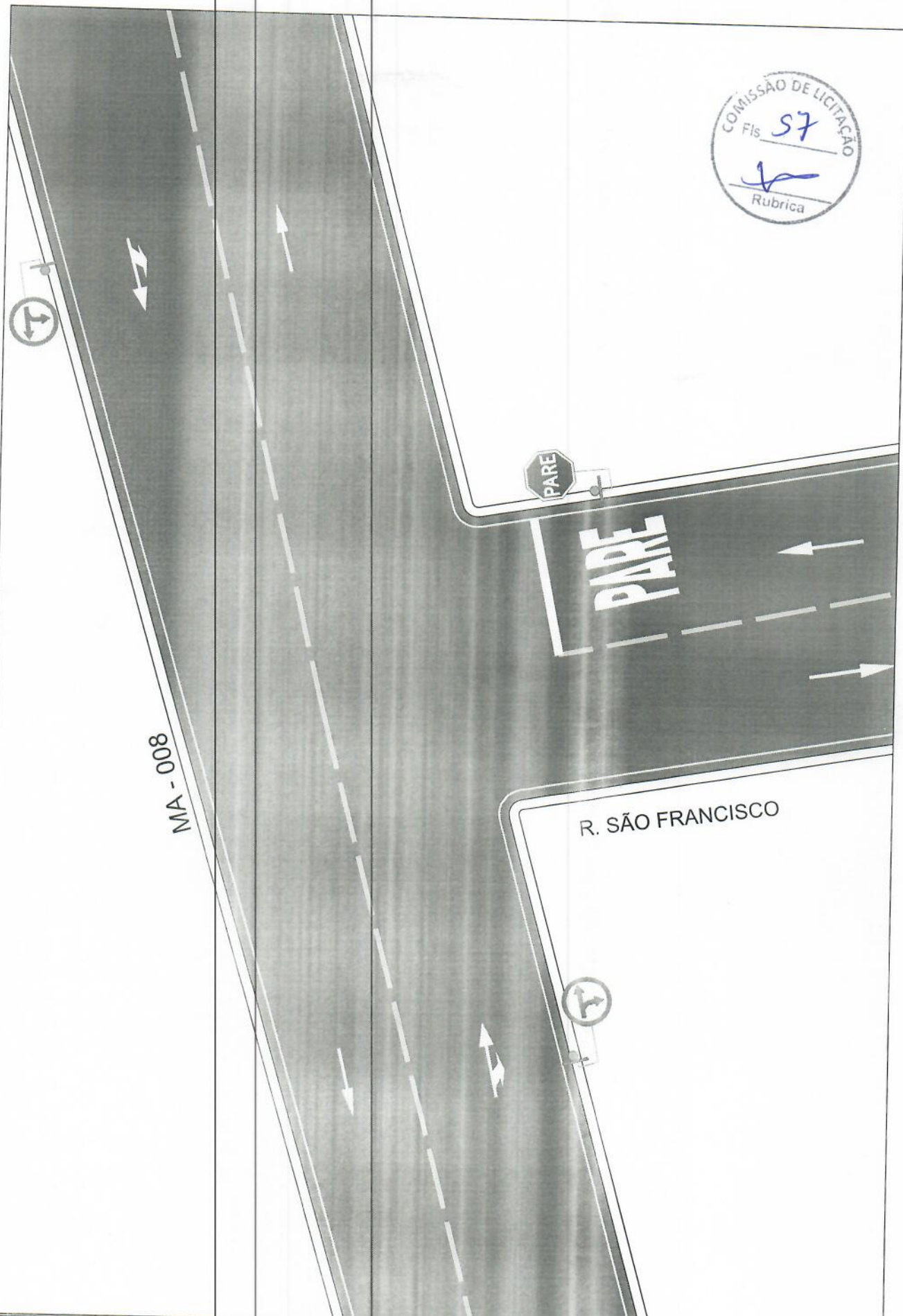


	AV. DOS FRANCÊSSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: folezanusco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 34	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
	projeto: ARAME - MA.		título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

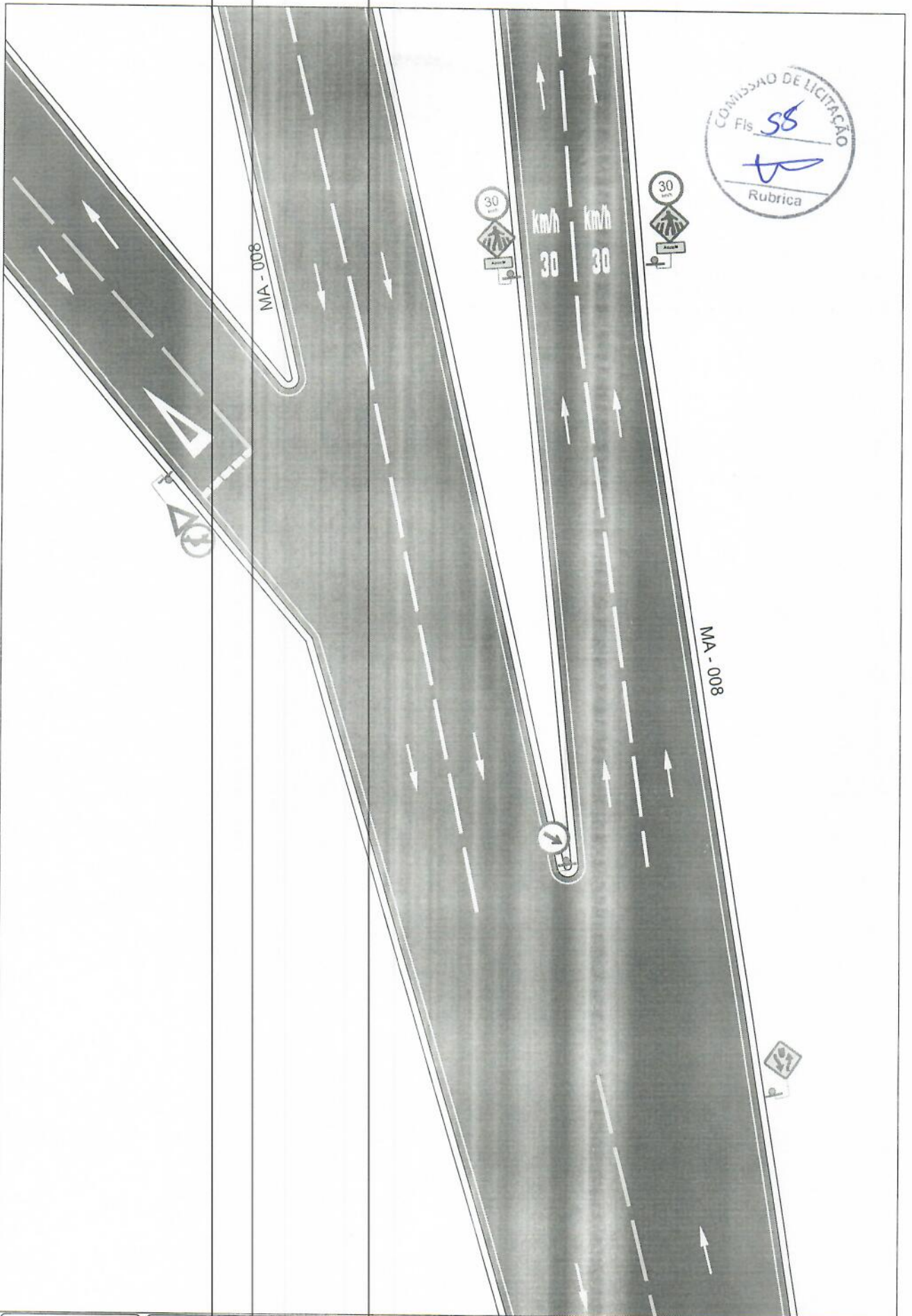



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	
DETRAN	
AV. DOS FRANCESSES, S/N C.A. PALMEIRA - SO. LIS. - JI FONE: (081) 3266-2027 E-MAIL: licitacao@detran.ma.gov.br	
preço n.º: 35	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÁNSITO - DETRAN
data: MAIO/2021	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÁNSITO
escala: SEM ESCALA	tipo: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

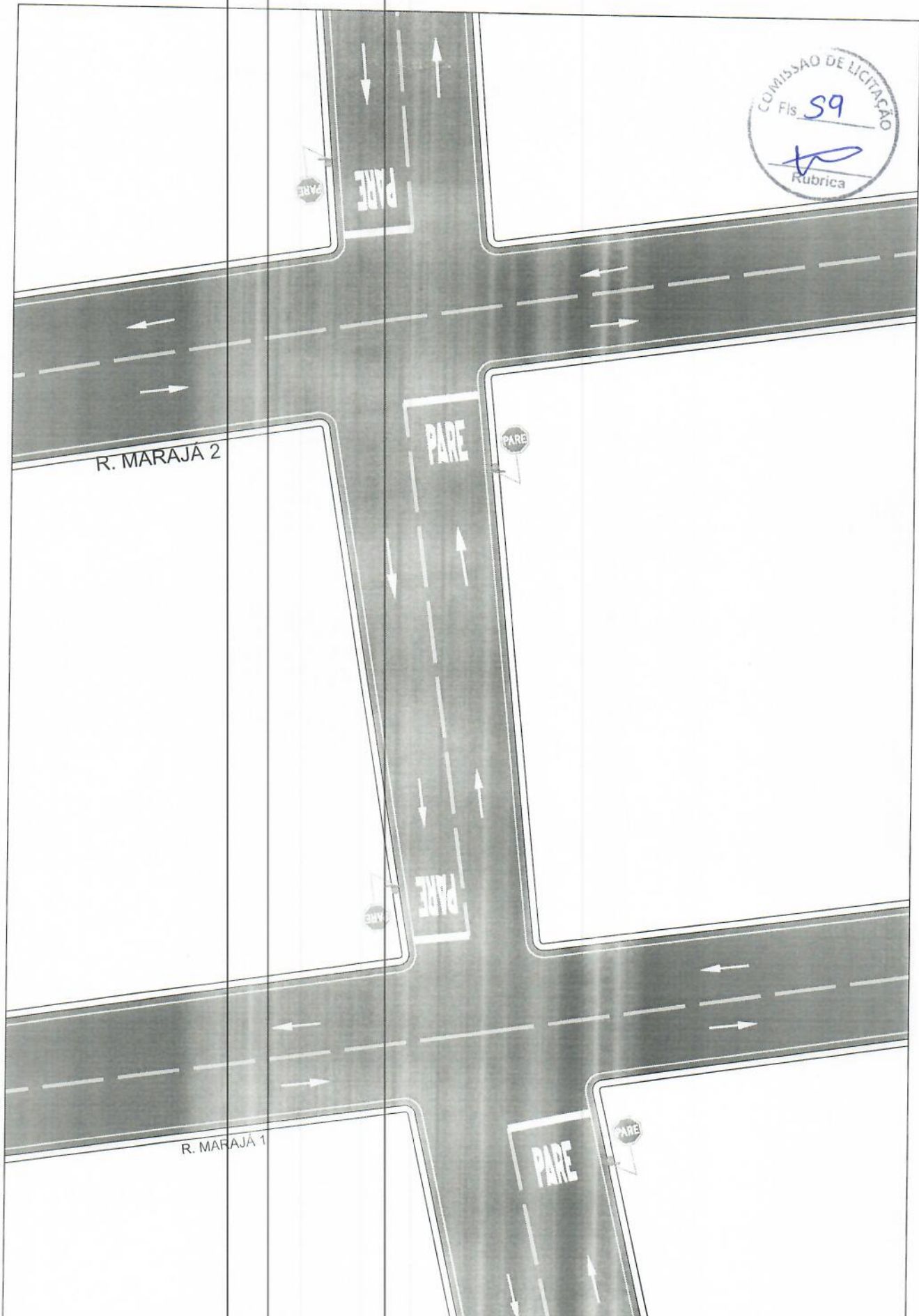
ARAME - MA.



	AV. DOS FRANCESES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: fale conosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 36	autor do projeto:
	projeto: ARAME - MA.	data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
			título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA




	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-900 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: teleconos@detran.ma.gov.br	prancha n°: 37 data: MAIO/2021 escala: SEM ESCALA	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



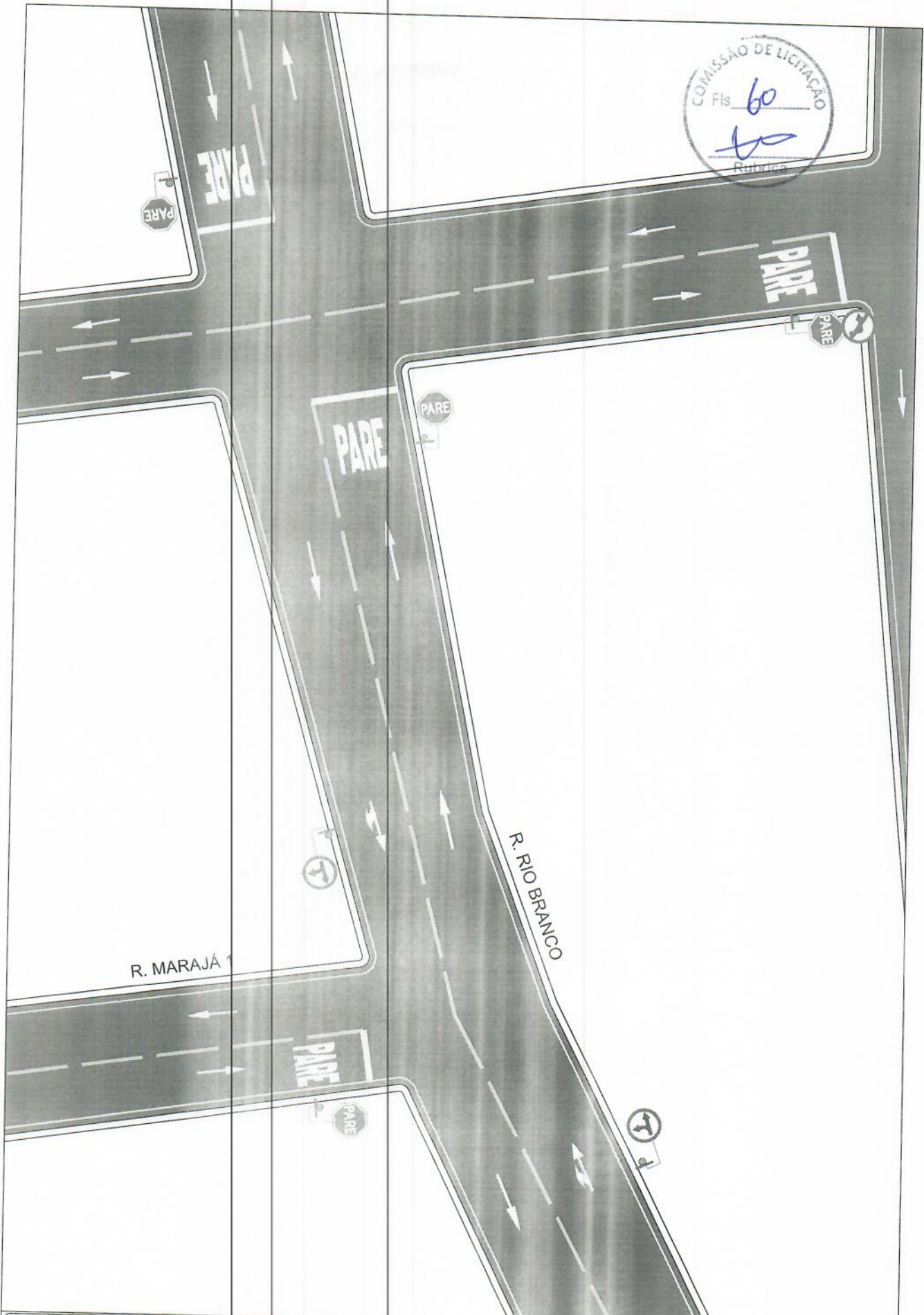
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
 Fls. 59
 Rubrica

R. MARAJÁ 2

R. MARAJÁ 1

	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: mecanosca@detran.ma.gov.br	prancha n°: 38 data: MAIO/2021 escala: SEM ESCALA	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
 Fls. 60
 Rubrica



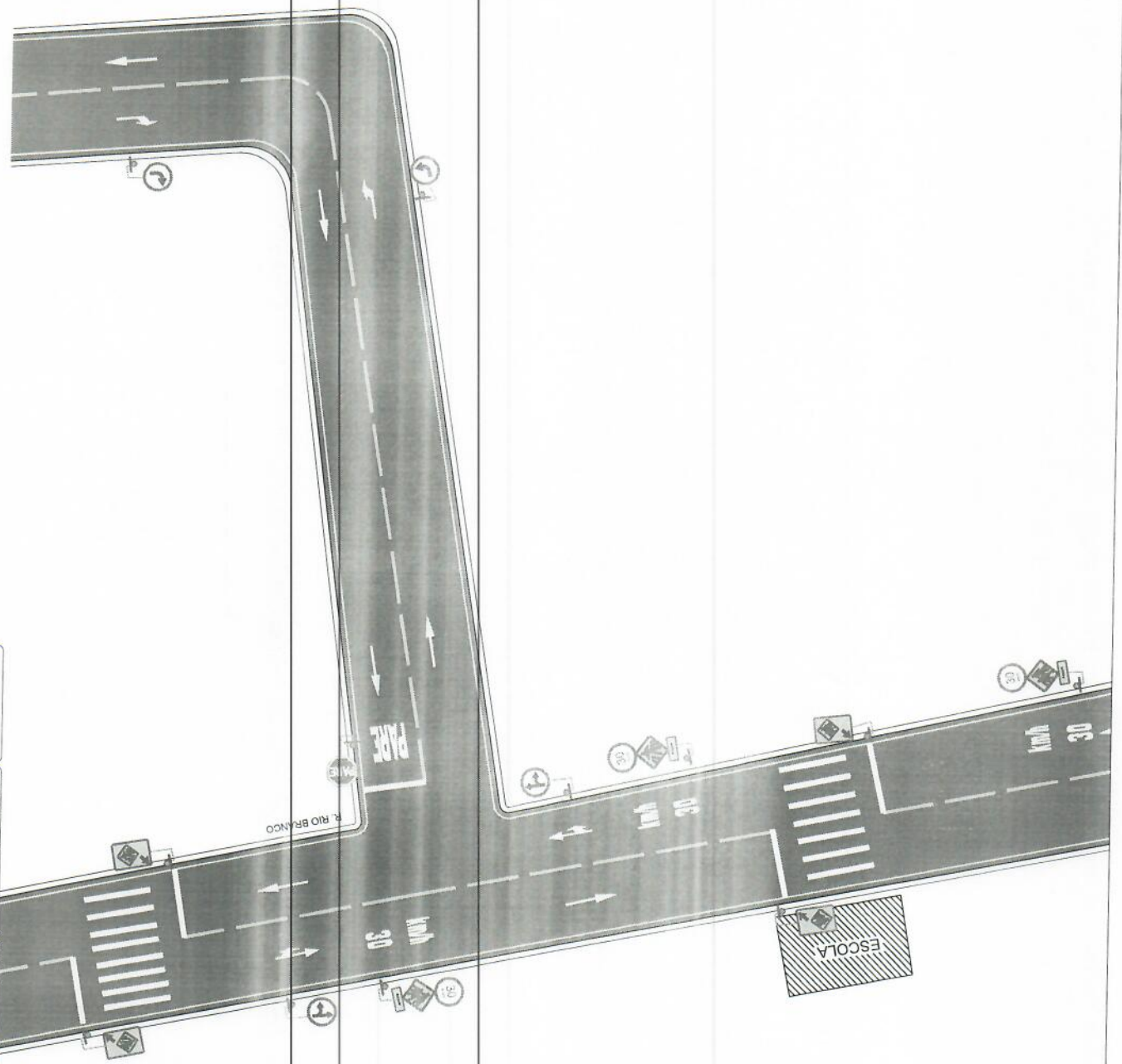
DETRAN
 GOVERNO DO
MARANHÃO
 GOVERNO DE TOCANTINS

AV. DOS FRANCÊSSES, S/N
 VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
 CEP: 65036-901
 FONE: (98) 3089-2097
 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br

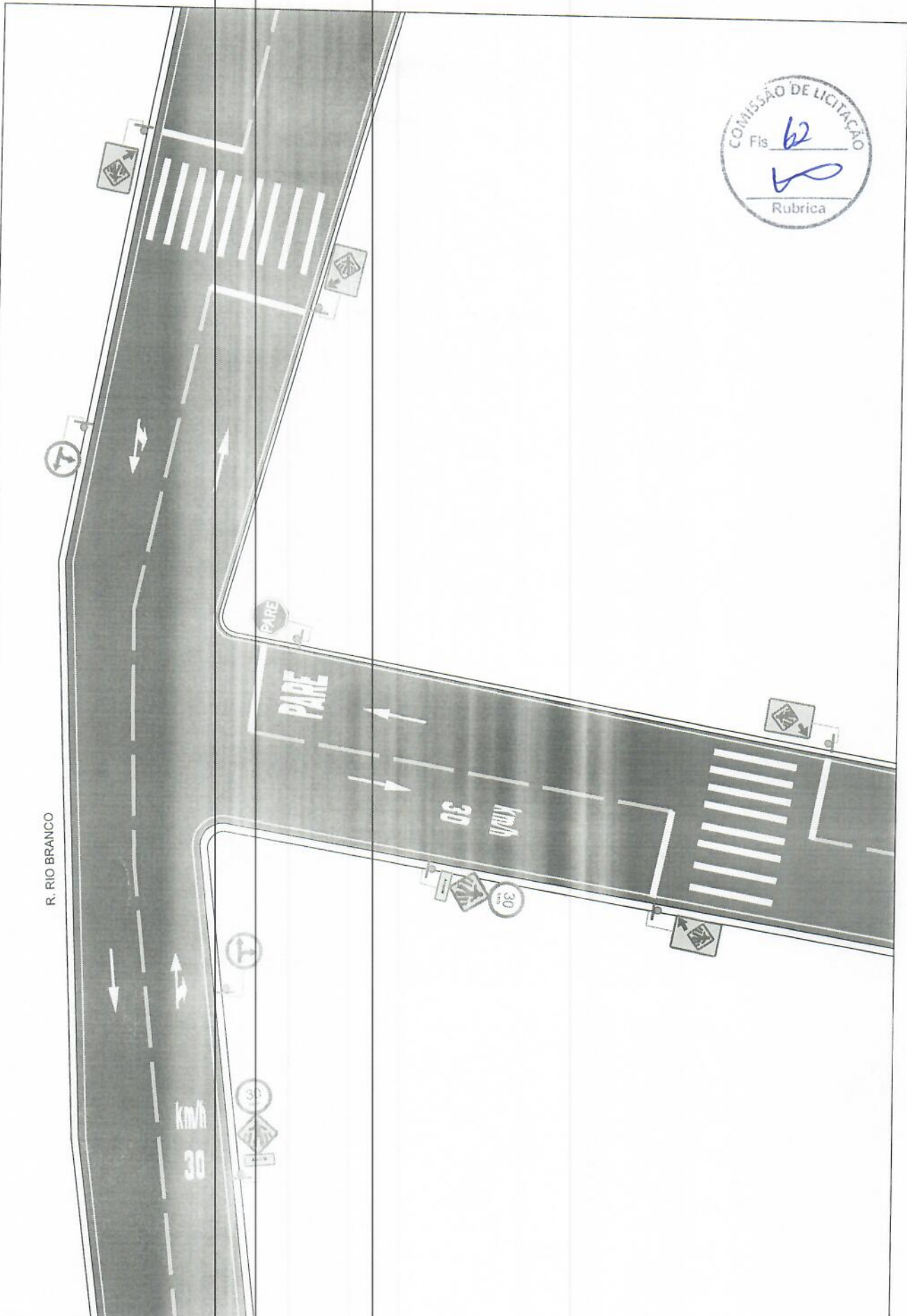
prancha n.º: 39
 data: MAIO/2021
 escala: SEM ESCALA

autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
 setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
 título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

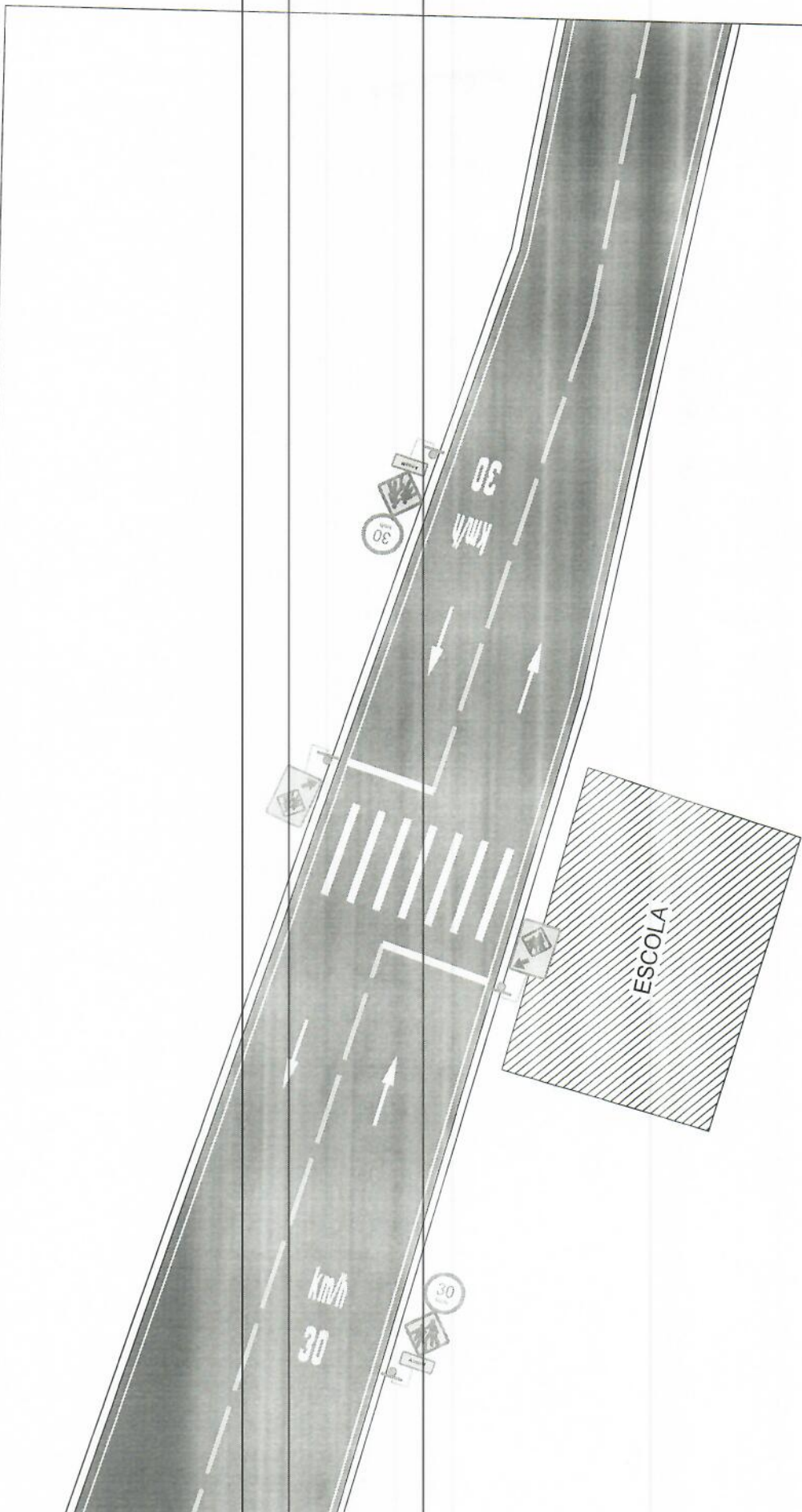
projeto: ARAME - MA.




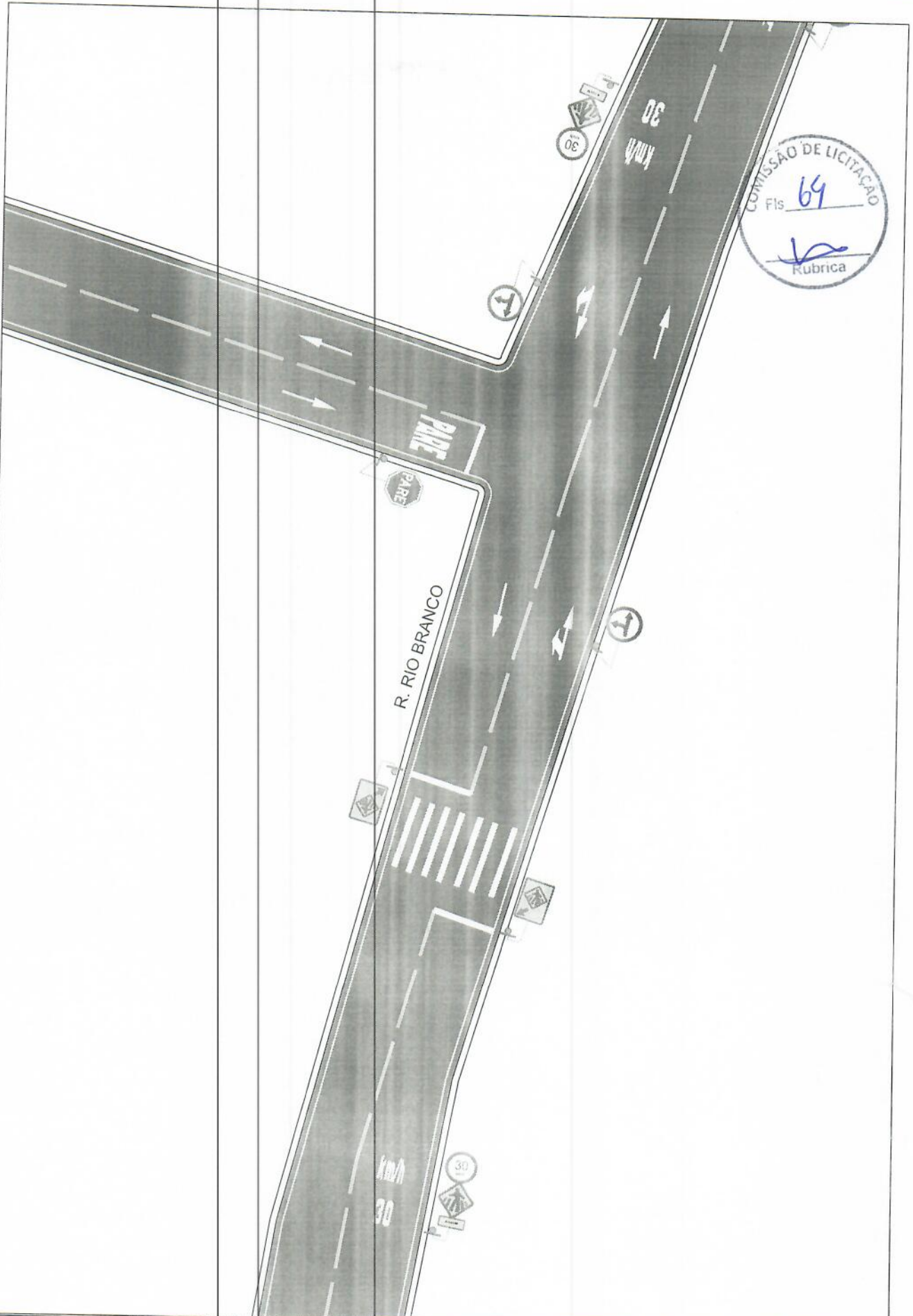
DETRAN GOVERNO DO MATO GROSSO	
M. JOSÉ FRANCISCA SILVA M. JOSÉ FRANCISCA SILVA CNPJ: (04) 2008-2897 E-MAIL: e-mail: francisca@detran.mt.gov.br	
processo nº: 40	data: MAIO/2021
objeto: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNISTO	
natureza: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	
local: ARAME - MA.	




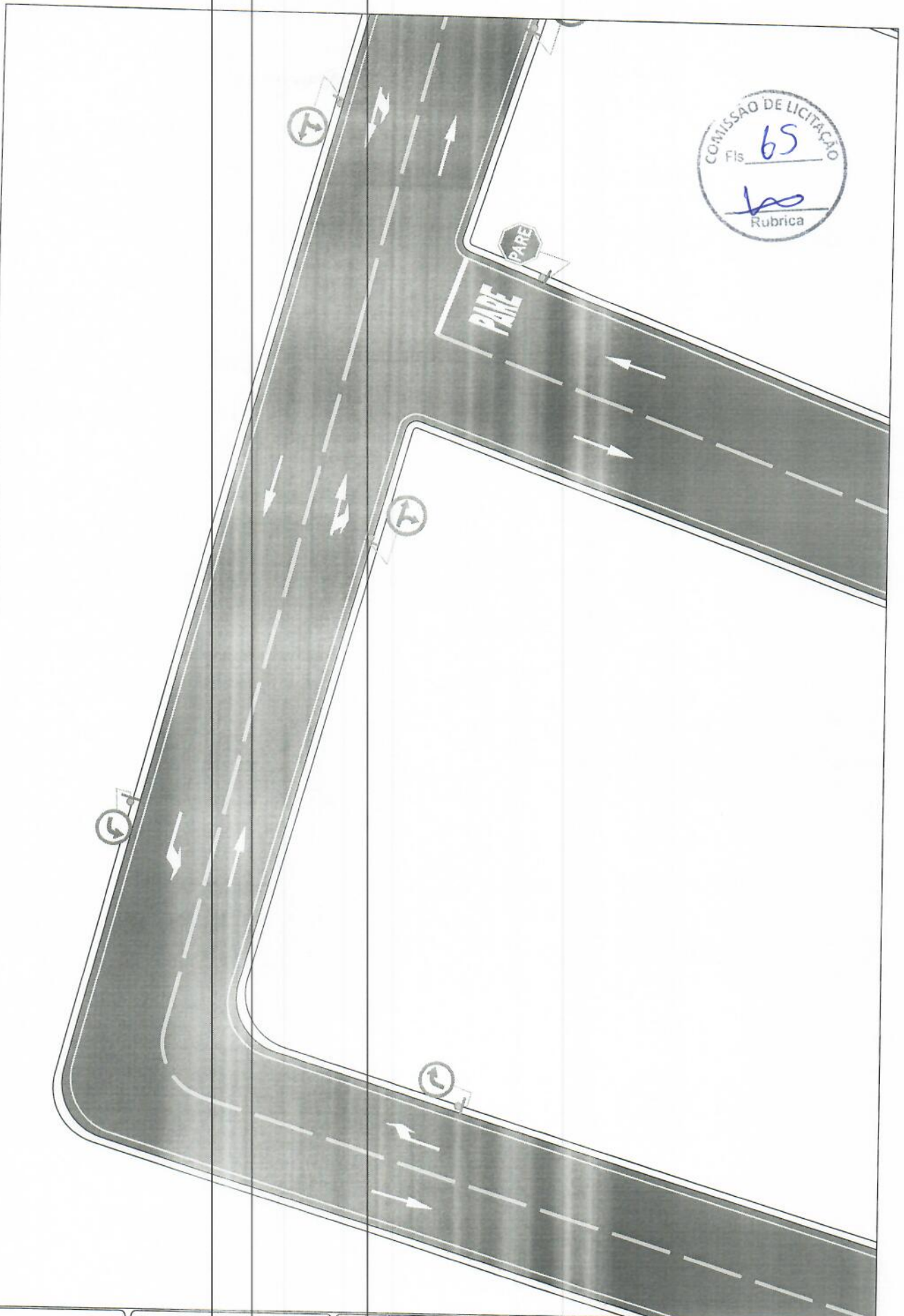
	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: fale conosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 41	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
	projeto: ARAME - MA.		título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA




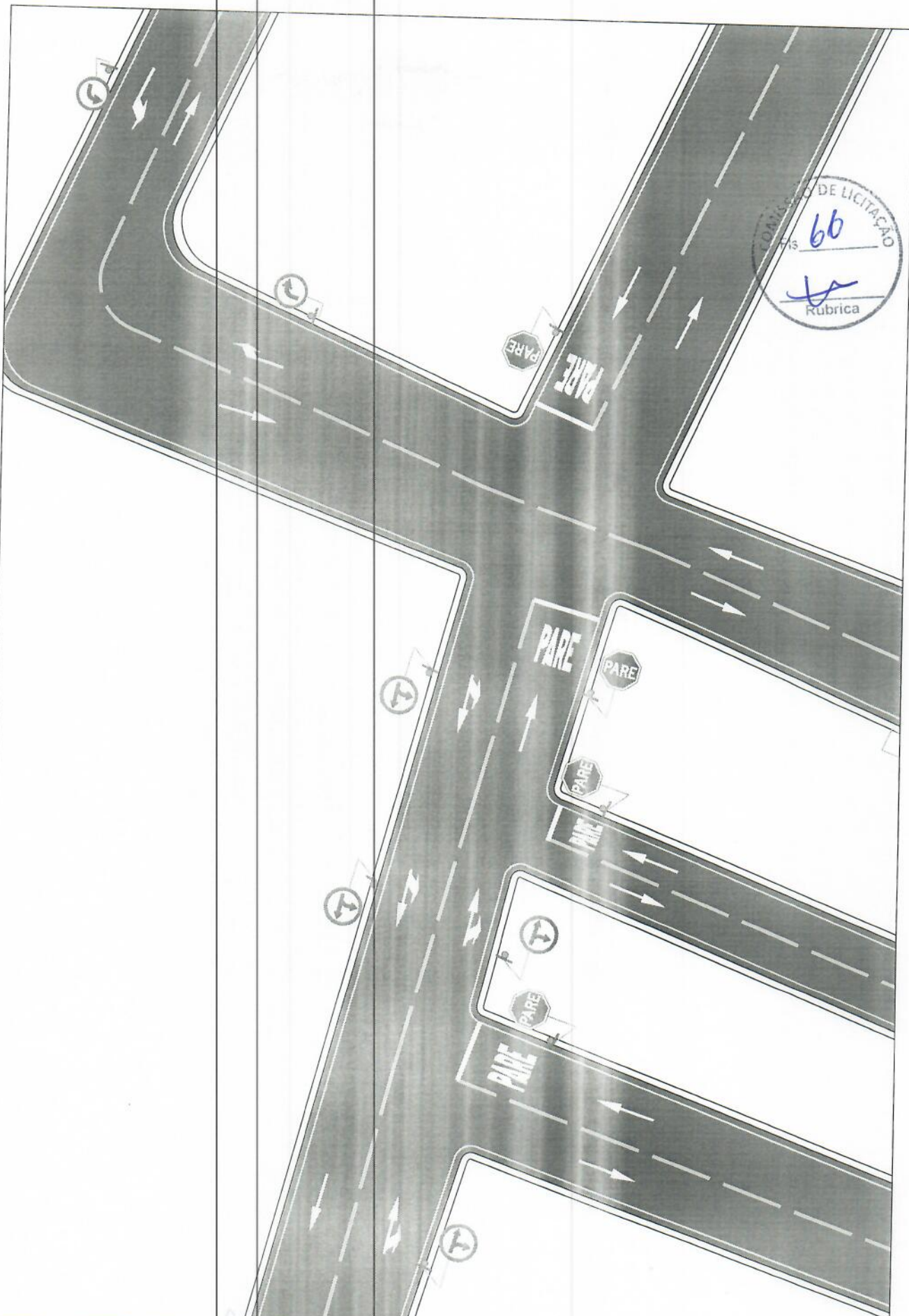
	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 42	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
			título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: falecanasco@detran.ma.gov.br	prancha n.º: 43	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	data: MAIO/2021 escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: falecanosca@detran.ma.gov.br	prancha n°: 44	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		data: MAIO/2021	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
	projeto: ARAME - MA.	escala: SEM ESCALA	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



EDITADO DE LICITAÇÃO
 66
 Rubrica

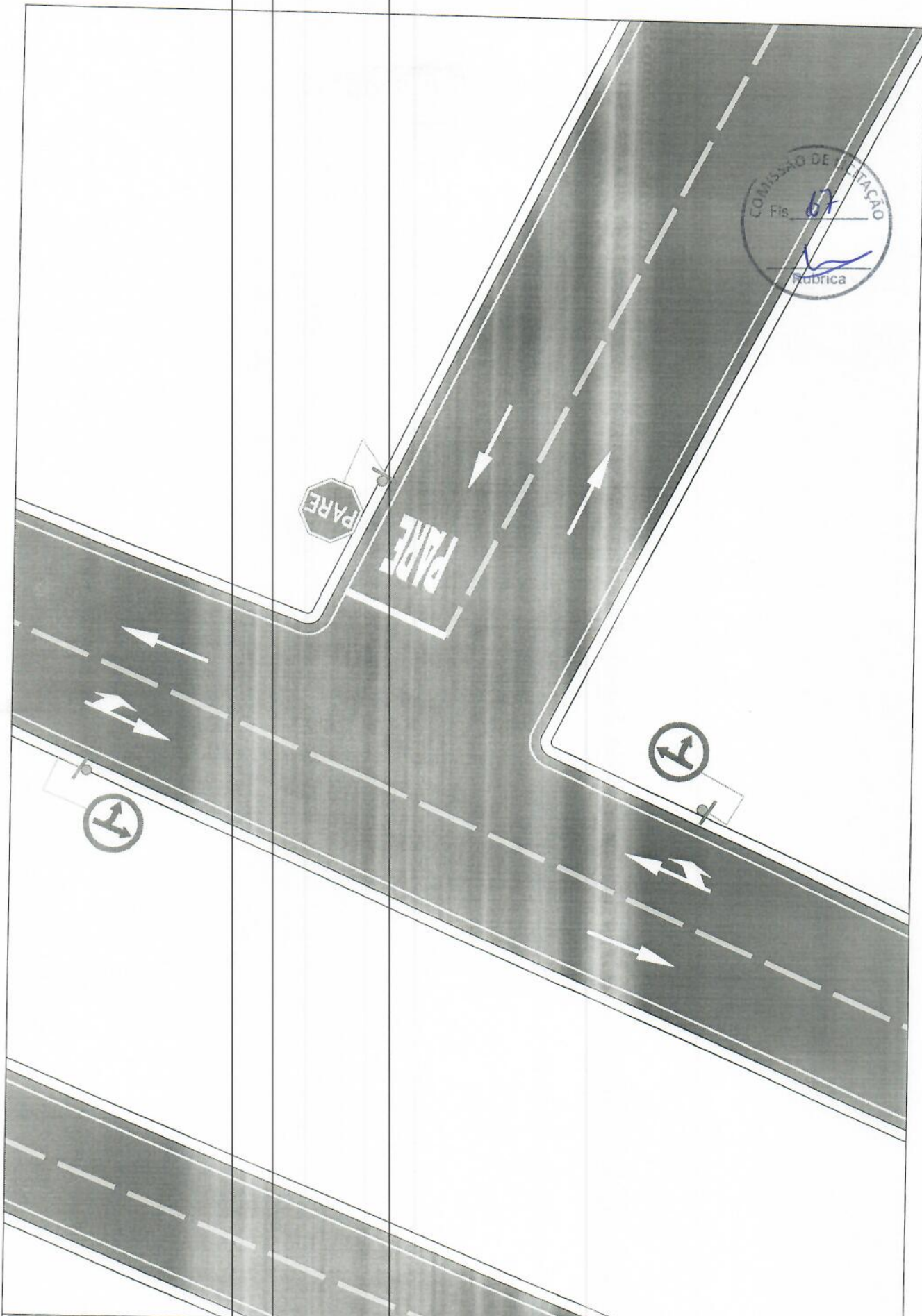
DETRAN GOVERNO DO MARANHÃO
 GOVERNO DE TORORÓ

AV. DOS FRANCÊSES, S/N
 VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
 CEP: 65036-901
 FONE: (98) 3089-2097
 E-MAIL e-mail: folcariosco@detran.ma.gov.br

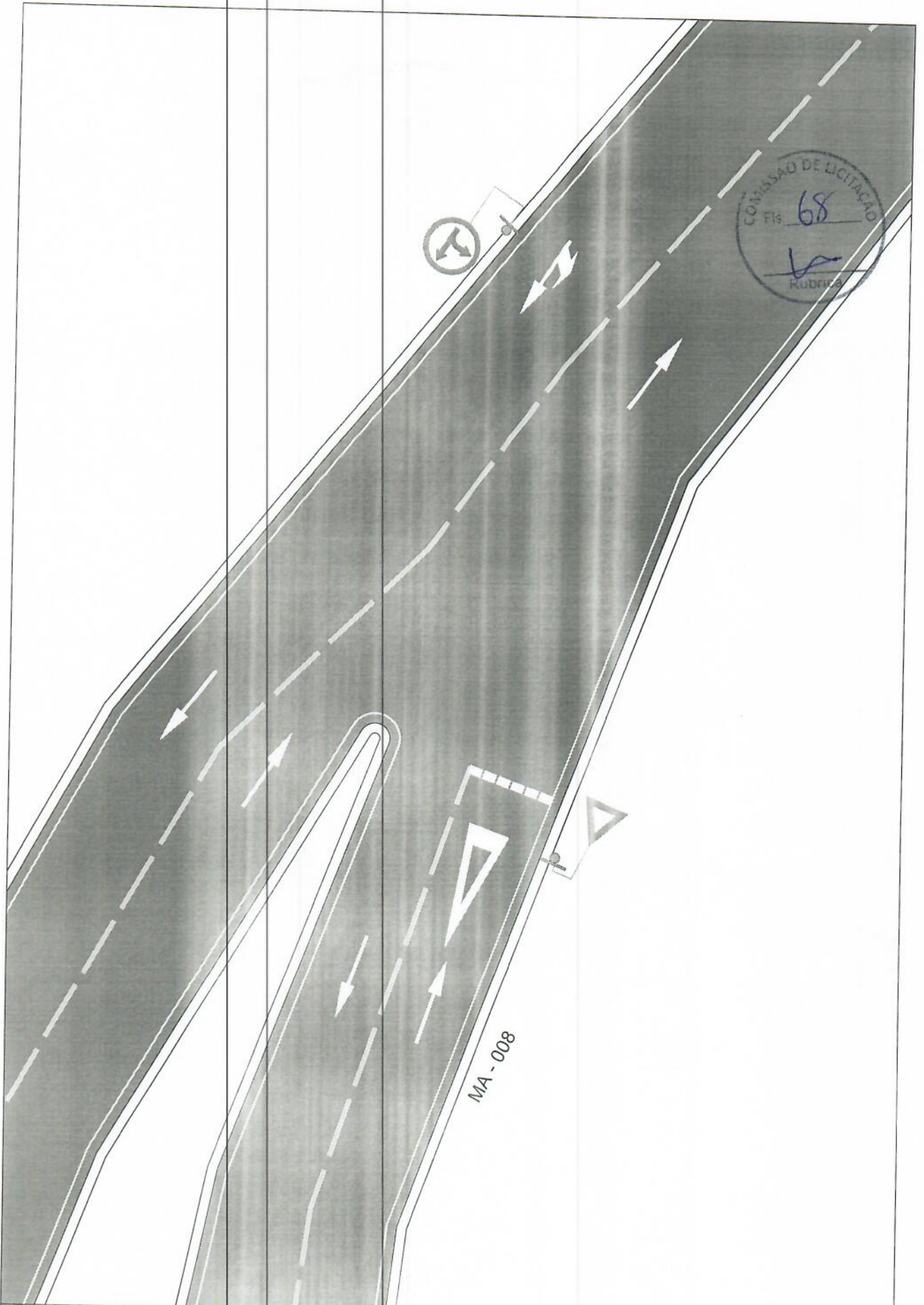
prancha n°: 45
 data: MAIO/2021
 escala: SEM ESCALA


autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
 setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
 título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

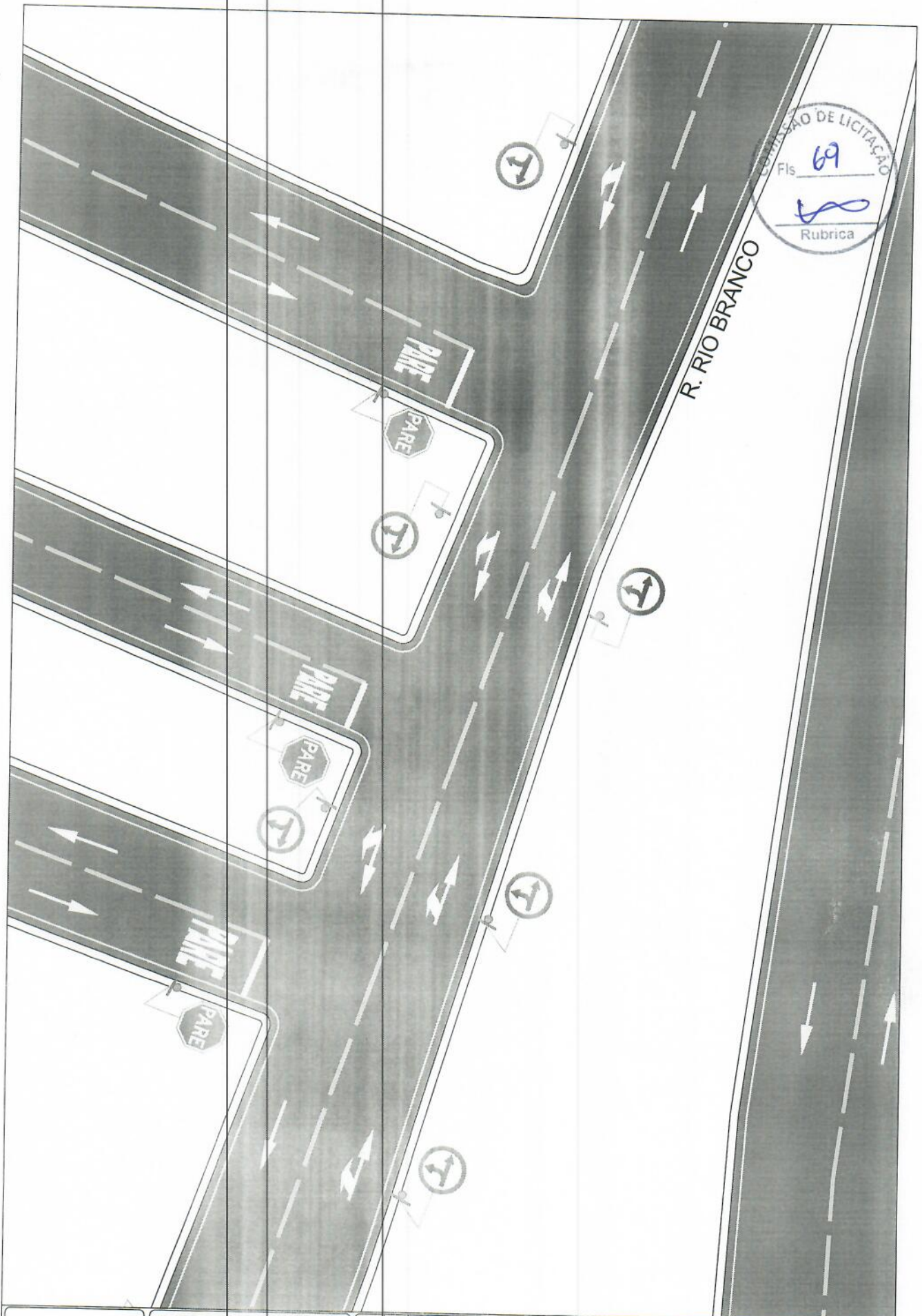
projeto: ARAME - MA.



	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUÍS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	placa n°: 46	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
	projeto: ARAME - MA.		título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUÍS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-7097 E-MAIL: e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 47	autor do projeto:
	projeto: ARAME - MA.	data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
			título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

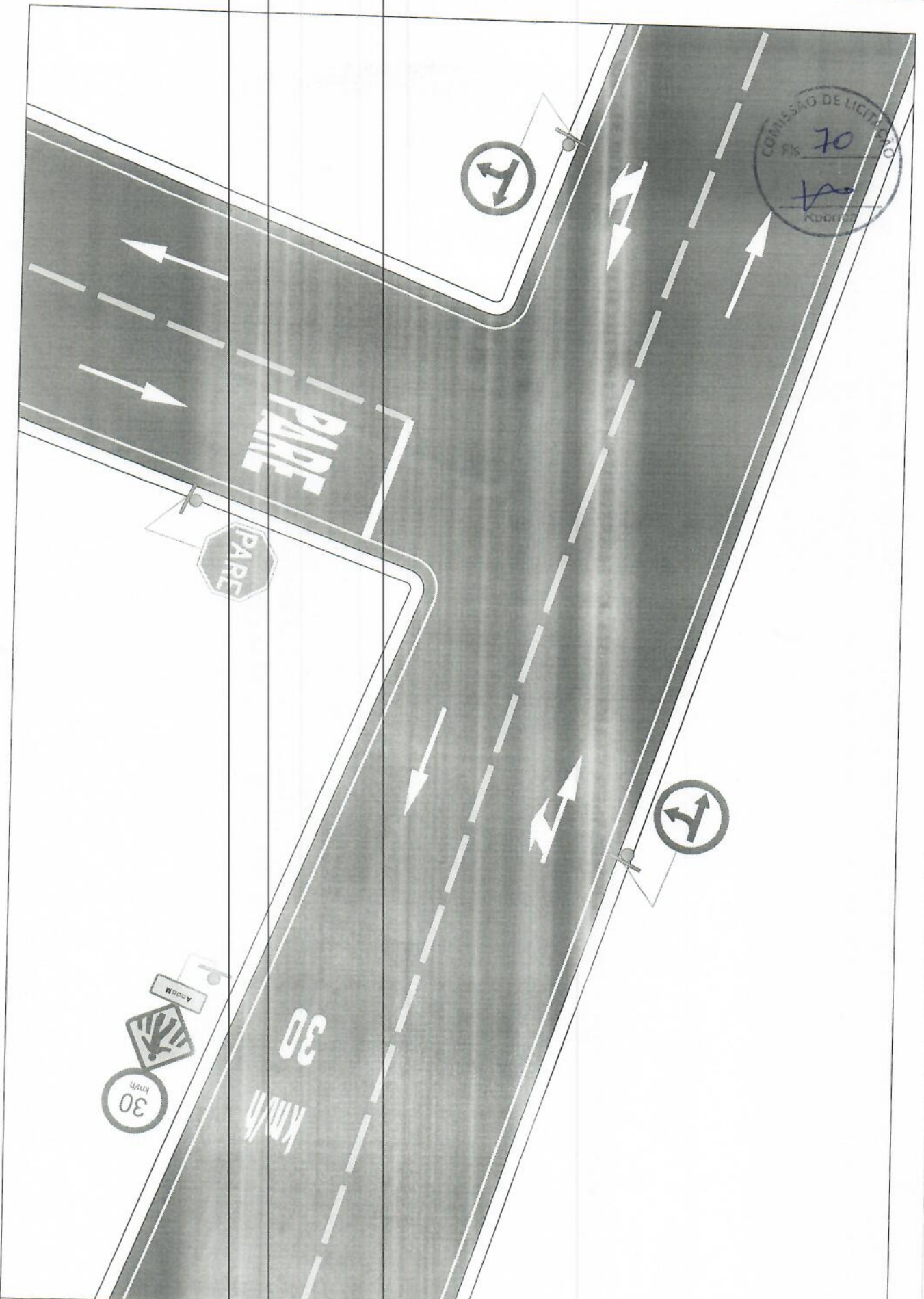



AV. DOS FRANCÊSIS, S/N
 VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
 CEP: 65036-901
 FONE: (98) 3089-2097
 E-MAIL e-mail: fofranco@detrان.ma.gov.br

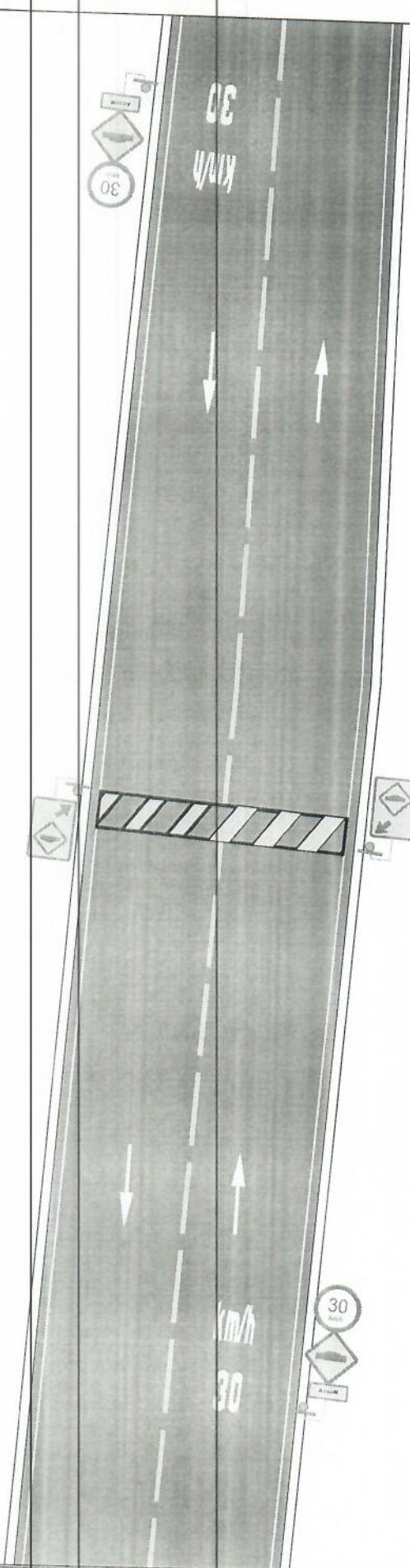
prancha n°: 48
 data: MAIO/2021
 escala: SEM ESCALA

autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
 setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
 título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

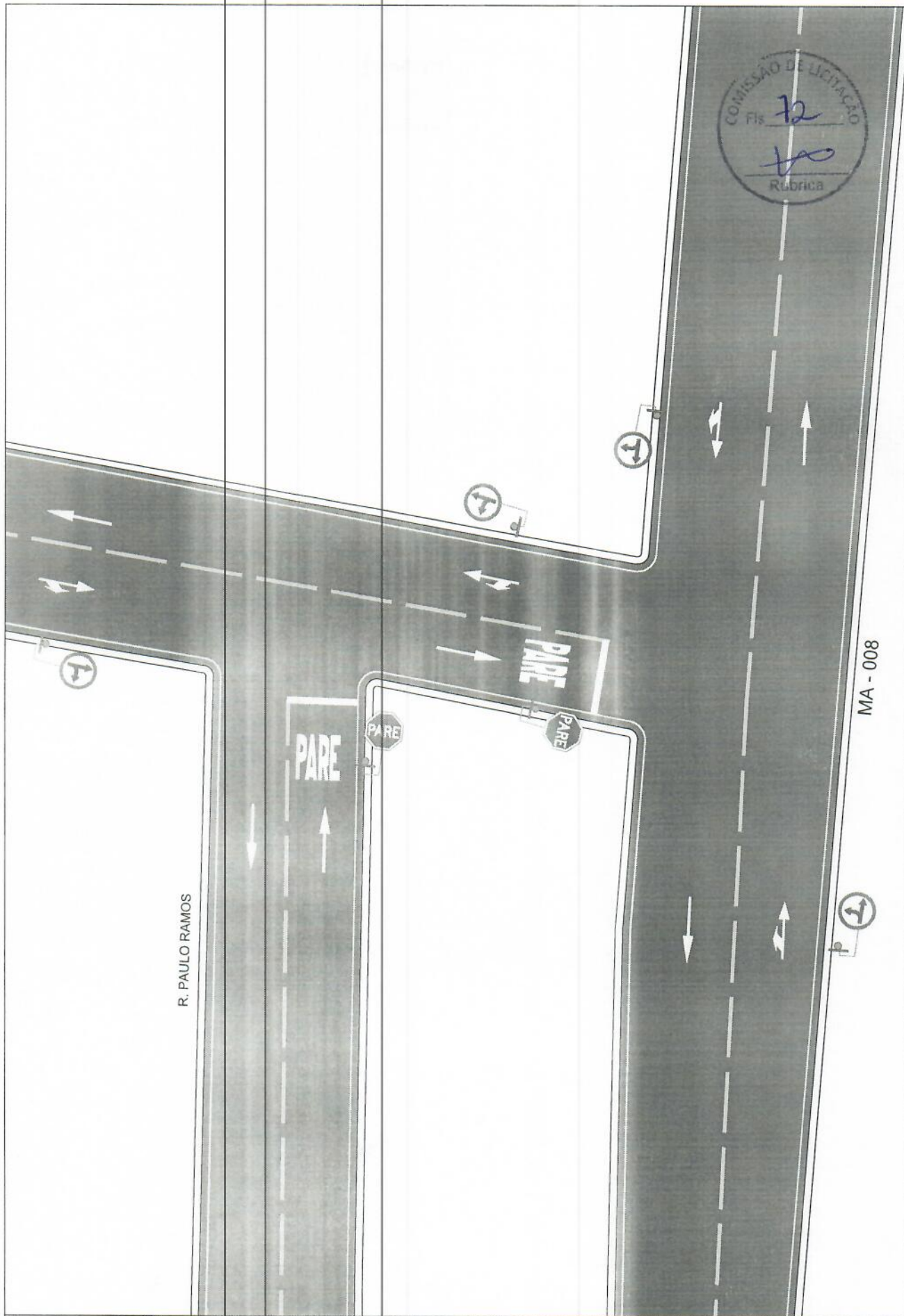
projeto: ARAPE - MA.



	AV. DOS FRANCESES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 49 data: MAIO/2021 escala: SEM ESCALA	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	



	AV. DOS FRANCÊSSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 50	autor do projeto:
	projeto: ARAME - MA.	data: MAIO/2021 escala: SEM ESCALA	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

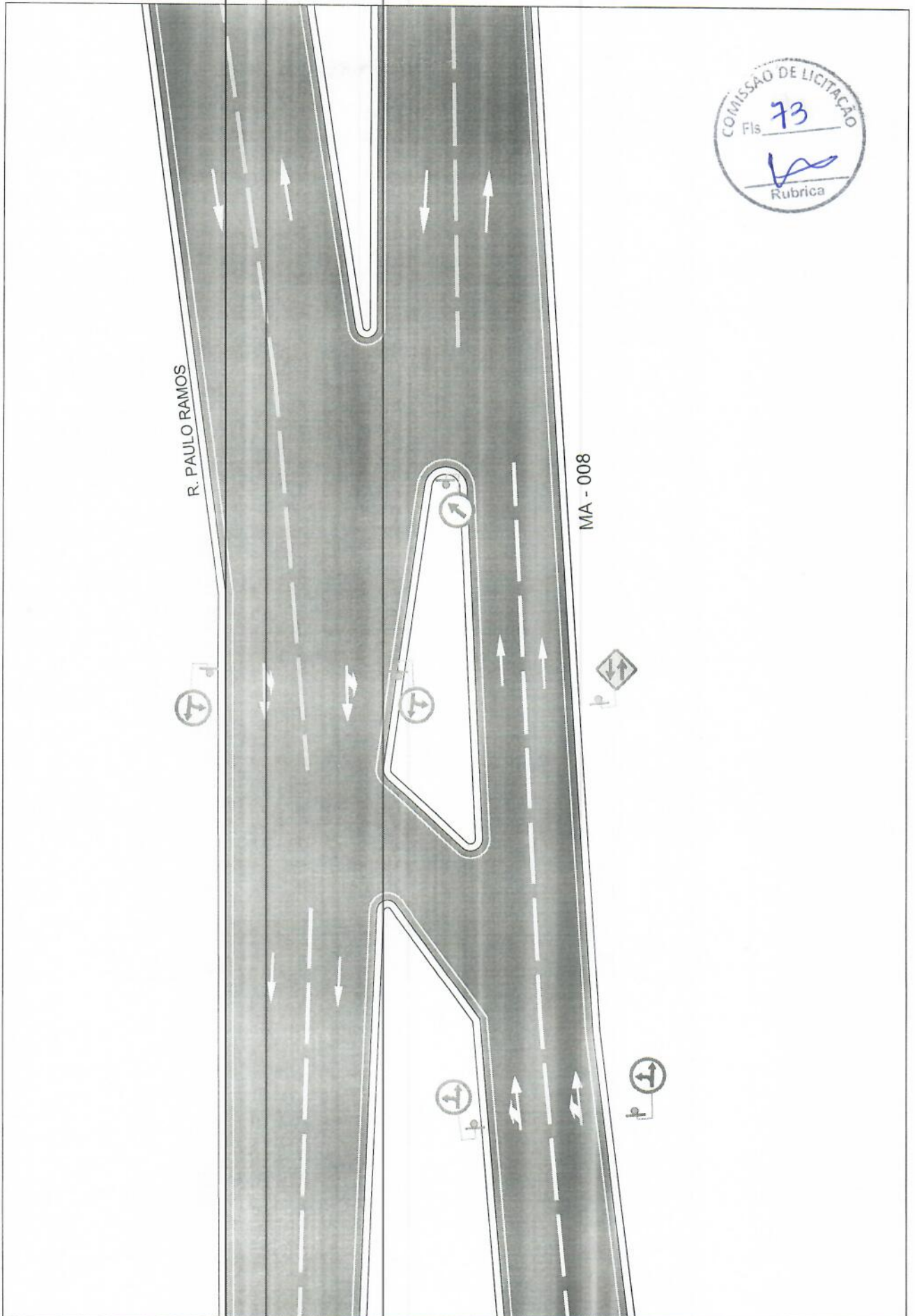


AV. DOS FRANCÊSES, S/N
 VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
 CEP: 65036-901
 FONE: (98) 3089-2097
 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br

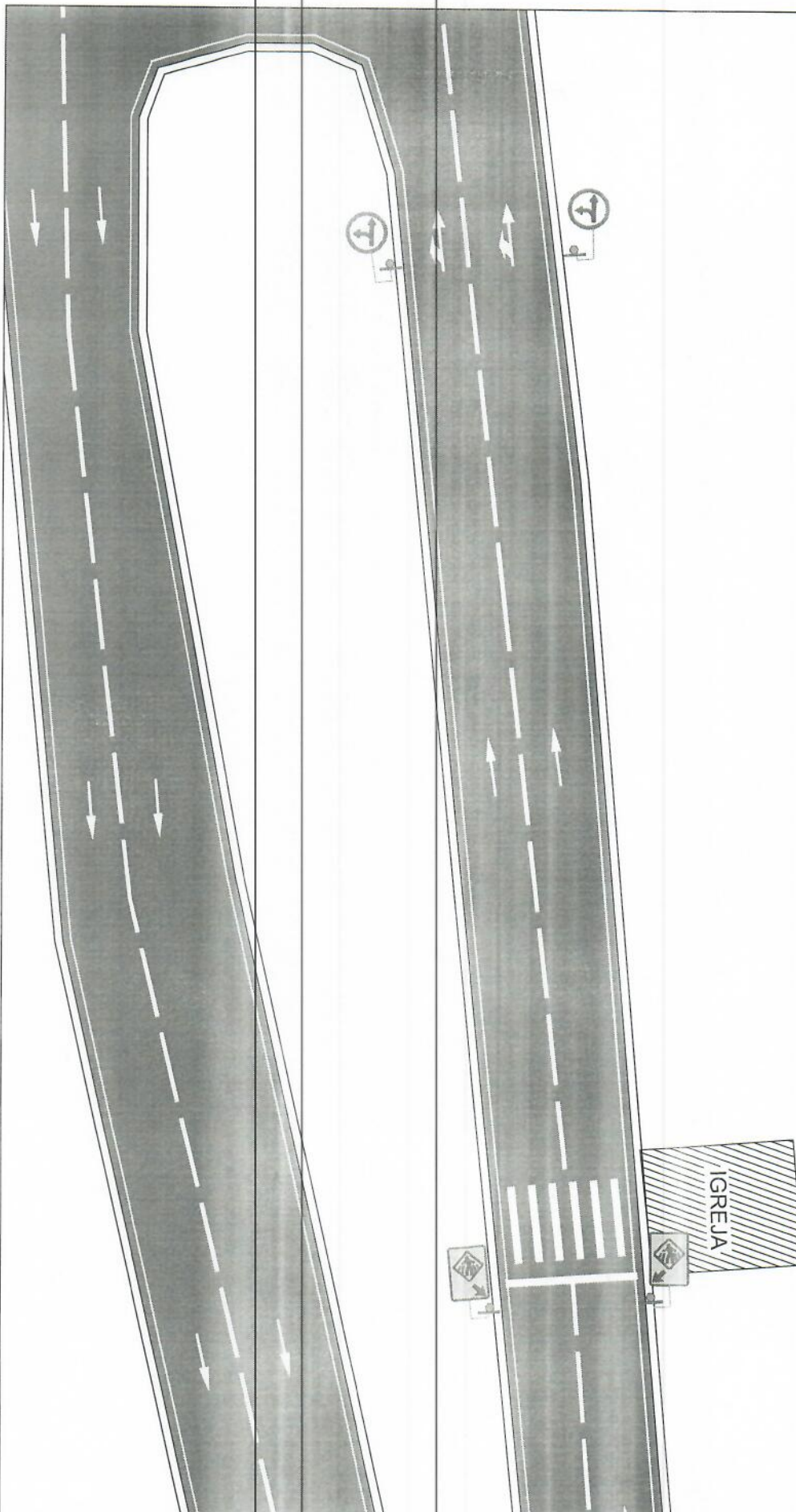
prancha n°: 51
 data: MAIO/2021
 escala: SEM ESCALA

autor do projeto:
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
 setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
 título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

projeto: ARAME - MA.



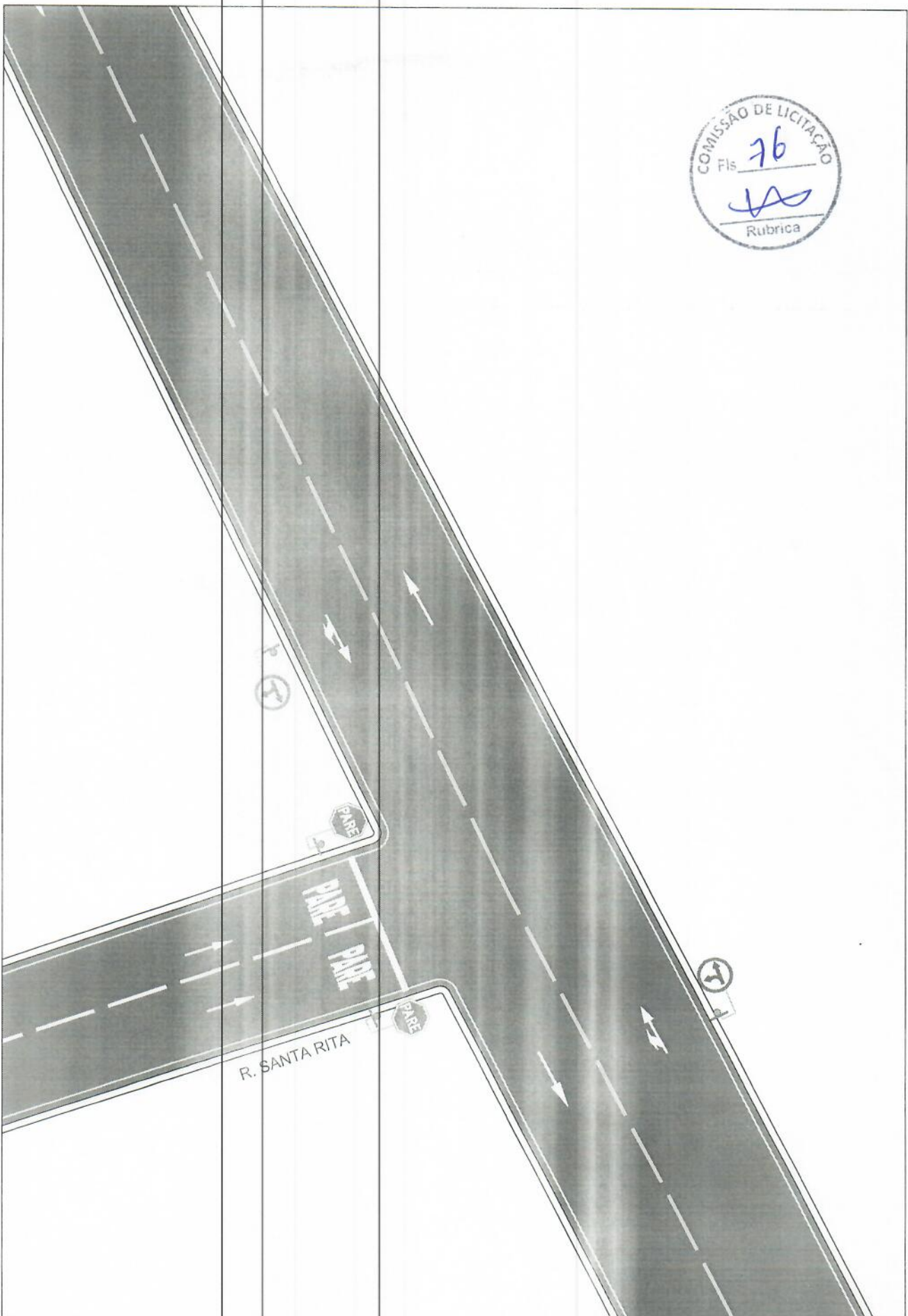
	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: alecarosca@detran.ma.gov.br	prancha n°: 52	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
projeto: ARAME - MA.		título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	



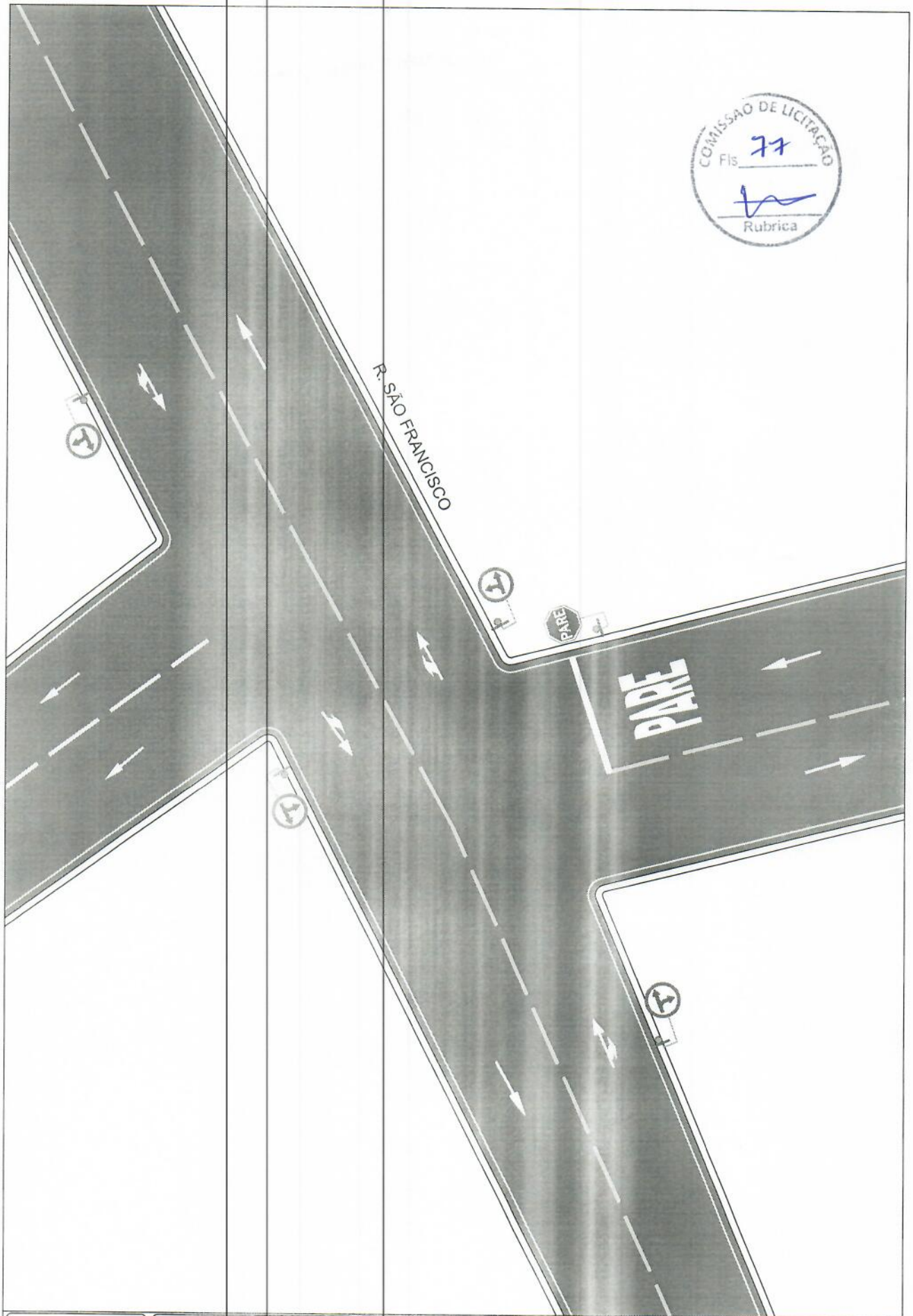
	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUÍS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: alecorosca@detran.ma.gov.br	prorcha n°: 53	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
	projeto: A R A M E - M A .	título: S I N A L I Z A Ç Ã O V I Á R I A	



	AV. DOS FRANCÊSSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: teleconsc@detran.ma.gov.br	prancha n°: 54	autor do projeto:
	projeto: ARAME - MA.	data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
			título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3083-2097 E-MAIL e-mail: falecaosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 55	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	data: MAIO/2021	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
		escola: SEM ESCALA	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

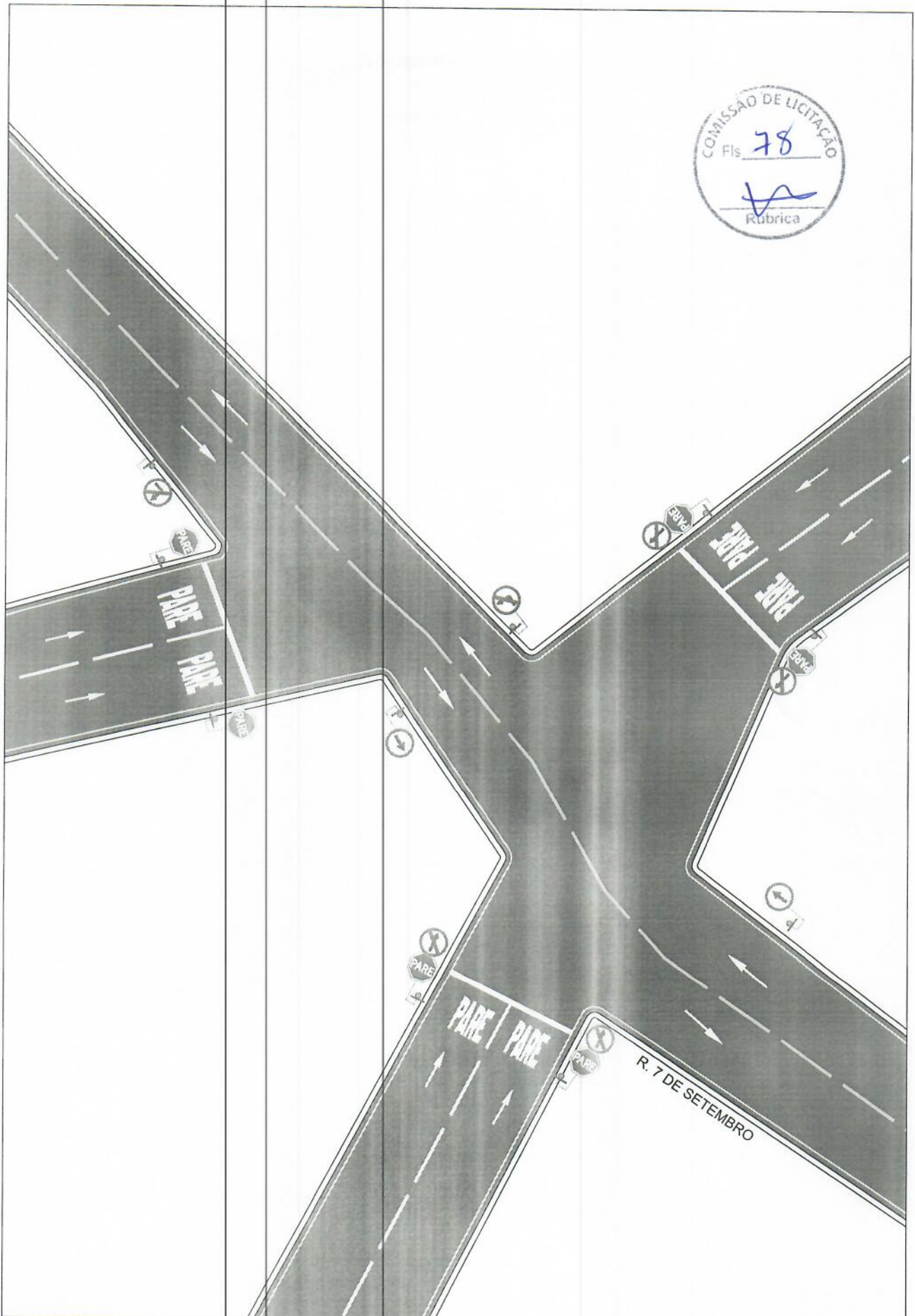


AV. DOS FRANCÊSES, S/N
VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
CEP: 65036-901
FONE: (98) 3089-2097
E-MAIL e-mail: teleconosco@detran.ma.gov.br

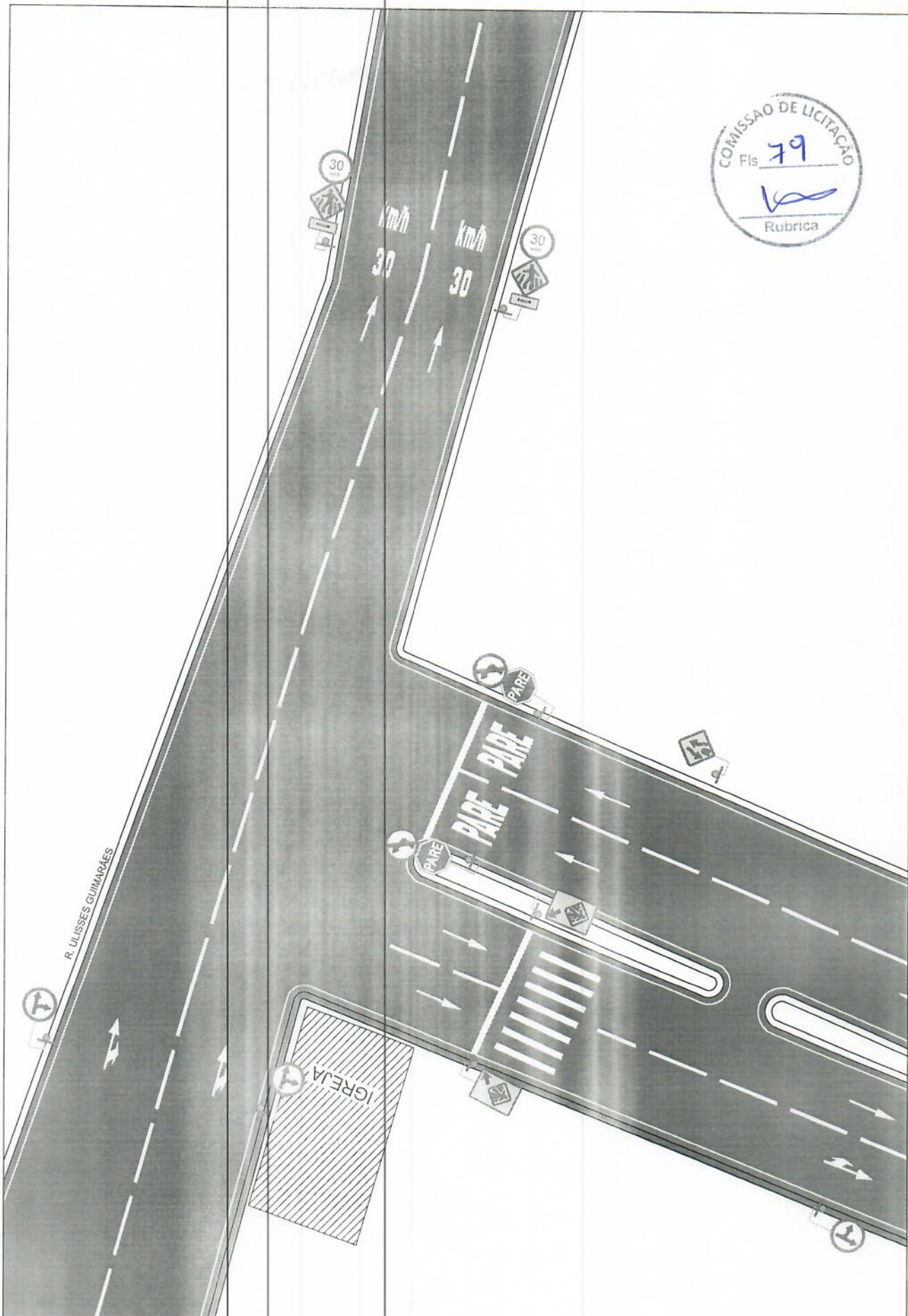
prancha n°: 56
data: MAIO/2021
escala: SEM ESCALA

autor do projeto:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

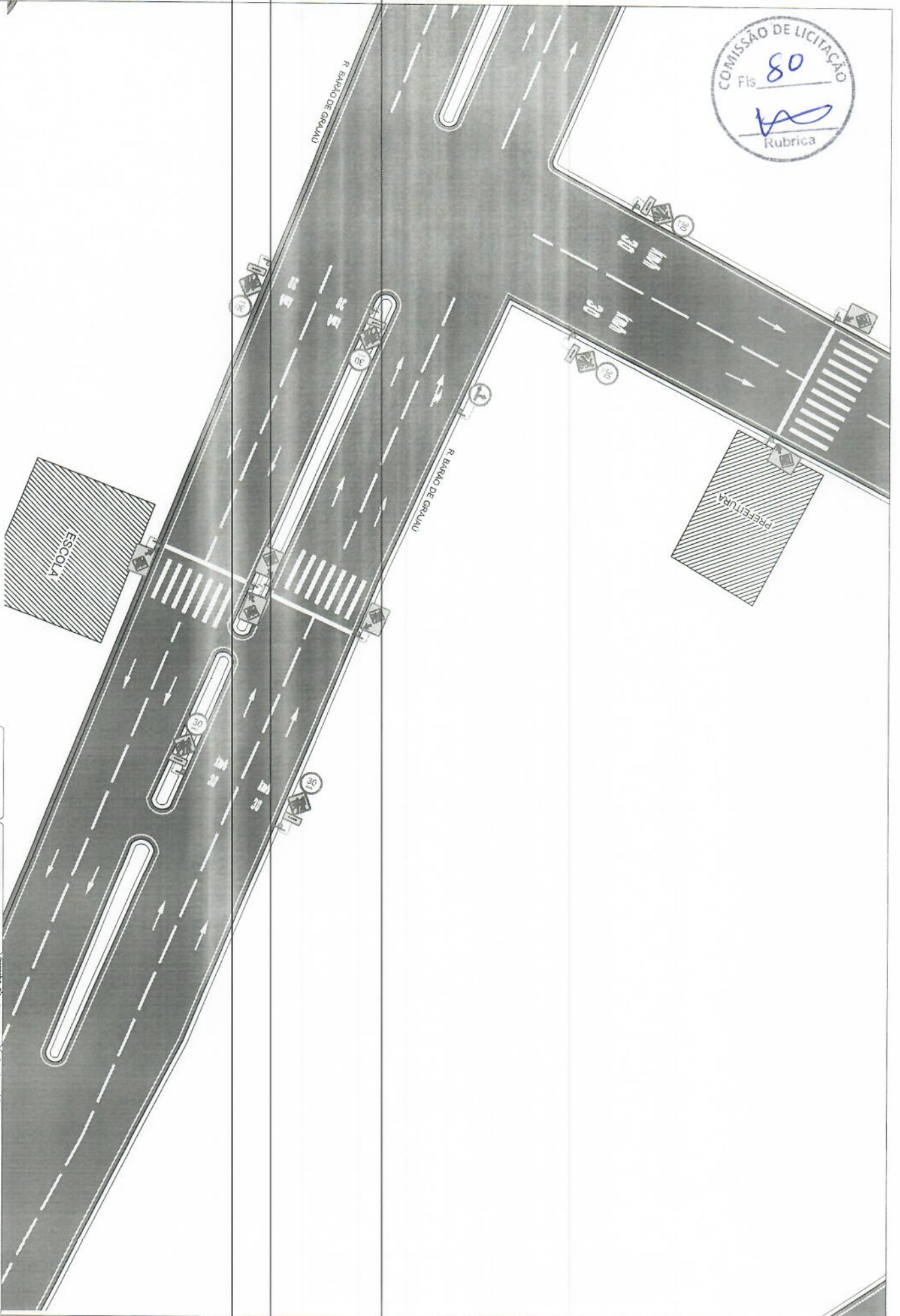
projeto: ARAME - MA.



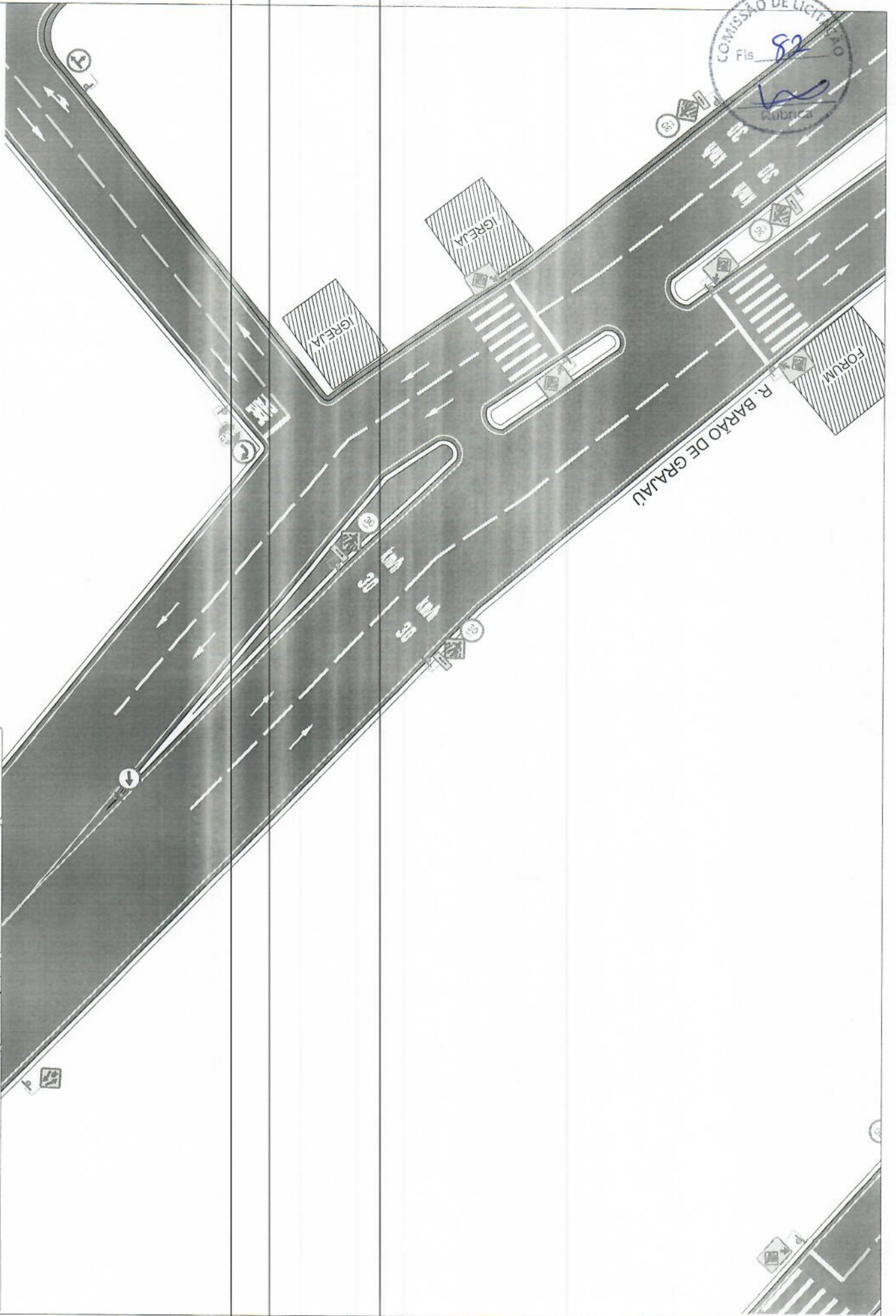
	AV. DOS FRANCÊSSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: pliecoscos@detran.ma.gov.br	prancha n°: 57	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		data: MAIO/2021	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
		escala: SEM ESCALA	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA
	projeto: ARAME - MA.		



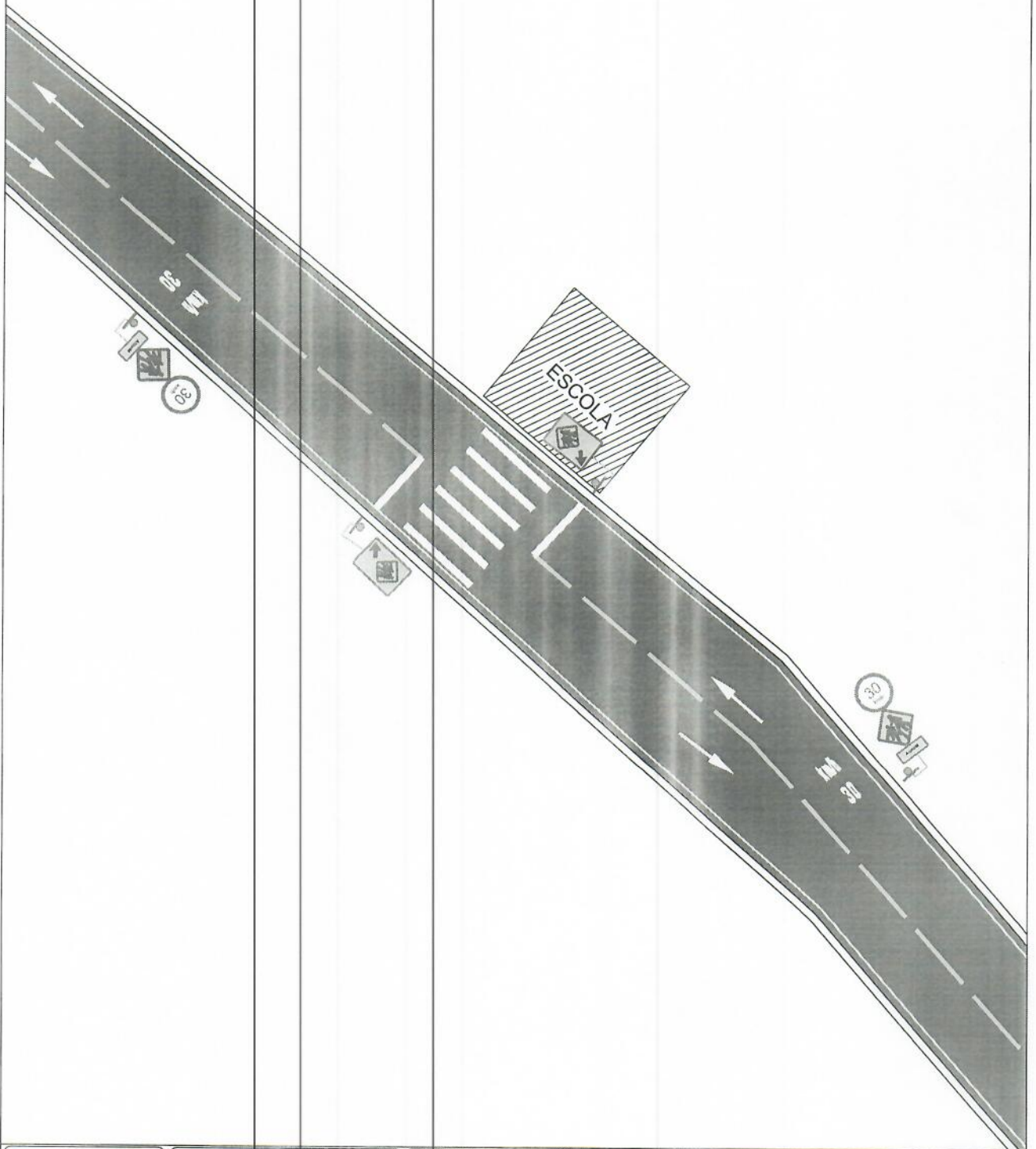
	AV. DOS FRANCÊSIS, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: teleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 58 data: MAIO/2021 escala: SEM ESCALA	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



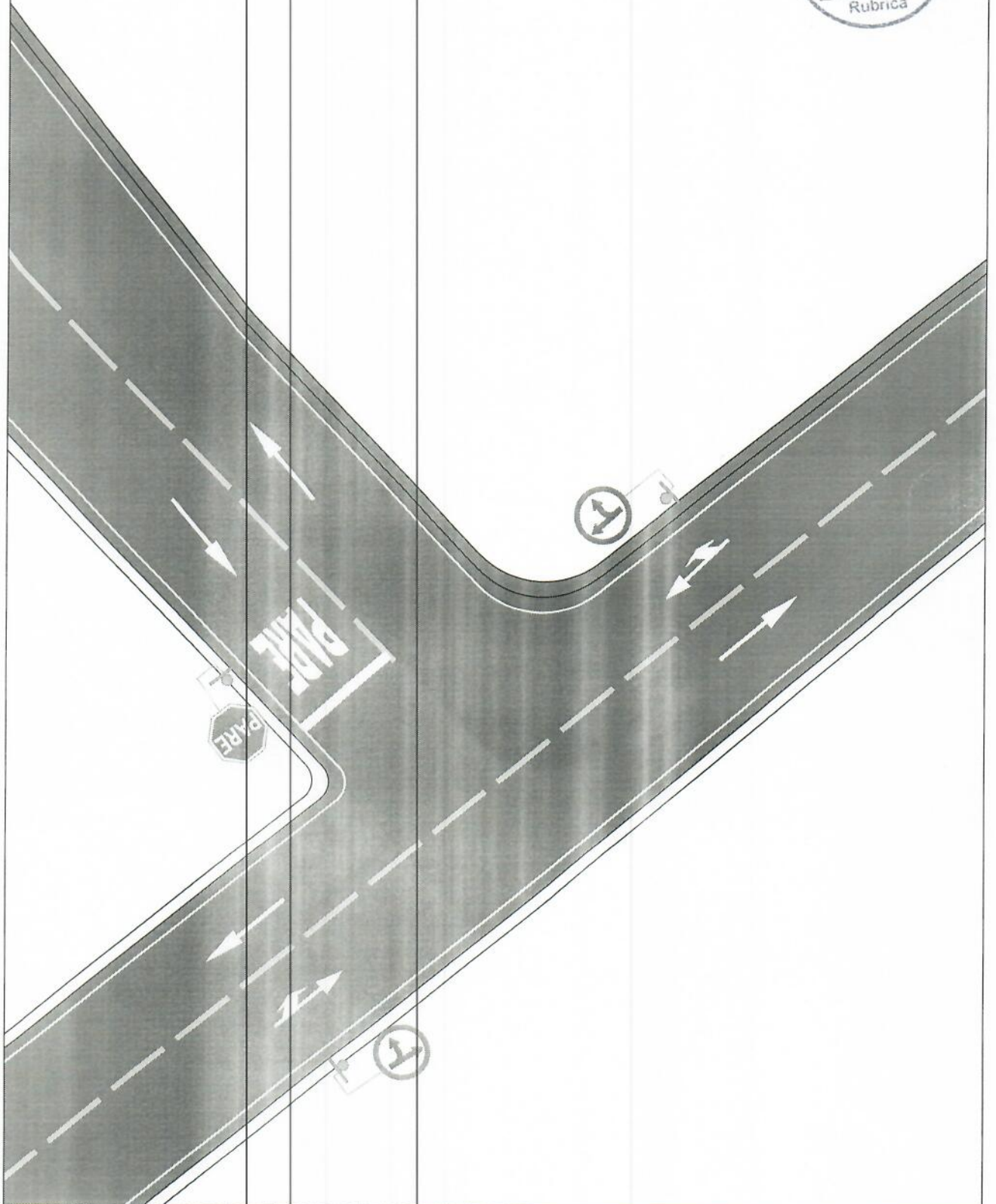
DETRAN	GOVERNO DO PARANÁ	AV. DOS FRANCÊS, S/N MIL PALMEIRA - SÃO JOSÉ - PR FONE: (41) 309-2597 E-MAIL: detran@detran.pr.gov.br	
opç:	ARAME - MA.	prorçãõ n.º: 59	
óbr:	MAIO/2021	óbr:	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÁNSITO - DETRAN
escl:	SEM ESCALA	setor:	DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÁNSITO
plur:	SINALIZAÇÃO VIÁRIA		




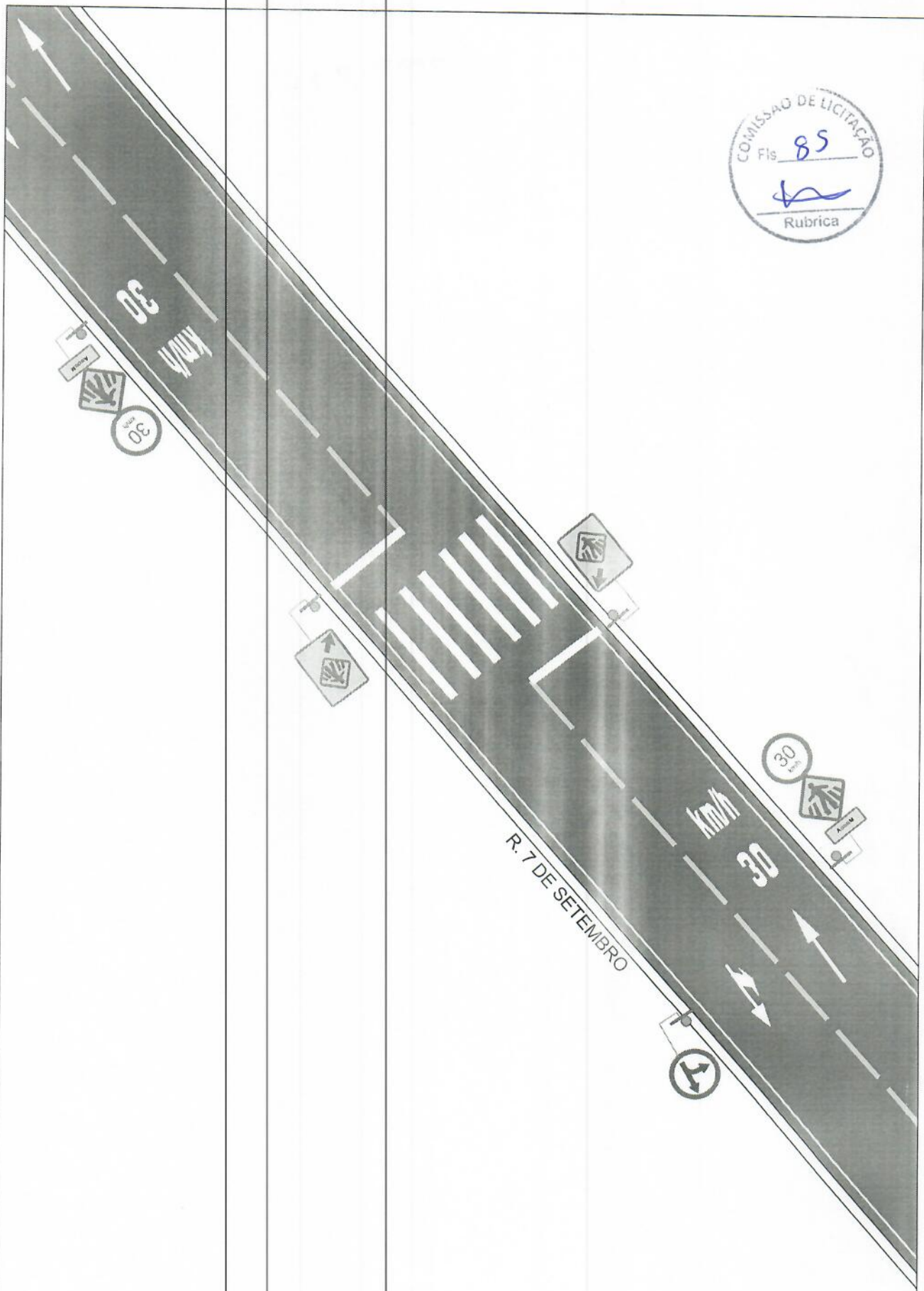
DETRAN	GOVERNO DO PARANÁ	ESTADO DO PARANÁ
M. DE TRANSPORTES, S/A		
R. A. PAULISTA - SÃO LUIS-MA		
FONE: (081) 3004-2007		
E-MAIL: e-mail: licitacao@detran.pr.gov.br		
Processo n.º:	61	Outor do projeto:
Ata:	MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
Assessor:	SEM ESCALA	DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
Assessor:	MA.	SINALIZAÇÃO VIÁRIA



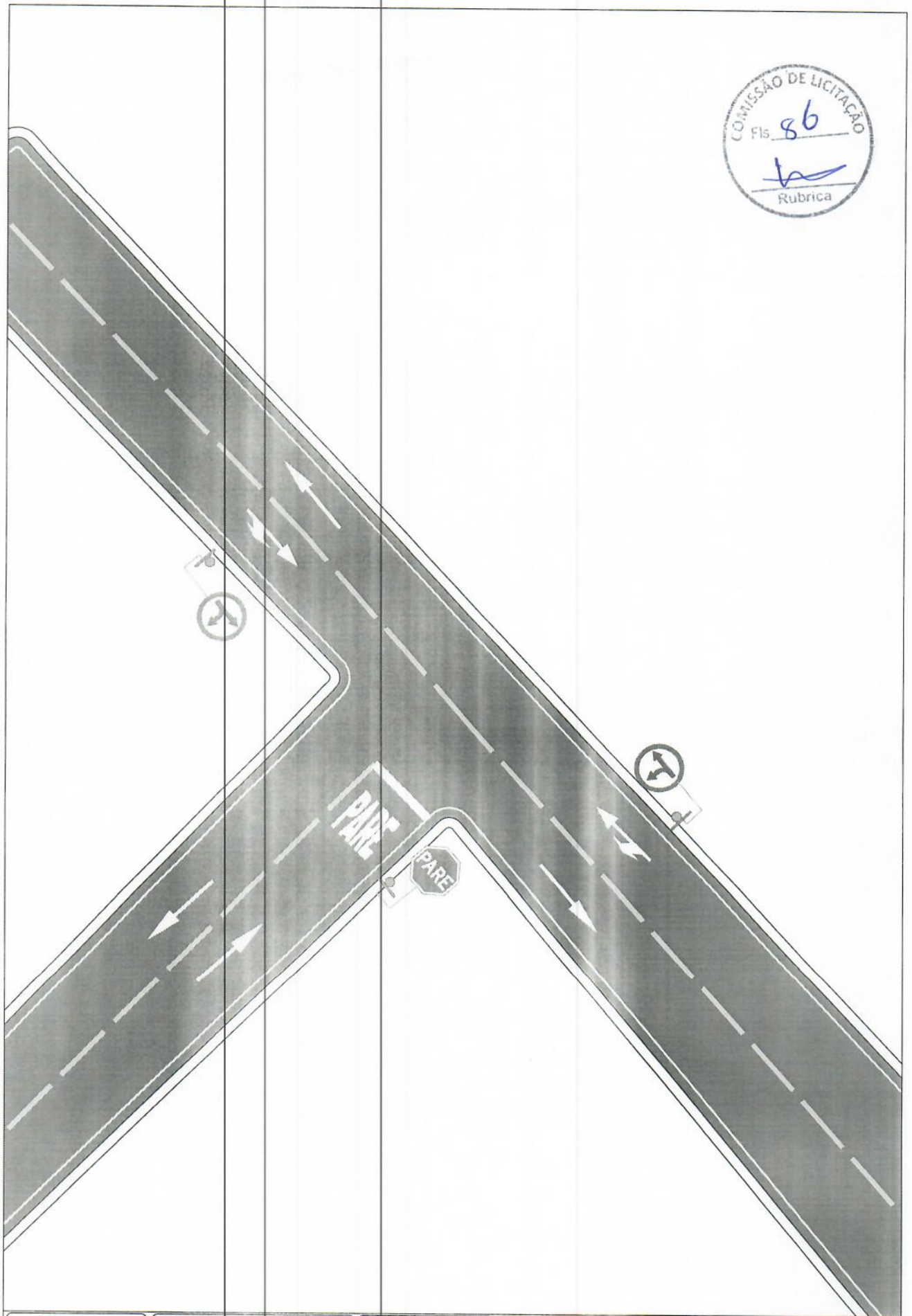
	AV. DOS FRANCESES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 62	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		data: MAIO/2021	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
	projeto: ARAME - MA.	escala: SEM ESCALA	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



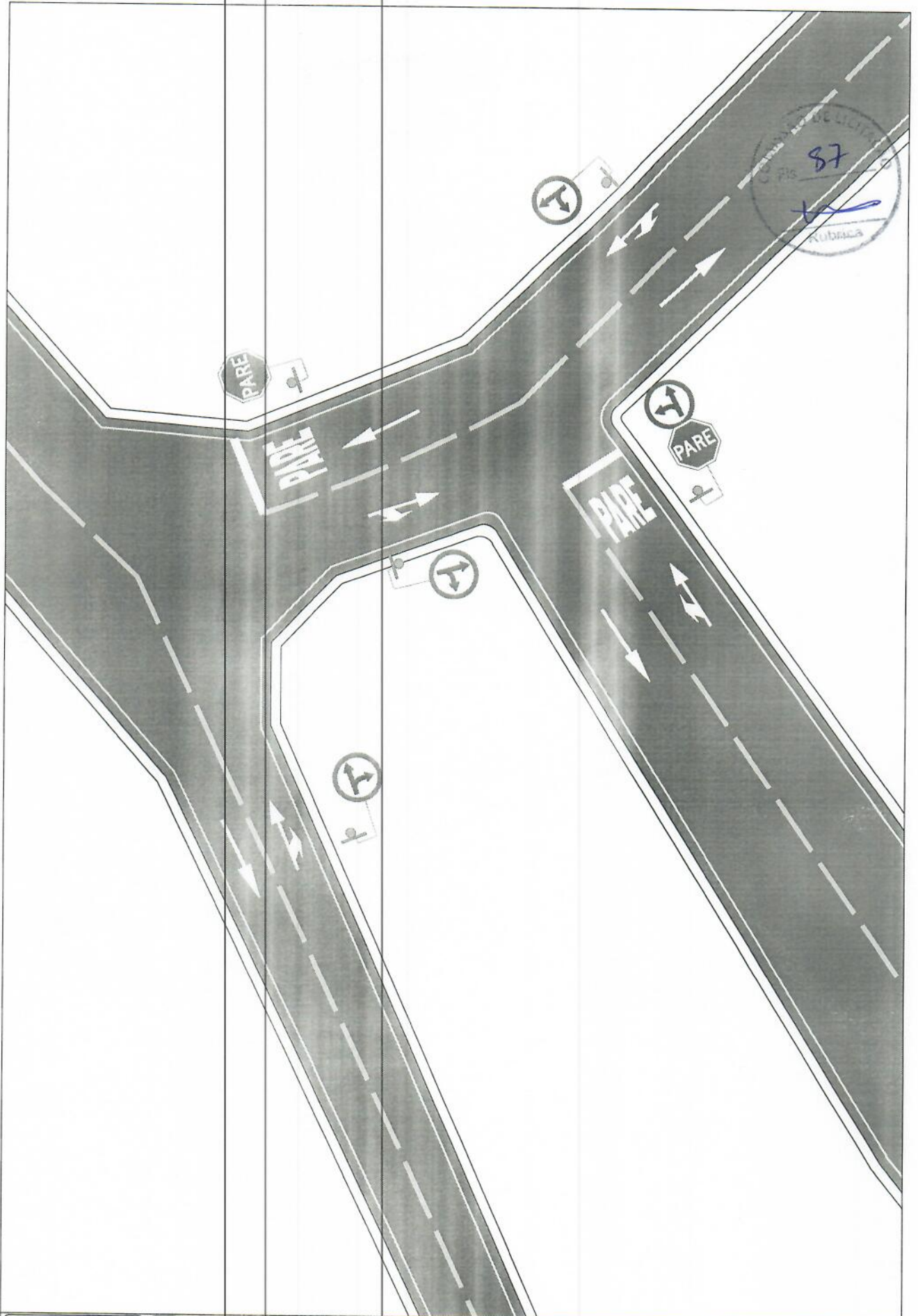
	AV. DOS FRANCÊSSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: teleconiasco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 63	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
		título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	




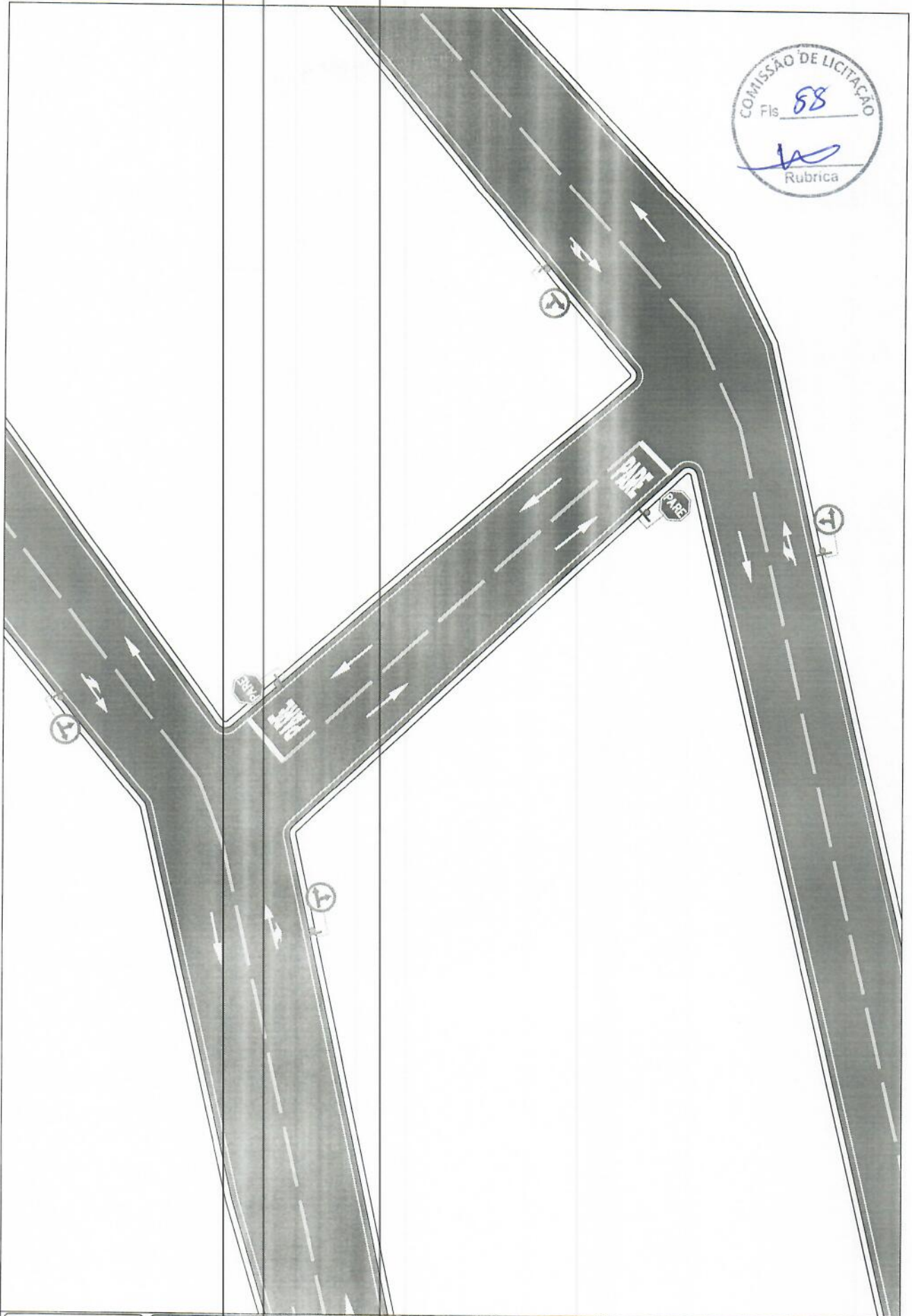
	AV. DOS FRANCÊSSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: teleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 64	autor do projeto:
		data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
projeto:	ARAME - MA.	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	



	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65038-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: teleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 65	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: A R A M E - M A .	data: MAIO/2021	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
		escala: SEM ESCALA	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: telecorisco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 66 data: MAIO/2021 escala: SEM ESCALA	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: A R A M E - M A .	título: S I N A L I Z A Ç Ã O V I Á R I A	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO

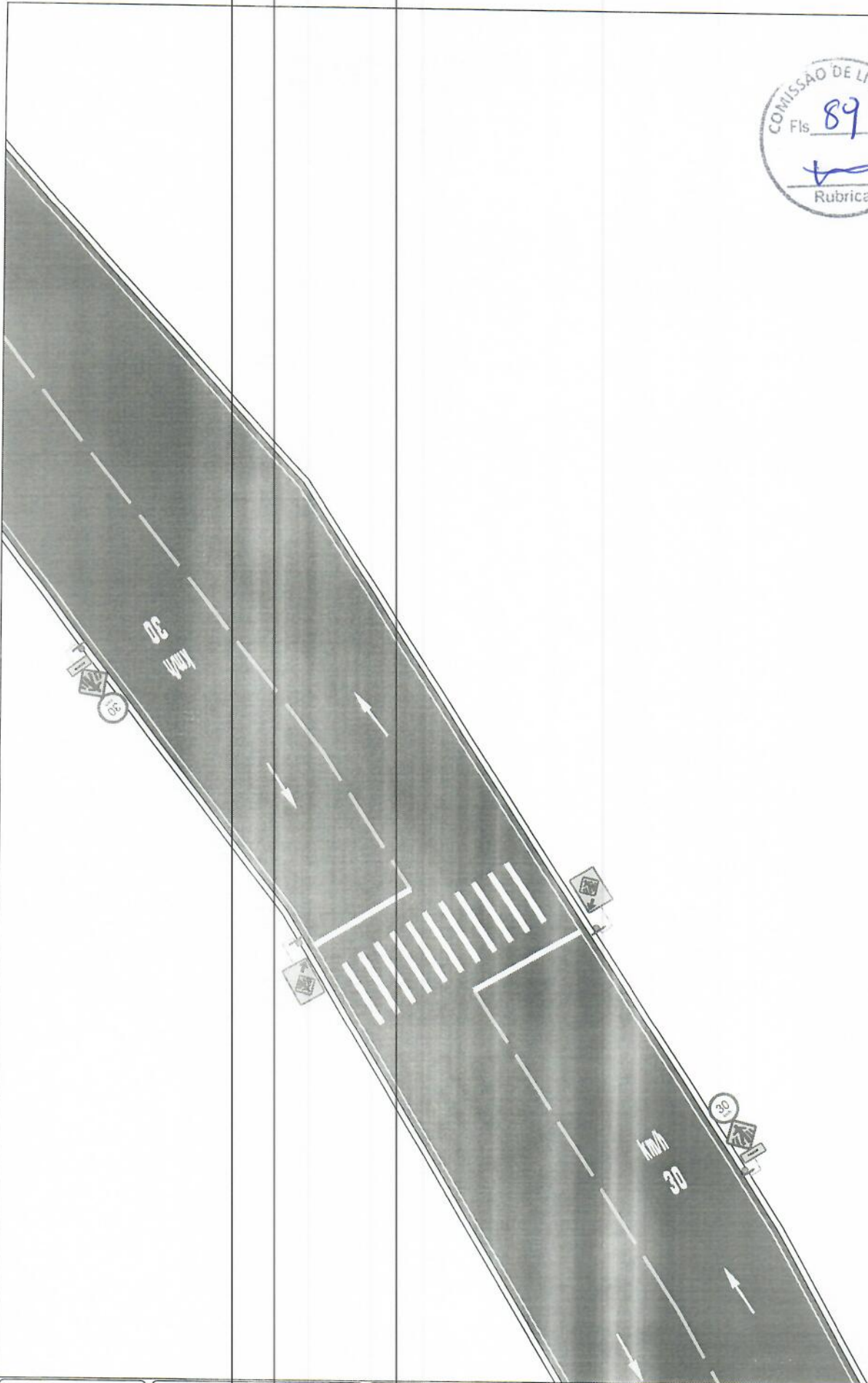


AV. DOS FRANCÊSSES, S/N
VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
CEP: 65036-901
FONE: (98) 3089-2097
E-MAIL e-mail: licenosc@detran.ma.gov.br

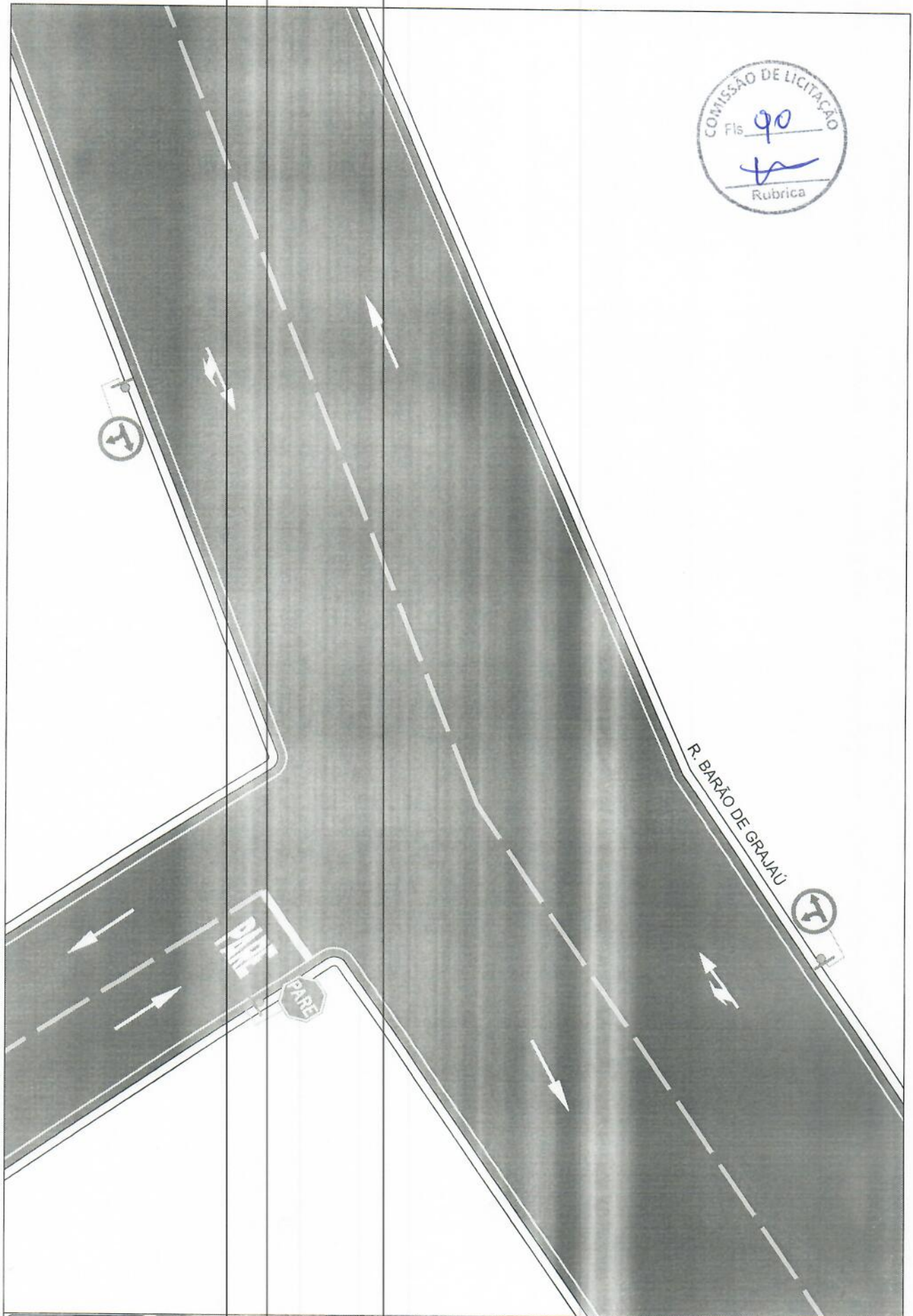
prancha n°: 67
data: MAIO/2021
escala: SEM ESCALA

autor do projeto:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

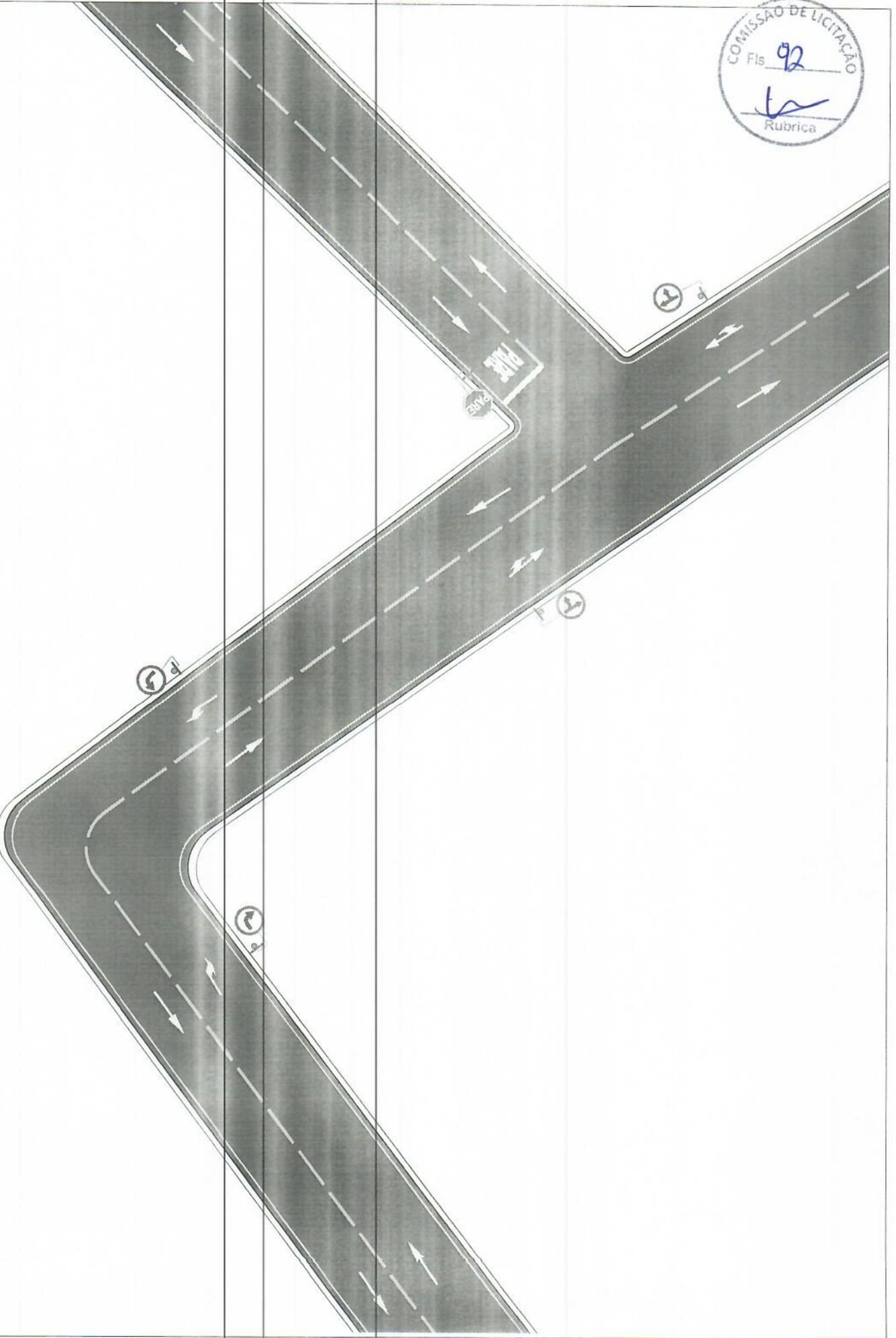
projeto: ARAME - MA.



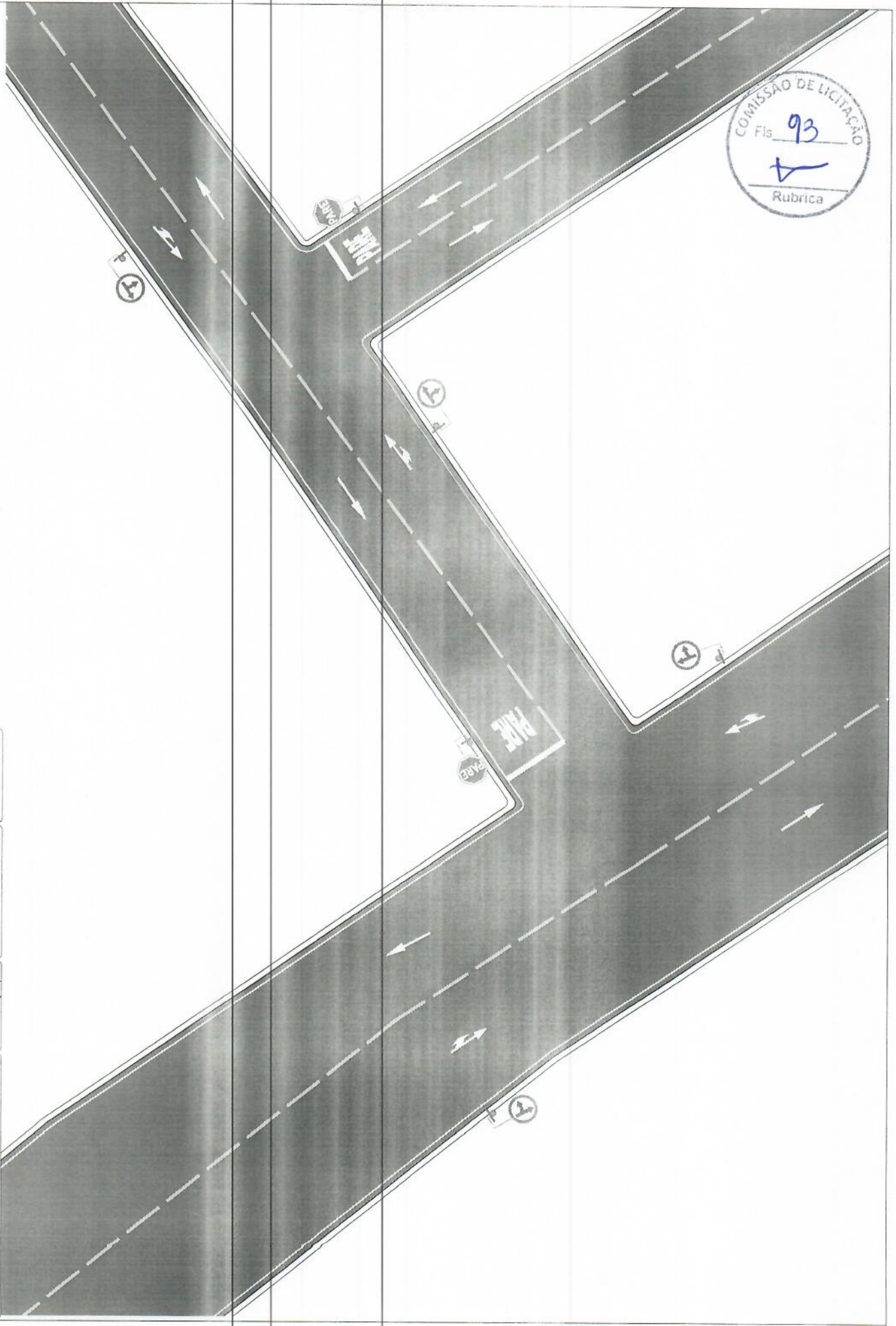
	AV. DOS FRANCÊSSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUÍS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 68	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	data: MAIO/2021 escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



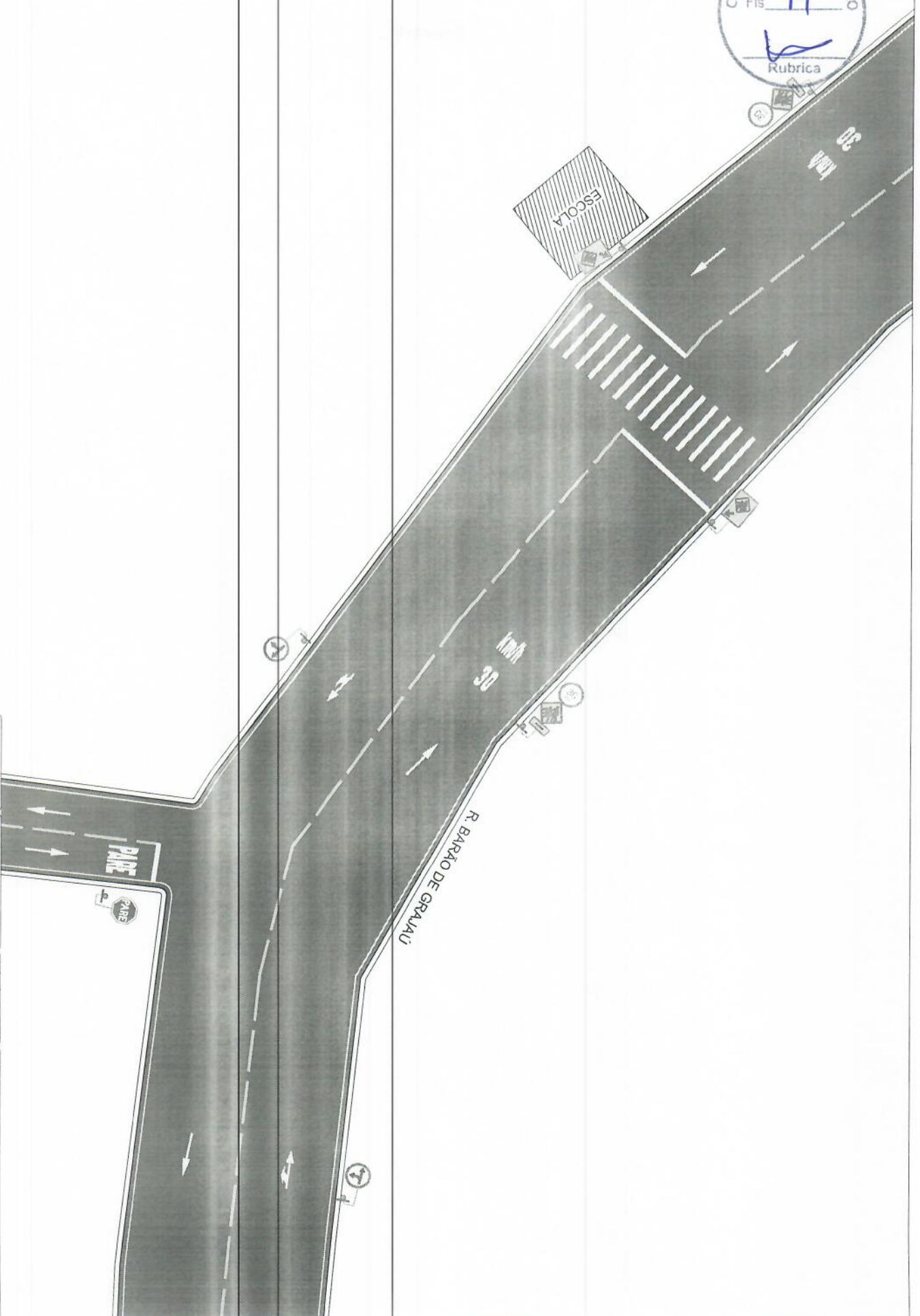
	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: fipeconasco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 69	autor do projeto:
	projeto: ARAME - MA.	data: MAIO/2021	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		escala: SEM ESCALA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÊNSITO
			título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



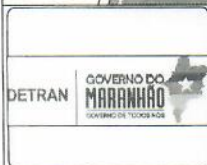
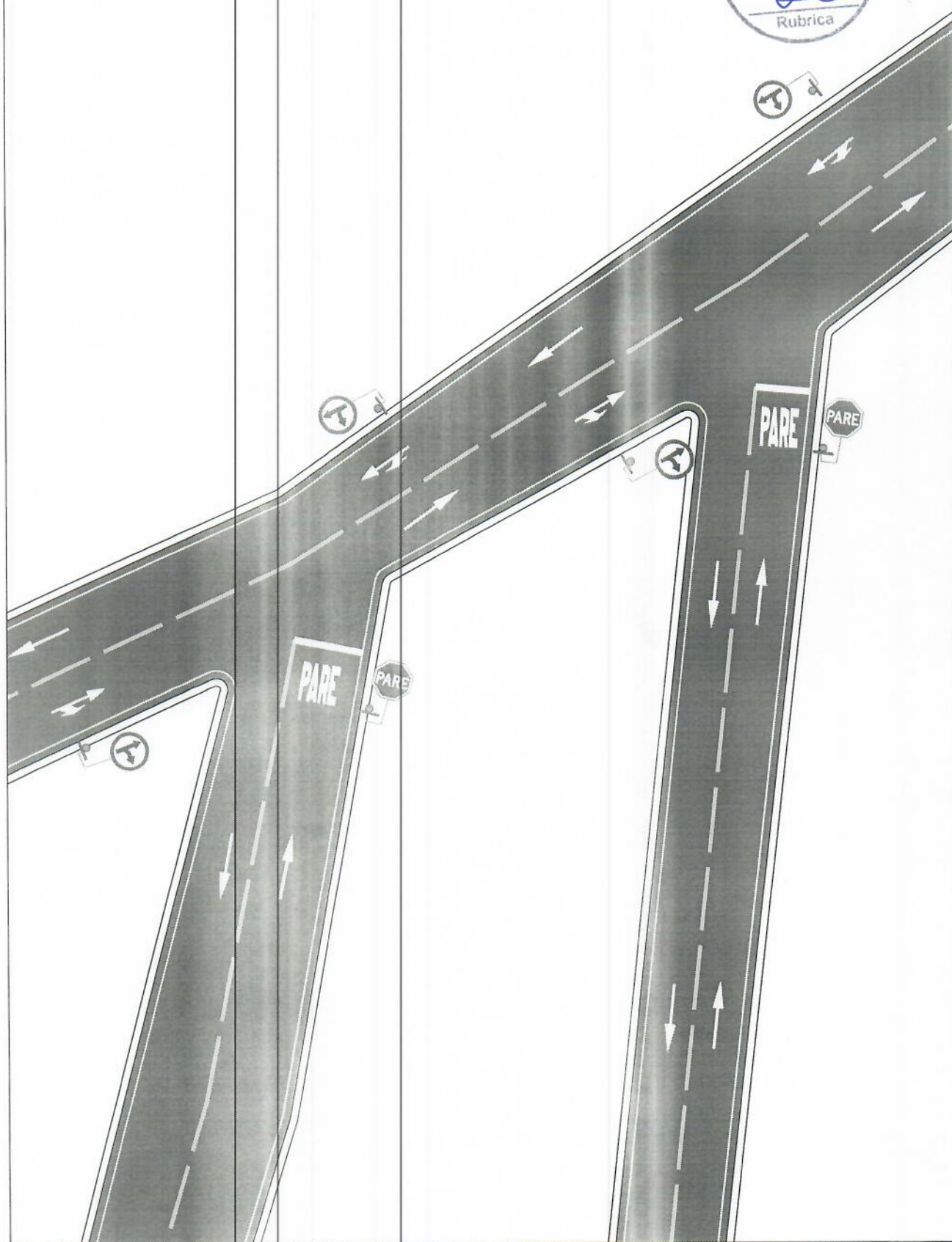
DETRAN GOVERNO DO PARANÁ	
M. DOS TRANSPORTES S/A M.A. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTES CNPJ: 03.638.301-001 Cidade: Curitiba, Paraná	
Projeto: ARRAME - MA.	
Ordem de Serviço: 71	Outor do Projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTES - DETRAN
Assunto: MAIO/2021	Assunto: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÁFEGO
Assunto: SEM ESCALA	Assunto: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



M. DOS TRANSPORTES, S/A M.A. PARANÁ - São José - MA	
CNPJ: 06.028.781 CNPJ: 06.028.781 CNPJ: 06.028.781	
procedimento nº:	72
data:	MAIO/2021
processo:	SEM ESCALA
setor:	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
objeto:	DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
atividade:	SINALIZAÇÃO VÁRIA



DETRAN GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO		M. DOS TRANSPORTES, S/A M. DOS TRANSPORTES, S/A CNPJ: 06.938.461/0001-94 FONE: (021) 2086-2087 E-MAIL: E-mail: licitacoes@detran.rj.gov.br	
proposta nº: 73		local do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN	
data: MAIO/2021		assessor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO	
escala: SEM ESCALA		autor: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	
tipo: ARAME - M.A.			

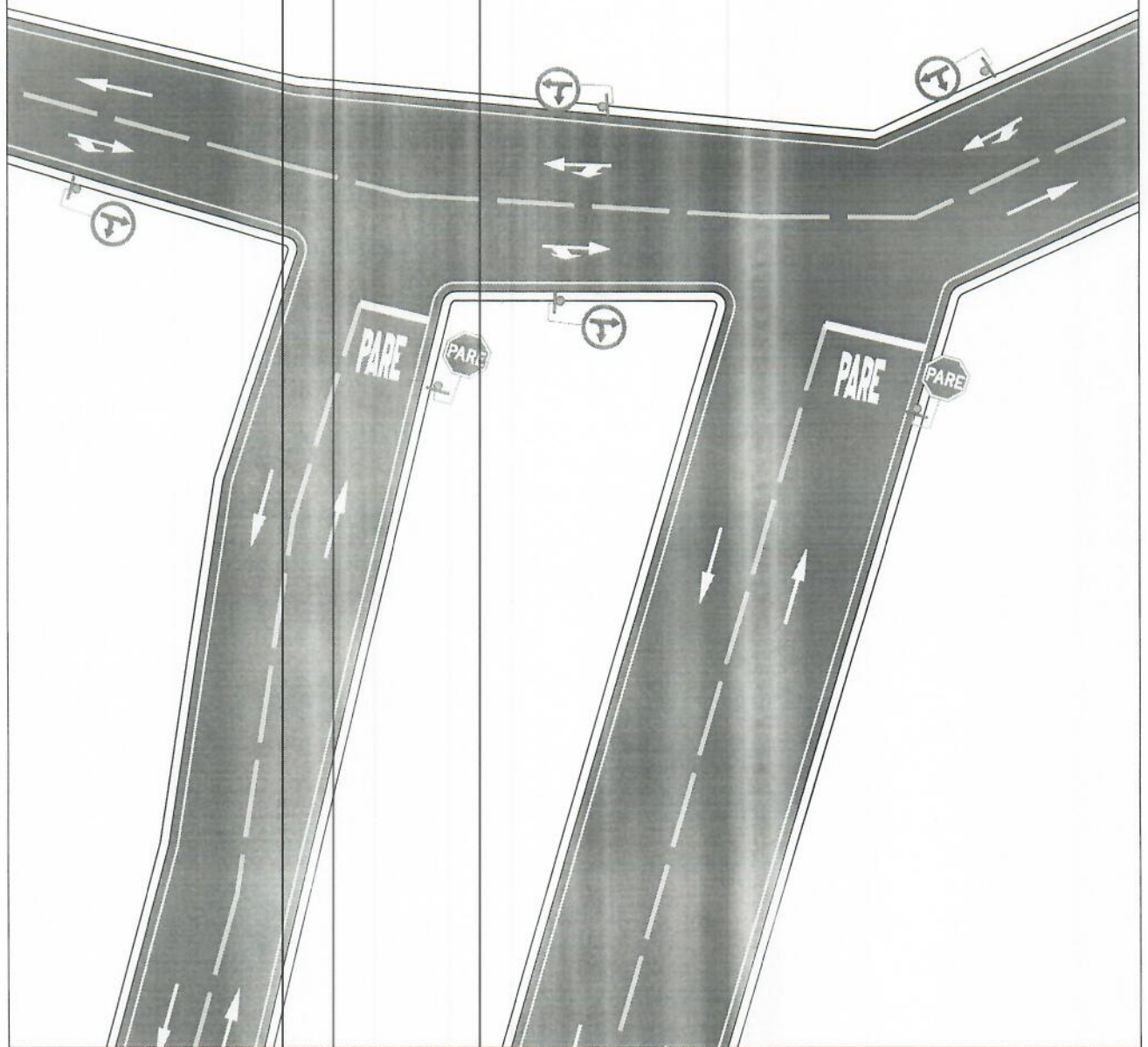


AV. DOS FRANCÊSES, 974
VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA
CEP: 65036-911
FONE: (98) 3089-2097
E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br

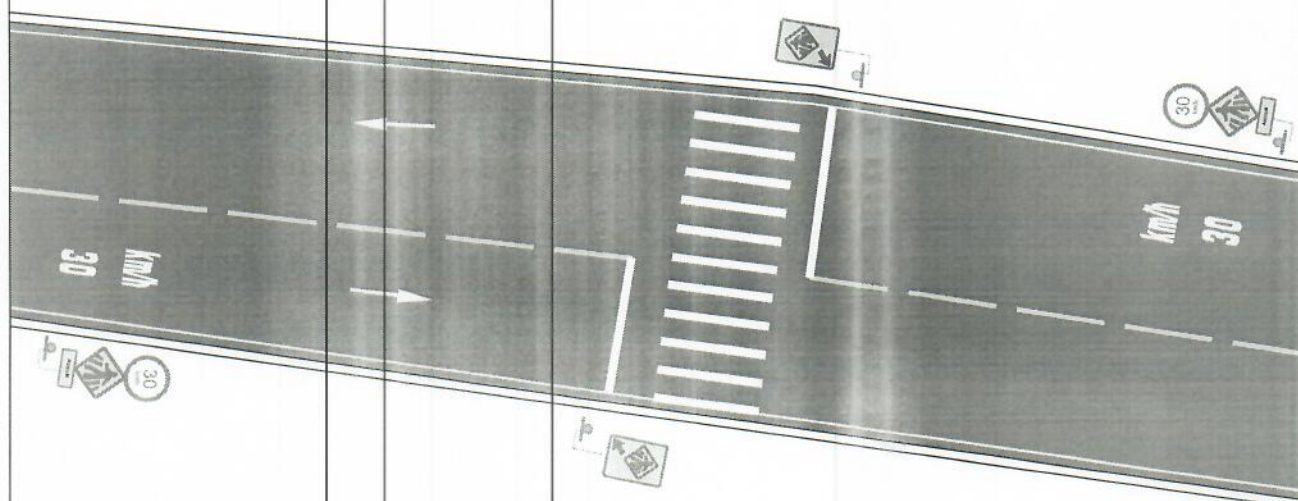
prancha n: 74
data: MAIO/2021
escala: SEM ESCALA

autor do projeto:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA

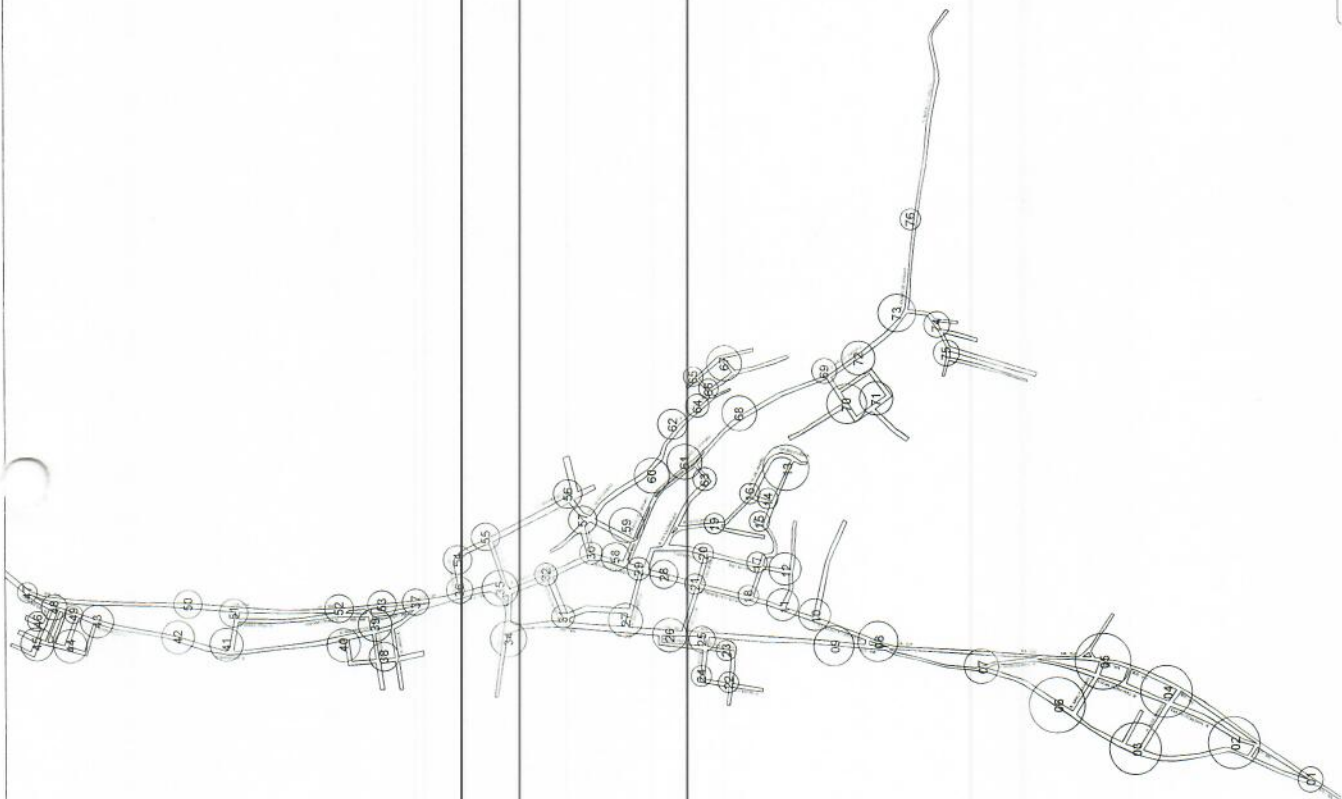
projeto: ARAPE - MA.



	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUÍS-MA CEP: 65036-90 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 75 data: MAIO/2021 escala: SEM ESCALA	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
	projeto: ARAME - MA.	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO



	AV. DOS FRANCÊSES, S/N VILA PALMEIRA - SÃO LUIS-MA CEP: 65036-901 FONE: (98) 3089-2097 E-MAIL e-mail: faleconosco@detran.ma.gov.br	prancha n°: 76	autor do projeto: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN
		data: MAIO/2021	setor: DIVISÃO DE ENGENHARIA PARA O TRÂNSITO
	projeto: ARAME - MA.	escala: SEM ESCALA	título: SINALIZAÇÃO VIÁRIA



 GOVERNO DO MA DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	Autor da proposta: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN
	Titulo: SINALIZAÇÃO VIÁRIA
Av. DOS FRANCISCS, S/N CEP: 64010-901 FONE: (86) 3369-2007 E-MAIL: e-mail: licitacoes@detran.ma.gov.br	Franca n.º: 77
Projeto: A R A M E - M A .	Data: MAIO/2021
	Escala: SEM ESCALA



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL

ANEXO II

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

CARTA CREDENCIAL

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, neste ato representado pelo(s) Sr.(a) _____ (diretores ou sócios, com qualificação completa nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) _____ (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para, junto a Prefeitura Municipal de ARAME, praticar os atos necessários à representação da outorgante na licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para ofertar proposta no caso de beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, dando tudo por bom firme e valioso.

(local e data por extenso)

(nome da empresa)

(nome e assinatura de seu representante legal, **COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO**)



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL

ANEXO III

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A/O _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), representada pelo(a) Sr.(a) _____, R.G. nº _____, C.P.F nº _____, D E C L A R A, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que se enquadra como:

MICROEMPRESA, conforme inc. I do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inc. II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

D E C L A R A, ainda, que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão contidas no art. 3º, § 4, da mencionada lei, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Convite em epígrafe, realizado pela Prefeitura Municipal de Arame.

(local e data por extenso)

(nome da empresa)

(nome e assinatura do representante legal)

OBS: ASSINALAR COM "X" UMA DAS OPÇÕES



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL

ANEXO IV

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL

Declaramos expressamente que:

Concordamos integralmente e sem qualquer restrição com as condições expressas na TOMADA DE PREÇOS No TP-001/2022-CPL, bem assim com as condições de contratação, estabelecidas na minuta do Contrato que nos foi fornecida com o Edital.

Manteremos válida esta Proposta pelo prazo mínimo de 60 (SESSENTA) dias, a contar da data de sua apresentação e abertura.

Temos conhecimento dos locais e das condições de execução dos serviços.

Esclarecemos, finalmente, que o portador desta proposta está autorizado e habilitado a prestar a essa Comissão os esclarecimentos e informações adicionais que forem considerados necessários, bem como, assinar, concordar, desistir, interpor recurso, firmar compromisso e todos os atos inerentes ao procedimento licitatório.

(local e data por extenso)

(nome da empresa)

(nome e assinatura do representante legal ou procurador)



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL

ANEXO V

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CF/88

A Empresa _____, CNPJ _____, representada pelo(a) Sr(a), _____, R.G. nº _____, DECLARA, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, admitida a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 70 da Constituição Federal.

(local e data por extenso)

(nome da empresa)

(nome e assinatura do representante legal ou procurador)



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL

ANEXO VI

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO DE CARTA-PROPOSTA

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.S^a a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos, e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital.

1. PROPONENTE:
RAZÃO SOCIAL:
SEDE:
C.N.P.J:

2. PROPOSTA DE PREÇOS:

3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias consecutivos.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 04 (quatro) meses, a contar da data de assinatura do Contrato, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/1993 e a critério da Prefeitura, por se tratar de serviços de natureza continuada.

(local e data por extenso)

(nome da empresa)

(nome e assinatura do representante legal ou procurador)



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL

ANEXO VII

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Declaro, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, CNPJ Nº _____, encontra-se estabelecida e em pleno funcionamento no endereço abaixo, sendo o local adequado e compatível para o cumprimento do objeto.

Declaro ainda que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as suas atividades.

ENDEREÇO:

CIDADE / ESTADO:

PONTO DE REFERÊNCIA:

CEP:

TELEFONE:

(local e data por extenso)

(nome da empresa)

(nome e assinatura do representante legal ou procurador)



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554
Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL

ANEXO VIII MINUTA DO CONTRATO

O Município de ARAME, através da(o) PREFEITURA MUNICIPAL ARAME/MA, neste ato denominado CONTRATANTE, localizado na Rua Nova, s/n, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 12.542.767/0001-21, representado pelo(a) Sr.(a) _____, e, de outro lado a _____ inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, estabelecida na _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Contrato, de conformidade com a TOMADA DE PREÇOS no TP-001/2022-CPL e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação de sinalização nas ruas do Município de Arame-MA. Conforme detalhes do Projeto Básico Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

1. Os serviços ora contratados compreendem as especificações, descritas nos Anexos do edital da TOMADA DE PREÇOS no TP-001/2022-CPL, partes integrantes deste Contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

1. O valor total deste Contrato é de R\$(.....), discriminado de acordo com a planilha integrante da proposta de preços e o cronograma físico-financeiro apresentados pela CONTRATADA.

CLAUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. O prazo para início dos serviços será de até 5 (cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela CONTRATANTE e o de conclusão, será de acordo com o proposto pela CONTRATADA, se inferior ao máximo definido no caput desta Cláusula;
2. O prazo de garantia dos serviços deverá ser de 5 anos, contados do Termo de Recebimento Definitivo a ser emitido por Comissão designada pela autoridade competente.

CLAUSULA QUINTA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da TOMADA DE PREÇOS nº TP-001/2022-CPL.
2. Os serviços foram adjudicados em favor da CONTRATADA, conforme despacho exarado no processo licitatório no TP-001/2022-CPL, tomando como base o disposto no artigo 45, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução deste Contrato, bem como, os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do Artigo 54, da Lei no 8.666/93 combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



CLAUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

1. A vigência deste Contrato terá início a partir da data de sua assinatura e vigera até 31/12/2022, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o Último.

CLAUSULA OITAVA- DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Caberá a CONTRATANTE:

1.1 - permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA ao local da prestação dos serviços de reforma e adequação;

1.2 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto ou responsável técnico da CONTRATADA;

1.3 - acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços de reforma e adequação, por intermédio da Comissão para tanto formalmente designada;

1.4 - autorizar quaisquer serviços pertinentes ao objeto deste contrato, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido e aprovado pelo Município de Arame, desde que comprovada a necessidade deles;

1.5 - rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela CONTRATANTE ou com as especificações constantes dos Anexos do Edital da TOMADA DE PREÇOS no TP-001/2022-CPL;

1.6 - solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes dos Anexos do Edital da TOMADA DE PREÇOS no TP-001/2022-CPL;

1.7 - atestar as nota fiscal/faturas correspondentes e fiscalizar o serviço, por intermédio de servidor da CONTRATANTE, especialmente designado para esse fim.

CLAUSULA NONA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

1. Caberá à CONTRATADA, além dos encargos previstos nos Anexos do Edital da TOMADA DE PREÇOS no TP-001/2022-CPL:

1.1 - ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

1.2 - manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da CONTRATANTE, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

1.3 - manter, ainda, os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE;

1.4 - responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução da reforma e adequação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



- 1.5 - responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços;
- 1.6 - arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados na execução dos serviços ou no recinto da CONTRATANTE;
- 1.7 - assumir inteira e total responsabilidade pela execução do projeto, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas da obra a executar;
- 1.8 - verificar e comparar todos os desenhos fornecidos para execução dos serviços:
 - a) no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à CONTRATADA formular imediata comunicação escrita à CONTRATANTE, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços.
- 1.9 - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização;
- 1.10 - providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução dos serviços, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;
- 1.11 - fornecer instalações adequadas para a fiscalização dos serviços de reforma e adequação;
- 1.12 - instalar uma placa de identificação da obra com os dados necessários e na forma da legislação pertinente;
- 1.13 - remover o entulho e todos os materiais que sobraem, promovendo a limpeza do local da obra, durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final;
- 1.14 - prestar a garantia em relação aos serviços, exigida pelo presente Contrato, conforme o disposto no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93;
- 1.15 - permitir, aos técnicos da CONTRATANTE e àqueles por ele formalmente indicados, acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados com o objeto;
- 1.16 - comunicar à Administração da CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 1.17 - responsabilizar-se pela construção, operação, manutenção e segurança do canteiro de obras, vigilância, organização e manutenção do esquema de prevenção de incêndio, bem como outras construções provisórias necessárias, conforme previsto nas Especificações Técnicas constantes do Edital da TOMADA DE PREÇOS nº TP-001/2022-CPL;
- 1.18 - responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela CONTRATANTE e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;
- 1.19 - responsabilizar-se por todo transporte necessário à prestação dos serviços contratados, bem como por ensaios, testes ou provas necessários, inclusive os mal executados;
- 1.20 - providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas constantes do Edital da TOMADA DE PREÇOS nº TP-001/2022-CPL, sempre que a fiscalização da CONTRATANTE julgar necessário;
- 1.21 - exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-a à Unidade de fiscalização da CONTRATANTE, quando solicitado;
- 1.22 - responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



1.23 - submeter à aprovação da Comissão fiscalizadora da CONTRATANTE, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado;

1.24 - garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro;

1.25 - durante o período de garantia de que tratam os itens 1.24 e desta Cláusula, a CONTRATADA deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pelo CONTRATANTE, atender aos chamados da CONTRATANTE no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial; e

1.26 - manter, durante toda a execução dos serviços de reforma e adequação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na TOMADA DE PREÇOS no TP-001/2022-CPL.

2. Caberá, ainda, à CONTRATADA, como parte de suas obrigações:

2.1 - efetuar o registro deste Contrato no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA;

2.2 - indenizar ou restaurar os danos causados as vias ou logradouros públicos;

2.3 - remanejar quaisquer redes ou empecilhos, porventura existentes no local da obra; e

2.4 - cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

1. A CONTRATADA caberá, ainda:

1.1 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

1.2 - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

1.3 - assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

1.4 - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.

2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na Condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGACÕES GERAIS

1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

1.1 - é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;

1.2 - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e

1.3 - é vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste Contrato;



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



1.3.1 - a subcontratação parcial dos serviços só será admitida se previamente autorizada pela Administração da CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Caberá à CONTRATADA providenciar, junto ao CREA, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica-ART relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.
2. O responsável técnico pelos serviços a serem desenvolvidos deverá ter vínculo formal com a CONTRATADA e deverá ser o indicado na fase de habilitação do certame licitatório da TOMADA DE PREÇOS no TP-001/2022-CPL.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Durante o período de vigência deste Contrato, a execução dos serviços de reforma e adequação serão acompanhados e fiscalizados por Comissão da CONTRATANTE, para tanto instituída, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, devendo:
 - 1.1 - promover as avaliações das etapas executadas, observando o disposto no Cronograma Físico-Financeiro; e
 - 1.2 - atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos deste Contrato, para efeito de pagamento.
2. Além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços, o Titular da CONTRATANTE ou outro servidor devidamente autorizado poderá, ainda, sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.
3. A CONTRATADA deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação da Administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência deste Contrato, para representá-la sempre que for necessário.
4. A CONTRATADA deverá manter no local da obra, durante a sua execução, 01 (um) engenheiro inscrito no CREA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que na ausência do responsável técnico, se não for o próprio, para representá-la sempre que for necessário.
5. O representante da CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário regularização das faltas ou defeitos observados.
6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DA REFORMA

1. Após concluído, o objeto deste contrato será recebido provisoriamente pela Administração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da comunicação escrita encaminhada pela CONTRATADA à CONTRATANTE.
2. O recebimento definitivo do objeto deste contrato será efetuado por Comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, necessário, a observação, ou à vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei no 8.666/93.



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



3. Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de ser recebidos após cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ATESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A atestação das notas fiscais/faturas referente as etapas dos serviços executados objeto deste Contrato caberá ao CONTRATANTE ou a servidor designado para esse fim.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DESPESA

1. A despesa com a execução dos serviços objeto deste Contrato, mediante a emissão de notas de empenho, está a cargo da dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	
Categoria Econômica	
Fonte de Recurso	

1.1 - A despesa para os anos subsequentes, quando for o caso, será alocada dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a CONTRATANTE, na Lei Orçamentária do Município.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

1. Obedecido o Cronograma Físico-Financeiro apresentado, a CONTRATADA solicitará a CONTRATANTE a medição dos trabalhos executados. Uma vez medidos os serviços pela fiscalização, a CONTRATADA apresentará nota fiscal/fatura de serviços para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao credor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos na CONTRATANTE.

1.1 - Somente serão pagos os quantitativos efetivamente medidos pela fiscalização;

1.2 - as medições serão efetuadas pela fiscalização, obedecendo-se o seguinte:

1.2.1 - quinzenalmente, em cumprimento ao Cronograma Físico-Financeiro, quando serão feitas as medições pela Comissão fiscalizadora da CONTRATANTE, considerando-se os serviços efetivamente executados e por ela aprovados, tomando por base as especificações e os desenhos do projeto;

1.2.2 - serão emitidos os Boletins de Medição dos Serviços, em duas vias, que deverão ser assinadas com o De acordo do Responsável Técnico, o qual ficará com uma das vias;

1.2.3 - as medições deverão ser solicitadas pela CONTRATADA até o 3(terceiro) dia útil do mês subsequente e a fiscalização terá 02 (dois) dias úteis para executar a medição.

1.3 - A critério da fiscalização e no exclusivo interesse da CONTRATANTE, as medições poderão ser feitas considerando-se os materiais e equipamentos fornecidos e depositados no canteiro da obra. Neste caso, o valor a ser levado em conta para efeito de pagamento será o custo dos materiais e equipamentos constante das composições de custos unitários apresentadas pela CONTRATADA:

1.3.1- entende-se por custo a cotação de prego apresentada pela CONTRATADA na TOMADA DE PREÇOS no TP-001/2022-CPL, menos o BDI contratual; e



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



1.3.2- o BDI relativo aos materiais e equipamentos, bem, ainda, a parcela dos serviços relativos à mão-de-obra e respectivo BDI, serão pagos após a efetiva e completa aplicação dos materiais e instalação dos equipamentos.

1.4 - as notas fiscais/faturas deverão ser emitidas e entregues pela CONTRATADA CONTRATANTE, para fins de liquidação e pagamento, até o dia 22 de cada mês, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido na alínea "b", inciso I, artigo 30, da Lei no 8.212/91.

1.4.1 - No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues à CONTRATANTE em data posterior à indicada no item anterior será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

1.5 - O pagamento mensal dos serviços somente poderá ser efetuado após a apresentação da nota fiscal/fatura atestada por servidor designado, conforme disposto no art. 67 da Lei no 8.666/93, e verificação da regularidade da CONTRATADA junto à Seguridade Social CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF.

2. O pagamento da primeira fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer, se acompanhada dos comprovantes dos seguintes documentos:

2.1 - Registro da obra no CREA;

2.2 - Matrícula da obra no INSS; e

2.3 - Relação dos Empregados - RE.

3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados, os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

4. A CONTRATANTE poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos deste Contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a alteração de preços, compensação financeira ou aplicação de penalidade a CONTRATANTE.

6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = taxa de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX/100) I = (6/100) I = 0,00016438$

365 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6.1 - A compensação financeira prevista nesta Cláusula será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, adequadas a este Contrato.

2. A CONTRATANTE poderá alterar unilateralmente este contrato nos seguintes casos:

2.1 - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; e

2.2 - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos no artigo 65 da Lei de Licitações.

CLAUSULA NONA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS

1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei no 8.666/93.

1.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor contratado; e

1.2 - nenhum acréscimo poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula; e

1.3 - nenhuma supressão poderá exceder 25% do valor inicial atualizado do contrato, salvo as supressões resultantes do acordo celebrado entre as partes.

2. Em caso de supressão dos serviços, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLAUSULA VIGÉSIMA - DAS PENALIDADES

1. O atraso injustificado na execução dos serviços ou o descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,3% (zero virgula três por cento) por dia e por ocorrência sobre o valor total deste Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, uma vez comunicada oficialmente.

2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

2.1 - advertência;

2.2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução deste Contrato, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

2.3 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas no item anterior:

3.1 - pela não apresentação da apólice de seguro contra riscos de engenharia, conforme disposto na Cláusula Sexta;



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



- 3.2 - pelo atraso na execução da obra, em relação ao prazo proposto e aceito;
- 3.3 - pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro;
- 3.4 - pela recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na execução da obra, que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data da rejeição; e
- 3.5 - pela recusa em refazer qualquer serviço que vier a ser rejeitado caracterizada se a medida não se efetivar no prazo máximo de 5 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização, contado da data de rejeição.
- 3.6 - pelo descumprimento de alguma das Cláusulas e dos prazos estipulados neste Contrato e em sua proposta.
4. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE e, no que couber, as de mais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.
5. Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 3 desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
6. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da CONTRATANTE, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93.

1.1 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

2. A rescisão deste Contrato poderá ser:

2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE; e

2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS

1. As dúvidas e/ou omissões, porventura existentes nas Especificações constantes do Edital da TOMADA DE PREÇOS no TP-001/2022-CPL, serão resolvidas pela CONTRATANTE.

2. Todos os trabalhos deverão ser executados por mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada serviços constantes das Especificações.

3. A CONTRATADA ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da CONTRATANTE.

CLAUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VINCULACAO AO EDITAL E A PROPOSTA DA CONTRATADA



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



1. Este Contrato fica vinculado aos termos da TOMADA DE PREÇOS n.º TP-001/2022-CPL, cuja realização decorre da autorização da CONTRATANTE, constante do processo licitatório n.º TP-001/2022-CPL, e aos termos das propostas da CONTRATADA.

CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas na Comarca do Município de ARAME, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, Inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3(três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

ARAME - MA, ____ de ____ de ____

CONTRATANTE

CONTRATADA(O)

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL

ANEXO IX

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

A Prefeitura Municipal de Arame, por intermédio do servidor abaixo assinado, designado pela Prefeitura Municipal de Arame/MA, responsável pelo acompanhamento e fiscalização, tendo constatado a conclusão dos serviços de Construção da Cerca do Aterro Sanitário do Município de Arame/MA, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas na licitação em epígrafe, expede o presente TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, de acordo com o que dispõe a alínea "a" do inciso I do Art. 73 da Lei Federal nº 8.666/1993.

(local e data por extenso)

(nome)
(Secretário Municipal de _____)

Representante legal da CONTRATADA



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL

ANEXO X

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

A Prefeitura Municipal de Arame/MA, por intermédio do servidor abaixo assinado, designado pela Prefeitura Municipal de Arame/MA, tendo constatado a conformidade dos serviços de Construção da Cerca do Aterro Sanitário do Município de Arame/MA, com as especificações estabelecidas no processo licitatório, expede o presente TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO de acordo com o que dispõe a alínea "b" do inciso I do Art. 73 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Este Termo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços, nos limites estabelecidos em lei.

(local e data por extenso)

(nome)
(Secretário Municipal de _____)

Representante legal da CONTRATADA



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

CNPJ: 12.542.767/0001-21 FONE FAX 99 3532-4554

Rua Nova, SN, Centro CEP: 65.945-000



TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2022-CPL

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Ref.: (identificação da licitação)

(razão social), CNPJ nº _____ estabelecida à _____ (endereço completo) declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no procedimento licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2022.

(nome completo do declarante)

(n.º do R.G. do declarante)

(assinatura do declarante)